



Rosangela Franklin dos Santos Rozante

**A relação entre o psicólogo negro e
o cliente branco em um país racista**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito
parcial para obtenção de grau de Mestre
pelo Programa de Pós-Graduação em
Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade
Católica do Rio de Janeiro

Orientadora: Prof^a. Maria Helena Rodrigues Navas Zamora

Rio de Janeiro
Março de 2022

À

Coordenação da Pós Graduação em Psicologia Clínica da PUC-Rio

Considerando que a Coordenação Central de Pós Graduação e Pesquisa – CCPG, solicitou que para a recertificação da dissertação “A relação entre o psicólogo negro e o cliente branco em um país racista”, de minha ex-orientanda Rosangela Franklin dos Santos, será necessário o pedido de *ERRATA*, aponto abaixo, onde está o erro, e depois o trecho correto, assinando este documento junto com a referida aluna.

Informo ainda que não há nada mais a corrigir, além do termo **branquitude crítico-passiva para branquitude crítico-ativa**, que se encontra no último parágrafo da página 102, em sua segunda linha. A defesa desta dissertação ocorreu em março do corrente ano e o erro foi detectado em setembro, quando da última devolutiva, feita aos psicólogos que participaram da pesquisa, sendo que todos já foram comunicados do mesmo.

Tal solicitação se faz importante, pois é um conceito teórico, que dentro do assunto tratado, tem um peso considerável para compreensão dos leitores e responsabilidade sobre o conteúdo da pesquisa. A dissertação já se encontra na biblioteca e também em domínio público e por isto a importância da *ERRATA* para os leitores interessados no tema.

Em anexo: Encaminhamento especificando a página e o parágrafo para *ERRATA*.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2022.

Orientadora



Maria Helena Rodrigues Navas Zamora

Mestranda



Rosangela Franklin dos Santos Rozante

Matr. 2012215



Rosangela Franklin dos Santos Rozante

**A relação entre o psicólogo negro e
o cliente branco em um país racista**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Clínica (Psicologia Clínica) da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada:

Prof^a. Maria Helena Rodrigues Navas Zamora
Orientadora
Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Prof^a. Rebeca Nonato Machado
Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Prof^a. Vanessa Menezes de Andrade
Pesquisadora Autônoma

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização do autor, do orientador e da universidade.

Rosangela Franklin dos Santos Rozante

Psicóloga Clínica reconhecida pelo Conselho Federal de Psicologia, sob o registro CRP-05/5024. Graduação e Licenciatura em Psicologia pelo Centro Universitário Celso Lisboa desde 1981. Tem experiência na área de Psicologia com ênfase em intervenção terapêutica em consultório e Instituições. Pesquisadora de temas relacionados à questões etnico-raciais desde o ano de 2018, com o enfoque na clínica psicológica e suas possibilidades de intervenções nas relações entre negros e brancos. Membro do Grupo Porta da Lembrança - Grupo Internacional de Pesquisa e Intervenção Antirracista (PUC/RJ). É diretora do Espaço Terapêutico Caminhos do Self - Artes e Terapias Integradas Ltda, desde o ano de 2000.

Ficha Catalográfica

Rozante, Rosangela Franklin dos Santos

A relação entre o psicólogo negro e o cliente branco em um país racista/Rosangela Franklin dos Santos Rozante; orientadora: Maria Helena Rodrigues Navas Zamora. – 2022.

143 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2022.

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Relações raciais na clínica. 3. Racismo estrutural. 4. Estruturas psíquicas. 5. Branquitude. I. Zamora, Maria Helena Rodrigues Navas. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

Agradecimentos

A Deus por ter me permitido viver e compartilhar de tantas conquistas até os meus dias de hoje.

À minha orientadora, profa. Dra. Maria Helena Rodrigues Navas, pela sua grandeza e sensibilidade em compartilhar seus saberes com tanta generosidade em suas orientações e supervisões em meu trabalho. Uma dedicação de alguém que coloca acima de tudo o ser humano. Alguém que usa a academia para integrar, incluir e fortalecer a estima de todos os seus alunos, oferecendo suporte para vencer obstáculos. Alguém que chama seus alunos para um olhar de futuro sem medo. Alguém que abraça e se compromete junto, oferecendo uma casa chamada coração.

Ao meu querido amigo Carlos Bernardi (*in memoriam*), um psicólogo branco consciente do racismo. Foi você o maior incentivador que tive para que não deixasse de me aprofundar sobre o racismo na minha clínica, e que eu pudesse levar ao mestrado tudo que fosse possível compartilhar em relação a esta falha na sociedade.

Aos professores envolvidos nas minhas bancas de Qualificação e Dissertação de Mestrado: Prof. Dr. Mario Luiz (Cefet-PPRER), um marco nas minhas escritas, profa. Dra. Rebeca Nonato Machado, pelo carinho e troca que tanto colaboraram para a minha pesquisa e Profa. Dra. Kenia Maia, alguém de coração aberto para o Outro em todas as suas diversidades e Profa. Dra. Vanessa Menezes de Andrade, pela gentileza em vir junto comigo neste grande desafio.

A todos os amigos do grupo de pesquisa Porta da Lembrança - Grupo Internacional de Pesquisa e Intervenção Antirracista (PUC/RJ), que me receberam com tanto carinho e puderam me proporcionar vários momentos de reflexões e troca, em debates riquíssimos sobre o imenso sofrimento psíquico que o racismo é capaz de proporcionar. Em especial, Juan Telles, mestrando e Maria Tereza Azevedo Silva, doutoranda, e, as minhas colaboradoras nas transcrições da pesquisa, Fernanda, e Eyshila, que se disponibilizaram a ajudar sempre. Ao grupo todo eu digo, a pandemia não nos dividiu, só nos uniu ainda mais. Um grupo que compõem a diversidade étnica-racial, onde o indígena, o negro e o branco olham todos para uma mesma direção. O ser humano.

À Diretoria do Programa de Pós-graduação em Psicologia da PUC-Rio, técnicos administrativos e demais funcionários, em especial a Marcelina Andrade pela disponibilidade sempre presente em ajudar aos alunos, e por quem tenho profunda admiração.

Aos meus incansáveis colaboradores na revisão ortográfica e formatação deste trabalho, Jane Carla Santos Gomes e a Vagner da Silva Pessanha, pelo carinho, paciência e dedicação. Um agradecimento eterno.

A todos os psicólogos entrevistados pela grandiosidade em dividirem comigo suas experiências. Poderem compartilhar com a psicologia em direção à novos rumos tão necessários a ciência do comportamento humano, sobre as diversidades e principalmente, na observação sobre o racismo nas relações na clínica psicológica.

Ao meu pai José Hélio (*in memoriam*) pela sua garra em me mostrar do que um corpo negro é capaz para buscar o seu lugar de pertencimento. Alguém que veio de um trabalho braçal de manutenção debaixo dos trilhos de um trem e chegou ao reconhecimento como médico depois de tantas lutas, sem nunca perder seu foco. A sua companheira, minha mãe Maria José, pelo caminho que me ensinou, que quando feminino e masculino se juntam em integração, companheirismo, amor e admiração, os frutos são rebentos potentes como eu e meus queridos irmãos Rosimery Franklin dos Santos Abreu e Gilmar Franklin dos Santos (*in memoriam*). Um pedacinho de cada um de vocês.

Aos meus avós maternos Pedro de Almeida e Alzira Franklin (*in memoriam*), que me ensinaram o agradecimento por cada momento da vida como uma dádiva à qual devemos diariamente valorizar. Que compartilharam comigo seu imenso amor e seus saberes ancestrais no cuidado ao outro, sempre com respeito e dignidade.

Aos meus avós paternos, Sebastião dos Santos e Iracema Silva Santos (*in memoriam*), que me introduziram a arte em seus vários seguimentos, e à história de luta de meus ancestrais negros que vieram de África para o Brasil, e aqui formaram um grande quilombo familiar em terras mineiras.

Agradeço ao meu companheiro de vida e pai dos meus filhos, Antonio Machado Rozante, que por tantas vezes me ajudou a encontrar espaço em minha vida diária, para poder me dedicar ao mestrado. Sempre me incentivando e sendo sensível à minha ausência, muitas vezes em momentos difíceis nos quais ele sempre se colocou disponível. Um amor declarado em seu silêncio, em suas atitudes, em seus olhos, em sua alma. Um homem branco que representa aqueles que conseguem trocar de lugar e se perceberem no lugar do Outro, seja ele quem for, com respeito, admiração, troca e compartilhamento. Uma admiração recíproca, que iniciou quando nos conhecemos.

Aos meus filhos Pedro Victor Rozante e Luytha Rozante. Por todos os momentos em que estiveram comigo desde sua gestação até os dias de hoje. Filhos do amor, filhos do coração, filhos que admiro e pelos quais sou admirada. Esta vida é pouco para representar o quanto os amo. Obrigada por vocês aportarem na minha vida. Nossos caminhos são eternos. À Thayanne, minha nora, minha filha. Uma menina especial, que chegou para ficar no meu coração.

À minha família, imensa, que aqui não teria como homenagear a todos. Obrigada por vocês serem o meu porto seguro. Não sei se escolhemos, em algum momento ancestral, a família que iremos nascer. Porém, sei que em outra vida, se tivesse que escolher, pediria para voltar na mesma. Tenho um baita orgulho de vocês, tios, primos, sobrinhas. Aprendi com vocês a ter orgulho de ser uma mulher negra, ainda que num país racista.

À minha amiga irmã Elisabete Timbó, alguém que sempre esteve comigo desde minha infância até os dias de hoje, acompanhando todos os seguimentos de minha vida, momentos de alegria e tristeza. Uma amizade que ultrapassa esta vida. A todos os meus pacientes, brancos e negros, que ao longo destes 40 anos de clínica, foram o estímulo para meu caminho como psicóloga. Onde, havia sempre dentro de mim o desejo de saber mais, de aprofundar-me em seus sofrimentos e necessidades de intervenção clínica. Eu aprendi e espero continuar aprendendo muito com vocês.

Aos meus amigos, todos os profissionais da clínica Espaço Terapêutico Caminhos do Self, que dirijo desde o ano de 2000. Obrigada por entenderem o meu período de mestrado, onde pude contar sempre com vocês. Uma equipe voltada para o engajamento do trabalho com o ser humano em todas as suas possibilidades de autoestima e valorização da vida. Aqueles que tocam comigo todos os seguimentos deste trabalho, que se mantém possível porque tenho vocês fazendo parte da minha jornada pessoal e profissional.

A todos os meus alunos, que enveredaram comigo um caminho pela profissão de psicólogos e também de arteterapeutas. Que acompanharam minha trajetória até os dias de hoje. Todo meu carinho e respeito a todos vocês.

A Géssica Barbosa Costa, que teve a sensibilidade de cuidar da casa em que vivo dando todo apoio nos meus momentos de ausência para dedicação ao mestrado. Não uma auxiliar, mas uma amiga, a quem tenho profunda gratidão.

A minha analista, Camila de Souza Figueiredo, que enveredou comigo em minha jornada pessoal no acesso ao inconsciente, para que não me blindasse e nem sucumbisse às armadilhas que o racismo causa.

Por fim, agradeço a todos os meus ancestrais. Minha história é continuidade do legado deixado por vocês.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Resumo

Rozante, Rosangela Franklin dos Santos; Zamora, Maria Helena Rodrigues Navas. **A relação entre o psicólogo negro e o cliente branco em um país racista.** Rio de Janeiro, 2022. 143p. Dissertação de mestrado – Departamento de Psicologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A pesquisa teve como objetivo estudar as relações raciais intersubjetivas, decorrentes da relação transferencial entre psicólogos negros e seus clientes brancos. Considerou o fato de a Psicologia social e clínica, em diversas pesquisas, ter apontado para a necessidade de os psicólogos lidarem com questões raciais, presentes na sua prática cotidiana. A pesquisa, usando a plataforma online, utilizou para a coleta de dados, a metodologia clínico-qualitativa, com entrevistas individuais semiestruturadas, com 10 psicólogos (as) clínicos negros (as), a partir do método de Análise de Conteúdo de Laurence Bardin. Percebeu-se tanto a necessidade de compreensão de racialização quanto dos efeitos do racismo manifesto nas estruturas psíquicas. As possibilidades de reflexões sobre processos de intervenção, para uma psicologia atenta à manutenção da saúde mental a partir das diversidades e de suas singularidades no racismo estrutural brasileiro.

Palavras-chave

Relações raciais na clínica; racismo estrutural; estruturas psíquicas; branquitude.

Abstract

Rozante, Rosangela Franklin dos Santos; Zamora, Maria Helena Rodrigues Navas (Advisor): **“The relationship between the black psychologist and the white client in a racist country.”**. Rio de Janeiro, 2022. 143 p. Dissertação de mestrado – Departamento de Psicologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The research aimed to study the intersubjective racial relations, arising from the transferential relationship between black psychologists and their white clients. It considered the fact that social and clinical psychology, in several research studies, has pointed to the need for psychologists to deal with racial issues, present in their daily practice. The research used the online platform for data collection, the clinical-qualitative methodology, with semi-structured individual interviews, with 10 black clinical psychologists, based on Laurence Bardin's Content Analysis method. It was noticed both the need to understand racialization and the effects of racism manifested in psychic structures. The possibilities of reflections on processes of intervention, for a psychology attentive to the maintenance of mental health from the diversities and their singularities in the Brazilian structural racism.

Keywords

Racial relations in clinic; structural racism; psychic structures; whiteness.

Sumário

1. Introdução	10
2. O negro e o branco no cuidar: lugares distintos	23
2.1. O sistema escravocrata	25
2.2. O branco e o negro na eugenia.....	32
2.3. O Embranquecimento	34
2.4. Raça e identidade: formação do racismo estrutural	38
2.5. A branquitude.....	45
2.6. A luta antirracista	47
3. A clínica psicológica e a questão do trauma	49
3.1. A psique e a vida emocional de negros e brancos	51
3.2. De brancos para brancos - a psique na abordagem eurocêntrica	56
4. A pesquisa.....	62
4.1. Procedimentos	62
4.2. Participantes	63
4.3. Instrumentos	65
4.4. O uso de plataforma online, inferências e emoções nas entrevistas.....	66
4.5. A pesquisa no contexto da pandemia	67
4.6. O que é uma metodologia clínico qualitativa?	69
4.7. O que é uma análise de Conteúdo?	70
4.8. As temáticas e suas categorias.....	72
4.9. Categoria Raça e Racismo na Vida do Entrevistado.....	78
4.10. Categoria Encontro Clínico	98
4.11. Categoria Manejo Clínico	108
5. Considerações finais	128
6. Referências bibliográficas	132

1. Introdução

“A questão não é ser negro, mas sê-lo diante do branco.”
(Frantz Fanon, 1983, p.91)

Ainda que se comprove, através de várias pesquisas, a existência do racismo no mundo, há quem afirme que no Brasil ele não existe e que é um problema criado pelos negros. Ainda que a marcha Zumbi dos Palmares contra o racismo pela cidadania ocorrida em 1995, na cidade de Brasília, onde o presidente Fernando Henrique Cardoso tenha oficialmente admitido a existência do racismo no Brasil, ainda há discursos que avaliam o racismo como uma falácia. Discursos que sustentam que vivemos em harmonia em relação às diferenças entre negros e brancos, que todos somos iguais, até que... em uma próxima esquina, no cotidiano, na mídia, nas instituições, ou seja, na sociedade, aconteça algo que continue mostrando exatamente o contrário.

Na graduação em Psicologia, encontramos ainda poucos estudantes negros, sendo a grande maioria composta por alunos e professores brancos. O Conselho Federal de Psicologia (2013) sinaliza a profissão como aquela onde ainda encontra-se a maioria de mulheres, estudantes, professores e profissionais de pele branca.

Vale ressaltar que a Psicologia, como clínica, é também uma Psicologia Social, que acompanha fenômenos que tanto sinalizam o coletivo quanto o individual. As relações sociais se constituem de interações com a sociedade e os grupos nela constituídos, e a questão racismo está envolvida como aspecto de estudo social e suas intersubjetividades com a psicologia clínica. Ainda hoje, poucos veem o tema racial sendo contemplado nos currículos como disciplina obrigatória nos cursos de psicologia. Quando o encontramos, estão em disciplinas eletivas que ficam à escolha do aluno, e muitos concluem sua graduação sem nunca terem ouvido falar em psicanalistas que se debruçaram e se debruçam sobre a questão racial, como Neusa Santos Souza, Frantz Fanon, Grada Kilomba, Virginia Bicudo, Isildinha Baptista Nogueira, Maria Aparecida Bento, Maria Lucia da Silva, Noemi Kon, entre outros psicólogos e psicanalistas, e muitos outros teóricos de áreas voltadas para os estudos sociais, educação, comunicação e

mídias, medicina, antropologia, história, literatura, artes, que se aprofundaram na temática sob um olhar clínico, político e social, cujas produções são de extrema importância para os psicólogos, no contexto da construção, evolução e desenvolvimento nos estudos do racismo brasileiro.

Cada vez mais temos estudantes e psicólogos que necessitam conhecer instituições brasileiras que se debruçam sobre a temática, oferecendo grupos de estudos, cursos de extensão e especialização para psicólogos que desejem buscar o letramento e o manejo clínico para lidarem melhor com seus clientes que sofrem o racismo em sua vida diária.

A omissão desta temática demonstra uma colonização do conhecimento, quando os psicólogos poderiam contribuir com análises críticas sobre a situação racial e social em nosso país, análises essas que levantariam reflexões sobre determinados sofrimentos psíquicos, oriundos da relação com a questão racial, e a necessidade de aprofundamento em pesquisas, que esclareçam as implicações psicossociais decorrentes dessa relação. (SANTOS & SCHUCMAN, 2015; SCHUCMAN, MARTINS & VIEIRA, 2017; KILOMBA, 2019)

“As produções da Psicologia e principalmente da Psicologia Social, passam a pensar o fenômeno do racismo do ponto de vista psicossocial e não psicologizante, pois não localizam no sujeito discriminado a responsabilidade pela discriminação racial que vive cotidianamente, e sim nas relações de poder entre diferentes grupos, evidenciando a força dessa categoria como fator de diferenciação e de hierarquização social. Nesse momento a Psicologia Social brasileira é chamada a responder a esse problema, principalmente por agentes dos movimentos sociais negros, e a prestar contas da lacuna em sua produção no que se refere aos estudos das relações raciais.” (SCHUCMAN, MARTINS & VIEIRA, 2017, p.178)

Todos os psicólogos deparam-se com esta realidade já no início de sua formação acadêmica. Com relação às disciplinas, além do que já foi dito, as melhores universidades públicas e privadas mantêm grades curriculares em horários que não favorecem àquele aluno que precisa trabalhar durante o dia. Aquele que precisa ajudar nas despesas da casa, que é proveniente de uma realidade socioeconômica carente, que trabalha para sobreviver - o estudo acaba sendo privilégio de alguns e exclusão de outros. Uma estrutura de poder institucional que se estabelece na desigualdade de condições de acesso a homens e

mulheres negros (as), indígenas e aos considerados diferentes, bastando, para isso, olhar o real cenário de uma turma de alunos universitários de acordo com suas etnias, raças e classes sociais, principalmente de cursos considerados mais elitizados, dentre eles a psicologia.

De acordo com Lanza (2021) em aproximação ao pensamento de teóricos como Frantz Fanon (1983) e Clóvis Moura (2019), a psicologia ainda se debruça sob um arcabouço conceitual branco, de pensamento científico norte americano e europeu, representantes oficiais de um capitalismo global, onde os teóricos latino-americanos não têm a mesma representação de valor.

Porém, vale ressaltar que esta realidade vai se manifestar no ambiente de trabalho terapêutico do psicólogo, trazida por clientes como sofrimento psíquico, sofrimentos estes que não foram vistos na academia de acordo com as diversidades, singularidades culturais e étnico-raciais necessárias.

Os estudos iniciados, até então, debruçavam-se na relação entre psicólogo negro e o cliente negro, reconhecido por uma questão de vivências similares de racismo e compreensão mútuas. Estes estudos se fizeram importantíssimos pela singularidade do ser negro; porém, a grande maioria de psicólogos que se forma no Brasil é branca e não vivenciou o racismo como o negro. É oriunda de uma realidade de um racismo institucional construído no sistema educacional, que ao longo de séculos vem dificultando a adesão de negros à educação e, assim, mantendo a hegemonia branca. Naturalizam o racismo pelo fato de perceberem as questões raciais em nosso país como um problema social do negro ou do indígena e focam os conflitos psíquicos de acordo com o que aprenderam em um letramento teórico selecionado como validade absoluta.

O profissional deve atentar para o fenômeno do racismo em sua prática clínica, trazendo uma reflexão sobre as relações de poder entre aquele que discrimina e aquele que é discriminado. (SCHUCMAN, MARTINS & VIEIRA, 2017; DAMASCENO & ZANELLO, 2018; SOUZA, 1983)

O I Encontro Nacional de Psicólogos (a) Negros (as) e Pesquisadores (as) sobre as Relações Interraciais e Subjetividade no Brasil (I PSINEP) produziu a Carta de São Paulo, que enfatizava:

“Toda a psicologia precisa se responsabilizar pela superação da dívida histórica relacionada com as necessidades da população afrodescendente em nosso país, sobretudo no que diz respeito às intensas cargas de sofrimento historicamente impostas pelo racismo. Não achamos que a superação do racismo seja uma luta de interesse exclusivo do povo negro, sobretudo porque ela envolve a tomada de consciência dos brancos sobre a sua condição de perpetradores, conscientes ou inconscientes, das violências sofridas por todas (os). O racismo representa um desperdício de importantes energias sociais de negras (os) e brancas (os), imobilizadas, cristalizadas, através de práticas sociais que precisam ganhar visibilidade. O enfrentamento que leve à sua superação deve, portanto, interessar e envolver todas (os).” (IPSINEP, 2010, p.2)

A psicologia e suas abordagens, enquanto ciência de comprometimento com a análise do comportamento humano, com a subjetividade, não poderia estar distante de uma reflexão sobre o racismo, que se estabeleceu a partir de muito sofrimento psíquico. Um processo dinâmico, por ter a capacidade de se transformar e de se excluir das situações que o provocam. Daí, chegaremos mais adiante, ao conceito de branquitude. De acordo com Cardoso (2008, p.83), os estudos sobre branquitude, foram iniciados por Gilberto Freyre, em 1962, fazendo uma analogia crítica, a ideia de negritude e branquitude na sociedade brasileira. Para Cardoso, a branquitude estabeleceu uma identidade racial branca no Brasil mantendo um pacto de privilégios e silenciamentos, como será visto mais adiante.

Estruturada pelo racismo, a relação entre negros e brancos permanece em zona de aspectos ocultos que necessitam de reflexão e mais pesquisa científica. Na Psicologia ainda não temos pesquisas acadêmicas que mostrem como a relação acontece na clínica quando o psicólogo é negro e o cliente é branco, daí o ineditismo dessa pesquisa, que será mostrada no Capítulo “A Pesquisa”.

Na psicologia, não temos materiais de recursos para avaliação de conteúdos psíquicos e emocionais que se destinem à investigação, na saúde mental, do sofrimento pelo viés do racismo. A valorização das diversas “raças” e etnias nas culturas não europeias e americanas não são um objeto de estudo comum. Os testes projetivos, por exemplo, foram criados por brancos e dentro de uma realidade que contempla o processo psíquico de uma forma generalizada, como se todos fossem iguais.

A criança negra continua tendo dificuldade em se ver representada, pois a grande maioria dos brinquedos ainda refletem uma beleza e estética branca. Muitas vezes são estes os brinquedos encontrados nos consultórios de psicólogos infantis. Na mídia e na vida cotidiana, ataques racistas são frequentes e poucas pessoas têm ajuda psicológica adequada para lidar com eles, principalmente se não tiverem recursos financeiros, já que as políticas públicas não se sustentam para acolher os que mais necessitam.

De acordo com Schucman (2018, p.28) e Cardoso (2017, 2014), há no Brasil um estranhamento do fato de uma pesquisa enfocar o branco, retirando o negro do lugar do problema. No contexto da pesquisa feita por Lourenço Cardoso (2014), foi considerado em sua tese de doutorado o fato de ser um negro a pesquisar o branco ao dizer:

“Podemos considerar que, estudar o branco “soa” estranho. O caminho natural seria permanecer com a pesquisa somente sobre o negro, porque é o “ser problemático”, aquele que necessita de explicação científica (Munanga, 1988). O pesquisador que procura estudar o branco depara-se com esse “estranhamento”, analisado também por outros autores sobre a branquitude na academia. “Quando o pesquisador é o negro o objeto o branco, ocorre uma inversão do que é tradicional na academia brasileira. Nos estudos sobre a branquitude ocorre frequentemente o encontro entre o pesquisador branco e objeto branco.” (CARDOSO apud MUNANGA, p.119)

Pelo fato de passar por um silenciamento ou ser tomado como um dado natural inquestionável, mantendo a branquitude em um lugar privilegiado de não precisar o branco ser estudado, Schucman (2014) considera, em relação à pesquisa, duas hipóteses para este fenômeno ainda se manter:

“O fato de que a grande maioria dos psicólogos e pesquisadores são brancos e socializados em uma população que se acredita desracializada, colabora para retificar a ideia de que quem tem raça é o outro e para manter a branquitude como identidade racial normativa. A outra hipótese é que desvelar a branquitude é expor privilégios simbólicos e materiais que os brancos obtêm em uma estrutura racista; e, assim, os estudos sobre brancos indicam que o ideal de igualdade racial em que os brasileiros são socializados, opera para manter e legitimar as desigualdades raciais.” (p.84).

Nesta pesquisa, considere a relação na clínica entre o branco e negro, na intenção de compreender, através de relatos, como o psicólogo negro observaria,

em seu cliente branco, as manifestações do racismo: nas ações, nos valores, nos limites, nas relações interpessoais, na origem e estruturas psíquicas e na relação clínica transferencial. Aqui tratarei mais objetivamente do racismo na formação do psicólogo, pois sua graduação ainda não está voltada para este olhar, não obstante ser ele um grave problema social e psicológico. (CARONE & BENTO, 2014; SANTOS & SCHUCMAN, 2015, pp.131-135)

Com um legado europeu marcado, foi necessária também uma reflexão histórica sobre o racismo e sobre a consciência do ser branco e do ser negro em um país racista como o Brasil ao tratar da questão da influência da cor da pele. O racismo aponta para a compreensão das vantagens e desvantagens, benefícios e proibições, exclusão, sofrimento e tentativa de adaptação contínua e incansável do negro e do indígena no nosso país. Morrendo aqui, nascendo ali, com novas roupagens, sem paz e de difícil extinção, assim faz o racismo enquanto estrutura, para manter-se vivo.

Assim, penso que caberia aqui colocar que toda pesquisa tem a motivação do pesquisador para ela. Se for um casamento apaixonado, se houver uma implicação com a temática, o caminho se faz naturalmente. No meu caso, quis falar de algo que me tocasse profundamente, que pudesse me trazer autoconhecimento, reflexões sobre identidade racial, assim como a possibilidade de levar outros psicólogos, negros e brancos, a se debruçarem sobre as suas subjetividades e de seus clientes, colaborando para novas reflexões dentro de uma temática tão séria e importante como o racismo.

Observar possibilidades da psicologia em um olhar holístico articular-se também através do letramento necessário sobre a temática das diversidades, ocupando um espaço de escuta, reflexão e transformação em direção a práticas antirracistas (CARDOSO & SCHUCMAN, 2015). Este enfoque, portanto, foi da mais alta relevância na construção do *corpus* desta pesquisa. Muito mais ainda quando estive em cena uma psicóloga negra entrevistando 10 psicólogos negros, de regiões diversas, no encontro clínico com os seus clientes brancos e na observação do fenômeno do racismo no processo do vínculo entre eles.

Autorreflexões

“se minhas palavras parecem preocupadas demais em narrar posições e subjetividade como parte do discurso, vale a pena lembrar que a teoria não é universal nem neutra, mas sempre localizada em algum lugar e sempre escrita por alguém, e que este alguém tem uma história.” (Grada Kilomba)

Em minhas reflexões trago, na vivência do racismo, experiências pessoais que envolveram toda a minha história. Na universidade já percebia claramente a predominância de teóricos brancos, professores e alunos brancos. Entre aqueles que chegaram a cargos de visibilidade, não encontrava os negros como eu. Não conseguia me ver representada. Não tive nenhum professor negro durante os cinco anos de minha graduação. Nas entidades de classe dentro da psicologia e psicanálise, sempre via (e ainda vejo) os cargos sendo ocupados por brancos, o que apontava o racismo entre os próprios grupos afins, que pregavam discutir a saúde mental em sua prática.

A partir da minha vivência profissional como psicóloga iniciada em 1982, considerei conjugar minha história com esta pesquisa. Sou negra, neta de uma benzedeira, mulher negra respeitada por sua sabedoria, que cuidava da saúde das pessoas em uma comunidade em Niterói, município brasileiro da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro. Através das plantas maceradas e preparadas como beberagens e rezas, usava os segredos passados por seus e meus ancestrais. Creio que não foi por acaso que cheguei à psicologia para acolher as dores alheias, coisa que vó Alzira, fez por anos em sua vida.

Sou filha de um médico negro que só conseguiu chegar à universidade aos seus quase 50 anos de idade e de uma dona de casa de pele clara e cabelos lisos, que não se considerava branca, mas mestiça por conta dos pais interracialis. Embora tendo um grande orgulho de minha rede familiar, não tive o tema racismo sendo tratado dentro da minha família, mas tive experiências pessoais sofridas com ele. Enquanto meu pai fazia medicina, ao mesmo tempo eu iniciava psicologia nos meus 19 anos. Ele o único negro em sua turma de 35 alunos e eu, tendo apenas mais dois colegas negros em uma turma de 48 alunos.

Ao término da universidade, meu pai e eu levamos em torno de 10 anos para sermos enquadrados em nossas profissões, nos locais onde trabalhávamos, um órgão federal na cidade do Rio de Janeiro, que cuidava dos transportes

ferroviários em todo país. Tanto eu como ele fomos submetidos a provas de redirecionamento funcional, às quais fomos aprovados. Vimos outros funcionários passarem à nossa frente, ocupando de forma desigual, desonesta e imparcial os cargos aos quais já estávamos aptos e que viemos desempenhando por anos, sem a remuneração referente à classe, como desvio de função. Estes funcionários “estranhamente” eram todos brancos. Nesta época eu e meu pai atuávamos em paralelo, em consultório particular, com horário noturno, iniciado logo que nos formamos. Ele um ano antes de mim. Ocupamos a vaga somente após uma intervenção por nossos direitos adquiridos, em lugares diferentes. Aqui acho importante ressaltar que esta intervenção foi um ato de enfrentamento de um homem branco, que ocupava um lugar de liderança, mas que também vivia o racismo em sua vida, por estar casado com uma mulher negra. O percurso deste interventor solidário foi de apenas um ano, o suficiente para mudanças, mas também de viver retaliações a ele, que acabaram com o seu pedido de transferência. Uma “traição aos seus”, que não foi perdoada e muito menos entendida através de uma consciência crítica.

Ao longo de 35 anos, até o momento de sua aposentadoria, meu pai foi o único médico negro dentro da empresa, um fato que sempre me chamou muito a atenção. Trabalhei nesta mesma empresa por vinte anos e durante estes, além de mim, apenas duas psicólogas negras passaram por lá; todas nós vivenciamos o racismo institucional. A partir disto, decidi sair para fazer meu próprio caminho profissional e desenvolver uma psicologia mais humana e inclusiva; comigo, com outros profissionais com situação semelhante à minha e também com os clientes.

Minha família construída é interracial, com um companheiro branco e filhos de pele muito clara. Obviamente, passei (e ainda passo) por situações de racismo ao estar junto deles, pois toda mulher negra com um homem branco e com filhos mestiços, de pele clara, sabem exatamente como a sociedade a olha com “estranhamento.” No Brasil, a classificação racial e o respeito às pessoas vem atrelada à classe e à aparência física. (NOGUEIRA, 2006)

No meu trabalho clínico independente da empresa, deparei-me com a grande maioria de clientes brancos, que expressavam espanto ao se depararem com uma psicóloga negra, que eles próprios haviam buscado para atendimento

clínico. Daí, meus questionamentos internos iniciaram a necessidade de buscar minha origem de forma mais conceitual e um letramento no assunto.

Considerar que chegar a ser reconhecida profissionalmente dependeria de meu esforço, colocou-me sempre em situações de tensão e autodefesa. Os clientes negros e brancos agiam indiretamente em seus conflitos relacionados a questões de raça e racismo em seus sistemas de crenças, e eu não sabia como manejar clinicamente com as suas demandas.

Percebi que minha consciência crítica a partir da história do negro precisava de aprofundamento, mas também de como lidar com ela na relação com o branco, em um estudo sobre as relações raciais na clínica. Isto só me foi possível bem depois, ao ouvir um querido psicólogo branco, meu supervisor em casos clínicos, dizer que eu precisava me racializar e falar disso na experiência clínica, no caminho ao mestrado.

Eu havia passado por várias abordagens de supervisão dentro da psicologia e todas mostraram a mesma dificuldade, justamente por conta de um letramento europeu e americano, centrado na psique sem observar a singularidade étnico-racial. Este supervisor foi quem teve a coragem de reconhecer que, como branco, tinha limitações para analisar o racismo por não o ter vivido, pela falha de letramento da psicologia na sua formação e pelos privilégios dados aos brancos em nossa história, incorporados de forma estrutural em nossa sociedade, fazendo com que isto pudesse contaminar suas análises, para os casos que eu levava até ele.

Refletindo e compartilhando minhas experiências clínicas, trago aqui inicialmente um cliente branco, que ao me ver pela primeira vez, disse: “Nossa! Mas eu não te imaginava assim, tão diferente, desculpe-me. Espero poder gostar do seu trabalho comigo.” No discurso percebi uma sutileza na dificuldade de dizer: “Você é negra, e eu não esperava isto. Vou analisar a qualidade do seu trabalho.”

Como sou psicóloga e também arteterapeuta, no contato com materiais plásticos de livre expressão do inconsciente, utilizando técnicas não verbais, de representação simbólica, as imagens também mostravam o racismo. Por exemplo, no caso: Um adolescente branco, ao montar um trabalho de colagem, onde

solicitei que ele pudesse me apresentar cenas que compartilhasse com amigos, escolheu imagens de grupos de jovens, todos brancos, embora houvesse me informado que seu melhor amigo era um rapaz negro.

Outro caso foi o fato de uma cliente branca, cega desde os sete anos de idade, em seu discurso verbal, trazer a questão de me imaginar uma psicóloga de pele clara, cabelos e olhos claros. Ao ser indagada do porquê me via assim, considerou minha "voz e educação" para formar nela esta minha imagem. Percebi, assim, que estávamos diante de um imaginário com conteúdo "racista", que precisava ser trabalhado, pois o tom educado da voz estaria sendo atributo de brancos. Percebi a questão do racismo necessitando ser tratada dentro da clínica como uma necessidade de reflexão e reconhecimento ao seu discurso.

Apresento ainda outro fragmento de caso clínico, onde uma cliente branca, estudante, tinha seu tratamento pago por seu pai. A partir do momento em que ele me conheceu, decidiu barganhar valores e solicitar uma declaração mensal de atendimento psicoterápico para ser enviada ao plano de saúde, para ressarcimento. Os valores recebidos pelo plano foram sendo desviados para outros fins. Ao ser confrontado, pagou, mas decidiu retirar a filha do tratamento. A cliente manteve-se por conta própria em terapia, pagando com a mesada que recebia do pai, até o momento que este soube e deixou de dar-lhe a mesada, como retaliação. Isto trouxe explicitamente seu sofrimento, por reconhecer o ambiente familiar racista em que vivia e a real necessidade de dar continuidade, buscando trabalhos temporários, que pudessem lhe ajudar a pagar sua terapia. Mais à frente a cliente abandona a terapia, comunicando não ter condições de sobreviver às retaliações do pai, evidenciando não ter conseguido renunciar a seus privilégios e desistir do que poderia ser considerado como transgressão ou traição ao pai.

Por último, minha passagem no mestrado, onde o meu tema de pesquisa trouxe incômodo a uma determinada professora da universidade, psicóloga, branca, que o questionou como válido diante da turma, considerando que a psicologia age de uma forma neutra e natural diante do racismo, e que ele portanto não se aplicaria à prática clínica. Comprovei meu argumento, trazendo para ela e para os outros alunos, uma pesquisa realizada pelo CRP-8ª Região (MADER, 2016) que mostrava que psicólogos negros causam impactos em clientes brancos e que ainda que não se assumindo racistas ou com privilégios em nossa sociedade,

alguns brancos recusam ou desqualificam serem atendidos por psicólogos negros. Este fato colocou-me diante de uma reação, que veio como retaliação, em sua avaliação. Nesta disciplina, além de mim, na turma, havia apenas mais uma pessoa negra; aliás, um panorama que percebi também em outras disciplinas.

Estes casos foram motivadores e essenciais para debruçar-me sobre o fenômeno da relação entre o psicólogo negro e o cliente branco no manejo clínico transferencial em um lugar de afirmação e altivez de conhecimentos necessários, pois, lidar com o Outro não é negar o contexto onde este Outro está inserido. Isto me fez refletir como a imagem é fator preponderante para uma sociedade diante do racismo. Fato que me levou a refletir ainda mais sobre a questão do embranquecimento como saída, ligado a uma profissão onde há uma minoria de negros. Um imaginário social que, certamente, leva a uma "blindagem psicológica"¹ de muitos colegas, psicólogos negros como eu, para manterem-se dentro de uma sociedade onde o racismo ainda é um tabu de discussão plena e clara, considerando que a fuga a lidar com o assunto produz uma forma de mantê-lo vivo de forma sutil e sempre renovada.

Considerar que chegar a ser reconhecida profissionalmente dependeria de meu esforço, colocou-me sempre em situações de tensão e autodefesa, vivenciando o conceito de "meritocracia"², onde qualquer um pode chegar a qualquer lugar, basta se esforçar (ALMEIDA, 2018); um esforço que gera auto cobrança e sofrimento contínuo.

Necessitei passar dois anos por grupos de estudos e disciplinas como ouvinte sobre a temática racial, até chegar ao mestrado na PUC-Rio. Ainda que sendo uma universidade de grande circulação de professores e alunos brancos, a maioria de classe alta, no mestrado, meu grupo de pesquisa e intervenção em práticas antirracistas (laboratório conduzido por minha orientadora, com alunos indígenas, brancos e negros), trouxe muitas outras reflexões críticas sobre o assunto, de forma consciente e atuante para minha clínica.

Para alcançar o objetivo proposto, os capítulos estão apresentados como um caminho na abordagem teórica e vivencial da seguinte forma:

¹ Aqui entendido como uma forma de negar, mudar pensamentos, padrão mental e reação emocional, para se livrar de ansiedade e sentimentos negativos, pela experiência com o racismo.

² Predomínio numa sociedade, organização, grupo, ocupação etc. daqueles que têm mais méritos (os mais trabalhadores, mais dedicados, mais bem dotados intelectualmente etc.).

O Capítulo 1 introduziu a psicologia clínica e social em sua responsabilidade sobre a formação do psicólogo em relação à temática do racismo. Apresentou uma autorreflexão sobre os percursos da pesquisadora em relação ao tema e a questão do pesquisador negro enfocando o branco.

O Capítulo 2 disserta sobre os lugares distintos do negro e do branco nas relações de cuidado, a partir de um processo simbólico. Versa sobre as relações de cuidado que atravessaram os tempos e que se encontram até os dias de hoje. Reflete sobre as relações de cuidado na clínica psicológica, na relação entre o psicólogo negro e seu cliente branco. Apresenta um breve processo histórico no sistema escravocrata e no período pós-colonização com a chegada dos imigrantes brancos europeus. Propõe argumentar sobre a ideologia do embranquecimento e a branquitude como construções de interesses eugênicos, políticos e sociais, tendo em vista a difusão e o impacto desses pensamentos sobre a população negra em suas relações com os brancos: na cor da pele – como elemento estético e fenotípico na abordagem racial. Também aborda o conceito de raça e identidade na formação do racismo estrutural. Apresenta brevemente o antirracismo no Brasil, com a intenção de desvelar a subjetividade implícita na questão de não se admitir racista e não desejar ser racista, objetivando mostrar a questão da preservação da autoimagem do branco: maculada diante da sociedade e sendo corrompida ao se admitir racista.

O Capítulo 3 aponta a clínica psicológica trazendo um histórico sobre teóricos que se debruçaram sobre a temática do racismo no contexto familiar e social. É uma reflexão sobre atos racistas conscientes e não conscientes e as implicações conflituosas que eles acarretam. Aborda pontualmente a psique na abordagem eurocêntrica, produzindo um olhar que se desvia das diversidades singulares, nivelando todos sob um mesmo olhar e referência.

O Capítulo 4 relata o percurso do trabalho da pesquisa de campo, situando os passos necessários e o trabalho ocorrido através de entrevistas realizadas com 10 psicólogos negros. Enfoca a questão racial e do racismo, suas manifestações na vida destes profissionais e em suas práticas clínicas. Observa questões de vínculo e manejo com clientes brancos. Apresenta as categorias e subcategorias que se formaram através dos discursos, os resultados e as discussões em cada uma delas, em diálogo com a teoria.

O Capítulo 5 apresenta as considerações finais, trazendo reflexões sobre o trabalho da pesquisa e de que forma estes resultados se mostraram importantes para um olhar da psicologia brasileira sobre a questão racial e para apontar o caminho da superação do racismo, dos preconceitos e das desigualdades entre brancos e negros.

2. O negro e o branco no cuidar: lugares distintos

Em um país marcado pela escravidão dos indígenas e dos povos negros sequestrados do continente africano, é importante pensar nas relações de cuidado geradas em tal processo histórico. Enquanto escravizados, havia uma obrigação imposta para os negros no cuidado com brancos; adultos e crianças. O negro estava em um lugar inferior e sem nenhuma visibilidade, porém com um saber prático, cotidiano, que o branco não tinha, gerando certa dependência do branco em relação ao negro.

O relato abaixo é de uma psicóloga negra, ocorrido na pesquisa de campo já mencionada, sobre a realidade de sua casa onde vive com sua mãe. Esta fala mostrou a permanência da lógica do cuidado compulsório, como tarefa imposta no contexto colonial:

“Se a gente parar pra ver essa cuidadora de fora, geralmente são mulheres negras, empregadas domésticas. Eu tenho uma em casa, a minha mãe. Foi empregada doméstica, cuidou de uma família e ajudou a cuidar dos filhos da sua ex-patroa branca. Historicamente falando, geralmente este cuidado coube a mulheres pretas. Quem geriu, quem criou... Lélia Gonzalez fala disso. A mãe preta é a verdadeira mãe. É ela que dá banho, ela que dá comida, ela que faz tudo... A mãe branca só pariu. Só colocou no mundo, mas quem faz o cuidado, quem tem esse preparo é a mãe preta.” (TL)

Também os cuidados e manutenção de saúde do corpo branco foram dados pelas "amas de leite"³, as nutrizes dos filhos dos senhores. Isso se atualiza na função da empregada doméstica, a babá, como é mostrada por Gonzalez (1984), no texto aludido anteriormente, pela entrevistada TL:

“Ela, simplesmente, é a mãe. É isso mesmo, é a mãe. Porque a branca, na verdade, é a outra. Se assim não é, a gente pergunta: quem é que amamenta, que dá banho, que limpa cocô, que põe pra dormir, que acorda de noite pra cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí afora? É a mãe, não é? Pois então. Ela é a mãe nesse barato doido da cultura brasileira. Enquanto mucama, é a mulher; então ‘bá’, é a mãe. A branca, a chamada legítima esposa, é justamente a outra que, por impossível que pareça, só serve pra parir os filhos do senhor. Não exerce a função materna. Esta é efetuada pela negra. Por isso a mãe preta é a mãe.” (p.235)

³Criadas geralmente negras, conhecidas pela fartura de seu leite, que cuidavam de amamentar as crianças brancas recém-nascidas, a cujas mães faltavam esse alimento imprescindível.

É possível, a partir da permanência histórica referida, pensar em uma transversalidade mítica também em relação aos cuidados realizados pelas benzedadeiras negras. Estas, tendo sua sabedoria e ligação com a natureza, consultada pelo branco, a partir de seus sofrimentos físicos, espirituais ou emocionais, não contemplados pela ciência “branca.” ““Essas mulheres negras que benzem, parecem sentir o poder escondido de suas orações, e percebem a influência que exercem sobre as pessoas que as procuram.”” (AGUIAR, 2012, p.215)

Na relação terapêutica, afinal uma relação também de cuidado, ocorrem atravessamentos históricos das relações de cuidado impostas e das relações que implicam o reconhecimento do negro como portador de um conhecimento ancestral e arquetípico único, na arte, no saber das benzedadeiras e nas religiões de matriz africana. A assimilação cultural do negro há um tempo em lugares subalternizados, na intimidade da casa e na esfera do cuidado, bem como portando saberes diversos e importantes, passa a ser parte da cultura hegemônica, do branco. De acordo com Lima (2011) ““podemos considerar a memória uma forma discursiva que recria e fixa vivências, transformando-as em interpretações que atravessam tempos e desdobram realidades e que o passado pode apresentar diversas versões”” .(LIMA, p.50)

Ainda hoje, como dito, as empregadas domésticas e babás continuam tendo papéis próximos às escravas. Em sua grande maioria são negras e prestam serviços a uma família branca, não raro sem ter relação trabalhista regular, cuidando da casa, de seus filhos e estabelecendo, em muitas situações, uma relação de dependência do branco ao servidor negro. Algumas profissões desvalorizadas e mal remuneradas são marcadas pela cor da maioria de seus agentes, como faxineiros, porteiros, lixeiros, diaristas, trocadores de ônibus e outras (CAVALCANTE, 2021, p.55). Já a maioria das profissões de nível superior e, via de regra, mais bem remuneradas – como a de psicólogo– são muito mais comumente exercidas por pessoas fenotipicamente brancas.

2.1. O sistema escravocrata

Nascimento (1978) considerou que a sociedade que se estruturou sobre o regime escravista, provocando marcas de séculos de escravidão, trouxe uma intersubjetividade entre negros e brancos, em uma sociedade que trazia um mito de democracia racial inexistente, que não se libertou do sistema escravocrata. Enfatizou, ainda, que o papel do negro escravo africano foi fundamental para a corrente política e econômica no país, onde no período imperial, os grandes beneficiados foram os brancos proprietários de terras e de escravos e outros membros da nobreza e classe dominante.

No Brasil não há movimento de reparação constante e consistente dentro de um sistema de ações públicas, para os horrores da escravidão. Apesar da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), ter em 2014, anunciado a criação da Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra no Brasil, não houve reparações financeiras e mesmo o sistema de cotas ou a demarcação de territórios quilombolas, ainda são ações polêmicas criticadas pelo poder.

A psicóloga Noemi Moritz Kon (2017), ao se referir ao evento “O racismo e o negro no Brasil: Questões para a psicanálise”, ocorrido em 2012, no Instituto Sedes Sapientiae resalta parte do texto produzido, enfatizando que:

“É sabido que a constituição do estado brasileiro baseou-se no sistema escravocrata, o que determinou de saída um lugar social de desvalia para o afrodescendente e perpetuou o racismo contra o negro, ainda que denegado pela ideologia apregoada da mestiçagem das raças e da cordialidade de nosso povo.” (2017, p.26).

Kon, junto com outros intelectuais de áreas diversas como a antropologia, o cinema, a educação, a literatura, a psicologia social e psicanálise, trouxe a temática do racismo já abordando a questão das relações entre negros e brancos. O seu objetivo era mostrar a elaboração dos regimes de opressão que trouxeram sequelas na difusão e impacto na história da população negra no Brasil. É uma história ainda pouco contada, de como o país se fundou e as consequências da escravidão, como a criação e colaboração com o racismo. Aqui passarei um pouco por esse caminho com os leitores desta pesquisa, pois ao se reconhecer o racismo, aponta-se a possibilidade de mudanças em relação a ele. Porém, para isto ocorrer é necessário o conhecimento de suas raízes.

Estamos diante de fenômenos comportamentais ao olharmos para negros e brancos no Brasil e de como as relações raciais se constituíram como poder e como parte do poder, desde os primórdios dos tempos de escravidão. Estamos falando de um fenômeno que se iniciou por volta da década de 1530, com a escravização de nativos brasileiros, e posteriormente com o sequestro e escravização de africanos. Eles foram trazidos pelos portugueses em navios negreiros, que portavam nomes singelos, como: "Amável Donzela" (1788 a 1806), "Boa Intenção" (1798 a 1802); "Brinquedo dos Meninos" (1800 a 1826); "Caridade" (1799 a 1836); "Feliz Destino" (1818 a 1821); "Feliz Dias a Pobrezinhos" (1812); "Graciosa Vingativa" (1840 a 1845 e "Regeneradora" (1823 a 1825). Viajavam em condições desumanas e com tratos que de singelos não tinham nada. Vale aqui ressaltar que a finalização do tráfico negreiro se deu quase 4 séculos depois.

A religião se constituiu como um elemento central, que daria poderes aos europeus cristãos, justificado pelo modelo hegemônico de colonização, dominação e adequação de processos de aculturação dos europeus (BISPO, 2015) aos considerados povos pagãos (índios e africanos). A escravidão no Brasil de africanos e seus descendentes é considerada como um crime coletivo, praticado nas Américas e um dos mais terríveis que a história aponta, onde corpos eram vendidos como mercadorias e se não servissem, podiam ser punidos ou mortos.

A luta pelo final da escravidão percorreu o século XIX, com muitas ações de revoltas por parte dos escravos, em fugas e embates para obterem sua liberdade. Ao final da escravidão, os antigos senhores donos de escravos não receberam nenhuma indenização do governo pela perda do que consideravam sua propriedade. Com isto, a sociedade escravista, não querendo se submeter a um trabalho considerado humilhante, antes realizado por escravos, consideraram a necessidade de receberem imigrantes, que além de manterem as condições de trabalho continuado, favoreceriam o embranquecimento da nação através das relações sexuais entre negros e brancos (HASEMBALG, 2005; GONZALEZ & HASEMBALG, 1982)

Assim, de acordo com Cotrim (2002), os primeiros imigrantes que chegaram ao Brasil foram trazidos pelo senador e cafeicultor Nicolau de Campos Vergueiro, que em 1847, levou para sua fazenda em Ibicaba/São Paulo, alemães,

suíços e belgas, com contratos de parcerias onde receberiam 50% dos lucros obtidos com a venda do café, após pagarem sua passagem e os gastos com suas vindas e moradias. Como havia demora para a produção e comercialização do café, os imigrantes brancos acabaram se endividando e avolumando sua dívida. Assim, ao final de 1850, os contratos de parceria deixaram de existir, para que a mão de obra trazida com a imigração pudesse se manter substituindo a mão de obra escrava.

Entre o século XIX e início do século XX, os principais grupos de imigrantes chegados ao Brasil, além de alemães e suíços, foram os portugueses, espanhóis, turcos, libaneses e japoneses, que se estabeleceram no eixo sul-sudeste do país. Em 1884, no estado do Ceará, o município de Redenção foi o primeiro a libertar os seus escravos.

De acordo com Hasembalg (2005), em seu livro “Discriminação e desigualdades raciais no Brasil”, entre 1888 e 1930, chegaram mais de 3.762.000 imigrantes, com direito a uma taxa de retorno à Europa de 25%. Destes, 2.822.000 fixaram-se no Brasil. A partir da Abolição da Escravatura, ocorrida em 1888, entre esta época e 1900, já existiam 1.433.369 imigrantes e quase 60% destes eram italianos que, por conta da crise econômica e política na Itália, se espalharam por São Paulo e pelo sul do país. A maioria destes imigrantes brancos se fixou no estado de São Paulo, atrás de oportunidades de trabalho e terra. O autor sinaliza que em 1872, a taxa de pessoas de cor no sudeste do país, formada pelos estados de Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, que à época era de 49%, com a imigração cai para 16%, em 1950. Em outros estados o branqueamento vai acontecendo, porém de forma mais lenta. (pp.166-167)

Segundo Danilo Silva (2016), Abdias do Nascimento (2002) ao comentar sobre as condições de trabalho com a vinda dos imigrantes, relembrou o decreto Lei de 28/06/1890 que dizia: ““ É inteiramente livre a entrada nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para trabalhar [...] excetuados os indígenas da Ásia e da África, que somente mediante autoridade do congresso nacional, poderão ser admitidos””. (SILVA, 2016, p.101 apud NASCIMENTO, 2002, pág.116)

A partir daí, podemos falar de um Brasil pós-colonização com tentativas isoladas e desesperadas de busca de inclusão pelos negros já libertos no mercado de trabalho. Uma burguesia industrial e comercial ganhava mais e mais poder e um operariado reduzido a poucos setores produtivos nas grandes cidades, gerou uma imensa massa de homens desempregados e de mulheres negras, que viviam em porões e cortiços, marginalizados.

Vale aqui recordar, a força das leis que os excluía exercendo o poder e a dominação. Leis mantidas através de conceitos que ganharam *status* de verdades. Já que toda sociedade humana elege os seus pressupostos considerados verdadeiros, a relação com a raça não estaria fora disso. No caso do Brasil, estes pressupostos genocidas foram pautados por uma elite ancorada nas teorias racistas da época, preocupada com a influência negativa que a herança deixada pelo negro, antes escravizado, poderia causar na formação de uma identidade étnica brasileira. Privilégios e formas de dominação de classe que determinaram desigualdades socioeconômicas e políticas entre negros e brancos, que ainda permanecem nos tempos atuais.

De acordo com Izildinha Batista Nogueira (1998), enquanto o imigrante teve o sonho e a oportunidade de projetar um futuro melhor em um país distante, tal oportunidade não coube ao escravo africano, que foi arrebatado de sua identidade, aprisionado e dele retirada sua condição de pertencimento. (p.112)

Mais de 400 anos se passaram e as marcas destas relações ainda perpassam nos comportamentos entre negros e brancos. A população negra está trabalhando há 18 gerações e não alcançou a mobilidade social almejada, pois mesmo o imigrante branco europeu, que chegou muito pobre, teve o seu trabalho gerando riquezas para ele mesmo. Por ser branco, isto lhe deu uma posse simbólica e uma grande mobilidade na estrutura social. O mesmo não ocorreu com o nosso indígena e os negros antes escravizados. O colonizador não colonizou apenas as terras, mas colonizou também as mentes e os traumas a elas atrelados, ancorados nas desigualdades de condições de vida, cidadania e identidade.

Como os primeiros institutos educacionais brasileiros surgiram a partir da chegada da família real, verificou-se a necessidade de estabelecer uma história oficial, na implantação de leis nos direitos e deveres, inclusive no seu acesso de

brancos e negros à educação, havendo uma limitada participação de negros ao sistema educacional. Os estatutos educacionais estavam destinados a uma elite de intelectuais que, como homens da ciência, passaram a pensar a questão racial de modo a justificar as desigualdades raciais.

As leis brasileiras configuraram um percurso histórico na construção do racismo, em relação à exclusão dos negros da sociedade no período colonial e no pós-escravidão. Com elas, foram surgindo diversas perseguições ao negro, pelo fato dele ter se transformado em um problema para os brancos, que já não mais usufruíam de sua mão de obra como escravos.

Ocorreu repressão e violência física como punição às manifestações da cultura negra trazida pelos africanos, vista como inferior, exótica e de origem escusa, em comparação à dos europeus. Entra neste regime de opressão a força do Estado, que propõe a marginalização, desqualificação, como também a exclusão de seus aspectos religiosos e simbólicos como a dança, a capoeira, o vestuário, a língua nativa com seus significados e significantes, a arte, sua medicina e artes de cura, suas crenças, tradições, seu sagrado e suas filosofias ancestrais.

O enfraquecimento e posterior desintegração da escravidão, de acordo com Florestan Fernandes (2008), não trouxeram a negros e mestiços a possibilidade de integração no *status* social, o que provocou seu deslocamento para ocupações periféricas. De acordo com Hasembalg (2005), estas ações favoreceram a que muitos negros e miscigenados passassem a desenvolver ocupações inferiores e permanecessem em situação de dependência.

O corpo negro passa a ser um grande problema. Sem preparo para usufruir de sua liberdade, sem educação nem habilidades à execução de tarefas para equipar-se ao branco, sua exclusão foi estabelecida por um novo projeto político para o país, criando critérios diferenciados de cidadania (substituição de mão-de-obra com a conservação de uma hierarquia social bastante rígida) e argumento para estabelecer as diferenças sociais e racismo. Os dados de 1890 mostram a marginalização ocupacional dos não brancos e 48% passaram a serem usados em serviços domésticos, principalmente as mulheres de cor. (HASEMBALG, 2005, pp. 169-170).

ANO	PROCESSO HISTÓRICO
1824	Negros são considerados semi-moventes (patrimônio) e poderiam ser hipotecados
1837	Lei nº 1 de jan./1837 que impede negros de frequentarem escolas públicas
1850	Lei nº 601 de 18/09/1850 – Lei das Terras – Impede que negros escravizados ou libertos tenham acesso às terras Lei 581 de 04/09/1850 – fim do tráfico negreiro
1870	Importação de imigrantes europeus após o censo de 1872
1871	Lei 2.040 de 28/09/1871 - Lei do ventre livre – filhos de mulheres escravizadas estariam livres, mas estariam sob a responsabilidade dos senhores até os seus 8 anos de idade e depois entregues ao Estado. Acabavam continuando escravizados
1885	Lei do Sexagenário – libertos após 60 anos de idade. Muitos morriam antes.
1888	Lei 3.353 – Lei Aurea – onde os negros são libertos sem nenhum benefício
1890	Decreto 847 - Vadios e capoeirista encontrados seriam encarcerados
1911	Lei 9.081 - Após a participação do Brasil no Congresso Mundial das Raças, liderado por João Batista de Lacerda – Surgem as 1as. cotas para brancos no país, que institui que estes terão direito a terras, educação e colônias.
1934	Artigo 38, parágrafo B – Constituição Eugenista – Fomentar a educação eugênica branqueando o país em busca de uma exclusão do negro . 1º ano de direito de voto para pessoas negras
1937	A Frente Negra Brasileira, fundada em 1931 como movimento de reivindicação criado por negros se torna ilegal, impedindo que os negros pudessem reivindicar seus direitos.
1968	Lei 5.465 – Lei do Boi – 50% das vagas nas universidades agrícolas e escolas técnicas destinadas a pessoas que possuíam terras
1988	488 anos depois, o racismo é reconhecido como crime brasileiro pela Constituição
2001	Conferência de Durban – O Brasil é cobrado pela delegação da conferência, sobre as desigualdades entre pretos e brancos
2002	Discussão sobre o regime de cotas para negros
2003	Lei 10.639 – Obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira
2009	1ª. Política de saúde da população negra – que continua sendo negligenciada tanto no SUS quanto na Saúde privada
2010	Lei 12288 – Estatuto de Igualdade Racial – uma igualdade que o racismo estrutural desmente
2012	10 anos depois – As cotas são aprovadas pelo Supremo Tribunal Federal do país, por unanimidade
2019	Houve uma estrutura que foi criada ao longo deste roteiro para impedir o negro de chegar ao lugar que os brancos ocupam, simplesmente por serem brancos. Surgem diversos casos de racismo no futebol, nas universidades em ataques e ameaças de morte e expostos em redes sociais em ataques declarados contra negros

O quadro acima foi composto pelas leis criadas no período da escravidão e também da pós-escravidão, até os dias atuais, que leva a refletir sobre as relações de poder, as desigualdades de direitos e deveres entre negros e brancos. (fonte: AD Jr. (Jun./2019)

Ao constataremos que apesar da Lei Federal nº 10.639 (Brasil, 2003) ter tornado obrigatório o ensino fundamental e médio nas escolas, o ensino de história da África e cultura afro, a lei continua a ser, em grande medida, inerte: uma estratégia para manter o apagamento da cultura africana. Daí, não provoca espanto a omissão do tema racial na formação de psicólogos, onde a maioria de professores e alunos no curso de Psicologia são brancos, nem a omissão dele em

outros cursos da academia. Por via direta, também não provoca espanto a grande dificuldade de os negros ascenderem como intelectuais e profissionais de valor, fato decorrente das políticas públicas de exclusão de negros e indígenas, como racializados, entendidos como beneficiados, ao alcançarem a universidade.

Em nosso país, o racismo estrutural valoriza as conquistas de pessoas brancas como mérito pessoal, enquanto as conquistas para negros são como benefícios dados e extensão de uma carta de alforria. Hasembalg (2005) sinaliza que “quanto maior for o nível educacional atingido por uma pessoa de cor, maior será a discriminação experimentada por ela no mercado de trabalho.” (p.191)

O acesso à educação – como direito conquistado pela população negra brasileira e o sistema de cotas, oficializado por meio da Lei Federal 12.711/2012 – teve o objetivo de ampliação e democratização do acesso ao ensino superior. O regime de cotas proporcionou a oportunidade de negros chegarem à universidade ampliando a discussão do racismo intra e extramuros universitários. (GOMES, 2017; SCHUCMAN, 2010)

“As ações afirmativas, como as cotas, cumprem desta forma um objetivo estratégico duplo. Em primeiro plano, elas têm a função de compensar e corrigir as desigualdades de acesso aos bens públicos, e em segundo plano elas favorecem o processo de construção da identidade racial dos negros, fortalecendo a mobilização e a construção das vítimas do racismo brasileiro como sujeitos políticos.” (SCHUCMAN, 2010, p.49)

As reivindicações, necessárias aos estudos das relações étnico-raciais no contexto acadêmico, foram surgindo através de alunos indígenas, negros e brancos, interessados pelo tema e que não encontravam suporte teórico nas ementas das disciplinas oferecidas. Porém, ainda hoje, podemos perceber que a educação na sociedade chega ao branco de forma diferente da que ocorre com o negro, pois envolve o acesso à qualidade de ensino, condições geográficas de moradia, classe social e econômica, políticas públicas de inclusão e estrutura familiar, que mantêm o negro no grupo de maior exclusão.

Com isto, ainda são encontradas estruturas de racismo, alimentadas pela branquitude, que se apresentam de forma institucional e perpetuam a exclusão de um assunto que incomoda e que objetiva tornar invisível o debate, as suas implicações e tomada de consciência coletiva. Estudos mostram, também, a ação

da branquitude como uma visão de mundo em que o branco é superior, intelectual e esteticamente perfeito, sendo o diferente dele considerado o inferior – o Outro. (CARONE & BENTO, 2014; SCHUCMAN, 2012, 2018; CARDOSO, 2014; DOMINGUES, 2004; MARTINS & ZAMORA, 2021)

Decorrente do fim da escravidão, no pós-colonialismo, como mostrado no percurso histórico anterior, ainda que diante do problema de não ter mais a mão de obra escravizada oficialmente; a discussão central estava no futuro da nação, no sentido dos rumos que o país deveria ter para atingir o progresso. Assim, uma parte da intelectualidade passa a defender que isso se daria através do determinismo racial e do branqueamento da população. Essa proposta foi encampada pelas frações da classe dominante e pela classe dirigente, com o surgimento de uma nova elite profissional que já incorporava os princípios liberais ao discurso científico evolucionista, como modelo de análise social, para explicar as diferenças internas (sociais e raciais) – A Eugenia, que será vista a seguir.

2.2. O branco e o negro na eugenia

Com o início do século XX, as teorias raciais passaram a ser cunhadas com o objetivo de intensificar, justificar e legalizar o embranquecimento do Brasil, sob a ótica dos “homens da ciência” e nos seus interesses em um país só de brancos.

A Eugenia teve seu precursor como ciência no britânico Francis Galton (1822-1911), primo do importante cientista Charles Darwin. Após a morte de seu ilustre parente, Galton atribui uma natureza biológica aos comportamentos, como delinquência, prostituição, entre outros, trazendo, assim, a construção de uma base teórica para compreender gerações e sua hereditariedade, numa seleção de dois grupos distintos. O Grupo Degenerado, onde o eugenismo negativo pretendia impedir a multiplicação de indivíduos supostamente “inferiores” e o Grupo Não Degenerado, na perspectiva da eugenia positiva, biológica, psicológica ou intelectual, visando melhorar a sociedade e fomentar a reprodução de indivíduos “superiores”. (GÓES, 2015, p.87)

Assim, os conceitos de eugenia foram crescendo a partir de uma elite que, embasada na teoria do Darwinismo Social⁴, reforçava o racismo que se anunciava como um ideal de segregação, validando projetos sociais amplamente aprovados em nosso país. Adotaram-se grandes programas de higienização e saneamento, com o objetivo de aproximação com o mundo europeu do progresso e da civilização, uma vez que a representação do Brasil no exterior era um modelo de falta e atraso, sobretudo em função da sua composição étnica e racial, excluindo-se do negro qualquer possibilidade de ser considerado como igual ao branco (SCHWARTZ, 2010).

Iniciado oficialmente em 1914, na faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, no Brasil, o Movimento Eugenista ganha força com Renato Kehl e assim, médicos, políticos e educadores como Belizário Penna, Levy Carneiro, Miguel Couto, Ernani Lopes, Heitor Carrilho, Fernando de Azevedo, J. Porto Carrero, Murilo de Campos, Octávio Domingues, Edgard Roquete Pinto, Oliveira Vianna e Monteiro Lobato se unem, destacando-se na criação do "Boletim de Eugenia", que circulou de 1929 a 1933.

O Movimento Eugenista produziu na elite um alargamento de sua ideologia em instituições, congressos e eventos de encontros de eugenistas, chegando a uma política do governo legalizada para o embranquecimento da nação, que afinal consistia no desaparecimento das raças negra e indígena e sua “substituição” por uma raça branca, através do branqueamento.

Deste modo, com respaldo na biogenética, pretendia comprovar que a capacidade intelectual era hereditária, ou seja, passava de membro para membro da família e, assim, justificar a exclusão dos negros, imigrantes asiáticos e deficientes de todos os tipos. Esse movimento apresentava a ideologia de que havia uma hereditariedade negativa nos fenômenos genéticos, sobretudo nas situações de extensão de pobreza, delinquências e doenças mentais, e ali, estavam os negros. O Movimento Eugenista aponta o mal-uso da ciência, ou antes, uma ciência racista, no direito de produção de uma verdade, para manter uma supremacia branca.

⁴ O estudo do Darwinismo social se situa entre os séculos XIX e XX tendo seu precursor Herbert Spencer, (1820-1903) que já trazia a temática da evolução de uma sociedade, embasando a eugenia nos estudos posteriores de Galton e Darwin.

Porém, as ideias trazidas por Nina Rodrigues, no final do século XIX (1890), apontam para os estudos científicos da medicina e da educação, que consideravam algumas raças inferiores a outras; e eram contra a mestiçagem. Para ele, os negros verdadeiros (elementos antropológicos puros) teriam caracteres mais interessantes do que os mestiços, pois acreditava que a diluição desses caracteres causaria a temida degeneração, justificando a ideologia racista ao branqueamento, como solução científica, biológica.

No século XX, a eugenia e o racismo mantêm-se na manutenção de ideias de superioridade da raça branca, dando forma à ideologia nazista. Atualmente, além da persistência do racismo (e do nazismo), as demais raças, no contexto da diferença, tornam-se marginalizáveis. Dentro de uma perspectiva antropocêntrica que se baseia na hierarquia branca, desenvolveu-se por meio do que era visto como útil ou inútil para aqueles que se consideravam superiores: acarretando divisão dos negros ao invés de união e também alimentando o racismo estrutural, melhor discutido mais à frente.

2.3. O Embranquecimento

Para Guimarães (2009), seguindo um padrão eurocêntrico, o pensamento social brasileiro leva à rejeição do negro em associação ao africano inferior e excêntrico, como necessidade do embranquecimento para “limpar” a história, focando a cor como elemento estético. Ao se referir à linguagem de classe e de cor, esse autor engloba uma racialização onde a tonalidade de pele vai naturalizar as desigualdades sociais que passam por realidade natural, preconceitos, interesses e valores sociais negativos, que há séculos vem tentando dar conta de explicar a manifestação implícita ou explícita de diferenças pessoais, sociais e culturais.

Sustentado em nossa sociedade, o racismo adquiriu roupagens e complexidades na construção de mutações que o disfarçam. Lélia Gonzalez (1988) enfatizou o racismo dizendo:

“O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento. Veiculada pelos meios de comunicação de massa e pelos

aparelhos ideológicos tradicionais ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores do ocidente branco são os únicos verdadeiros e universais.” (p.73)

“Limpando” a história e mantendo o embranquecimento, a rejeição ao negro vem estruturada em manutenção de valores que continuam sendo dados pelos brancos. Envolve uma aprendizagem que vem acompanhada do racismo enquanto estrutura formada (ALMEIDA, 2018; NOGUEIRA, 1995), pois desde a infância já é possível perceber as vantagens de se ter uma pele mais clara e as desvantagens de quem tem uma pele mais retinta. Vamos então, desde muito cedo, aprendendo que, conforme a cor da pele, as pessoas têm diferentes possibilidades de marcar seu lugar e sua identidade no Brasil e que não há as mesmas condições de igualdade para todos.

Petrônio Domingues (2004) mostra o embranquecimento como uma forma de negação do negro por ter nascido negro, nomeando-o em três fases: 1ª. - O branqueamento estético: como modelo branco de beleza em sofrimentos impostos ao corpo para atingir o cabelo alisado, a busca do nariz afilado como também a cor da pele por meio da despigmentação ou estéticas similares; 2ª - O branqueamento biológico: inciso nas relações intrafamiliares, como se unir em casamento ao branco para ter ascensão social e construir uma família de pele clara, onde os filhos teriam mais chances. E a 3ª. Fase, o branqueamento de ordem moral e social. Nessa perspectiva, observa-se a adoção, do negro, de um estilo, da aquisição de atitudes e comportamentos morais e sociais do branco, por serem considerados positivos. No olhar psicológico envolvido nestes aspectos, o racismo se materializaria pelo fato da “vítima” se tornar seu próprio algoz e inimigo de si mesmo. A frustração viria pelo fato de não ocupar, legitimamente, o lugar do branco, gerando, ainda, mais conflitos internos.

A ideia de produção de sofrimento pelo embranquecimento veio da ideologia da inserção social do negro, pois segundo Maia e Zamora (2018), ela engloba uma verdade socioeconômica, na qual o tom de pele vai ser produtor de subjetividades entre negros e brancos:

“A coloridade, tonalidade e diferenças sociais podem ser ainda correlatas da política do embranquecimento, estabelecendo um *dégradé* de privilégios e exclusões. É real que um negro de tom de pele mais claro possa ter mais acesso aos espaços sociais, à

saúde, às “irmandades” e aos vínculos sociais que pessoas com tons de pele mais escuros, o que produz e reproduz sofrimentos. São ainda resquícios dos processos de subjetivação do racismo pela busca do embranquecimento, o que não foi uma escolha do negro, e sim uma imposição estatal, assimilada avidamente por uma sociedade brancocêntrica, racista e escravagista. (p.282)

A partir da ideia de uma racionalidade autodeterminada e legitimada dentro das políticas públicas e das ações sociais, o racismo configura o direito de viver e quem deve morrer na naturalização de atitudes e valores, no sentido de identidade e de inclusão grupal. Também define quem pertence e quem não pertence a determinado grupo. São observadas as ações de inclusão e de exclusão por diferenças raciais se iniciaram pela teoria eugenista do embranquecimento, como uma estratégia de genocídio por meio do racismo científico⁵, chegando até os dias atuais, quando encontramos o medo do negro de ser efetivamente excluído ou exterminado, sendo fortalecida a política do branqueamento para ser aceito.

Nascimento (1978) pontua que ocorreu um genocídio também na singularidade do negro em relação a sua cultura e tradições, fomentada pela ideologia do embranquecimento. Argumentou igualmente que o negro foi se distanciando de suas origens ao entrar no processo de assimilação, aculturação e miscigenação que se baseiam em estratégias do branco para atrair o negro para a sua cultura branca e com isto mantê-lo, de alguma forma, sob seu domínio. Ressaltou, similarmente, atenção à aqueles que se colocam no lugar de representação do negro, sendo negros ou brancos, porém usando a cultura negra como uma alegoria, e que continuam a serviço do branco em busca de privilégios imaginários de *status* social. Vale de acordo com as reflexões de Abdias Nascimento, se pensar enquanto relações entre negros e brancos, com quem o diálogo está sendo feito, para que a experiência do negro, não vire uma alegoria, que use a cultura negra como o “assunto do momento”, trazendo benefícios para a continuidade da hegemonia branca.

Em seu clamor para denunciar o uso da cultura negra para benefício e mobilidade vertical, esse estudioso mostrou que muitos dizem defendê-la, no entanto, o que visam, na verdade, é a permanência do branco como classe dominante, tal como enfatizado também por Cida Bento, (2002). Todo esse

⁵Racismo científico, já apontado nas teorias de Darwin, ao se referir a raças inferiores que só poderiam evoluir através da ciência.

processo ocorre ao restringirem o negro a ter acesso aos órgãos de poder nas escolas, na academia, nas leis governamentais, nas forças armadas, nas representações do país, em ministérios, nos consulados, nos meios de cultura e de comunicação, nos processos seletivos de desenvolvimento profissional e carreira.

Nascimento (1978) avaliou a influência do domínio branco na assimilação da cultura europeia e estadunidense, onde os brancos predominam em nossa cultura brasileira, muitas vezes relegada. Lembrou Silvio Romero ao dizer que “temos a África em nossas cozinhas, a América em nossas selvas e a Europa em nossas salas de visita”, como uma metáfora desta assimilação. (1978, p.94)

Seguindo com as reflexões deste autor no olhar para o processo histórico narrado pelo saber branco, aponta a primeira versão sobre a imagem do Brasil no exterior como uma nação benevolente tanto com os negros como com os índios. Uma falácia chamada de democracia racial, que mantinha a ideia de igualdade, mas que encobria a necessidade de domesticação de culturas diferentes e consideradas inferiores, se comparadas aos padrões culturais e religiosos do branco europeu. Um processo de aculturação e assimilação considerado como privilégio desde que os escravizados buscassem esquecer sua origem. Ela mostrava uma distorção e produção de inversão de uma história, onde a cultura brasileira seria na verdade uma entidade a parte da cultura africana e também indígena, que tentaria se impor, sem ter a mesma importância da cultura do colonizador europeu e que por isto deveria ser combatida e eliminada.

A segunda corrente teórica é crítica em relação à ideia de democracia racial e aponta que a inserção do negro na história social do país também se constituiu como uma grande falácia, iniciada no Brasil pós-abolição e também republicano, quando a dita libertação dos escravos não possibilitou uma mobilidade social igualitária e os manteve de forma discriminada como minoria econômica, cultural e política, como já demonstrado aqui anteriormente.

Uma terceira corrente de pensamento, da qual Nascimento (1978) faz parte, enfatiza as relações entre negros e brancos numa teoria que mostra as medidas de poder na assimilação cultural do negro, confrontada com a cultura do branco, produzindo o genocídio da singularidade da identidade negra e impedimento de sua mobilidade religiosa, artística, literária e acadêmica nos

meios de inclusão. O autor argumenta que o estímulo ao embranquecimento dissimulado nas instituições, nos meios de comunicação de massa e de produção literária, se constituiria como um aparelhamento de controle para manter o negro submetido ao branco, na tentativa de se tornar igual a ele.

2.4. Raça e identidade: formação do racismo estrutural

Estudos iniciais sobre as relações raciais entre negros e brancos surgiram no Brasil como fonte de pesquisa a partir de diversos teóricos como Thales de Azevedo, Florestan Fernandes, Virginia Bicudo, Oracy Nogueira, Abdias do Nascimento, Lélia Gonzalez, entre outros. Para vários dos autores citados, o negro se vê como negro porque houve a construção da relação com o branco de certa forma, pois tanto o negro quanto o branco são fantasias do racismo na sociedade brasileira. A raça é uma ficção, que nada tem de biológico, mas de uma ideologia, com a absurda - e conveniente - ideia de superioridade do grupo branco.

O percurso desta polêmica manteve o negro no lugar do problema, objeto de ciência e até mesmo de disputas entre brancos no campo do saber, para colocá-lo neste lugar (CARNEIRO, 2005), estando o branco no lugar de quem faz a observação do problema, sob uma ótica unilateral. Manteve o branco no imaginário social onde a cor e a raça não são a ele atribuídas, tornando-o desracializado, enquanto ao negro, a cor o enquadra na raça (PIZA, 2014). Assim as desigualdades enquanto “raças” são justificadas por quem tem privilégios e valores simbólicos e quem não os tem.

No caso das questões simbólicas é preciso refletir sobre o branco pobre, morador da periferia, que ao circular em ambientes que negros frequentam, principalmente onde a maioria da população é preta, ele vai ter amigos pretos, mas que são pobres. Contudo, eles são tratados como brancos, porque a cor da pele já os antecipa. Isso lhes confere várias vantagens, ainda que escassas.

No Brasil, a cor da pele está vinculada à ideia de raça, com a atribuição de melhor *status* para a pele mais clara, e, quanto mais escura, mais estigmatizada, mais atrelada à raça negra e a seus estereótipos, operando desigualdades e discriminação pela cor e aparência. (SCHUCMAN, 2010)

Falar de raça está ligado à imagem do Outro diferente, humanizando o branco, num exercício de poder, dominação e conhecimento, através da relação estabelecida com a intelectualidade, a moral e a estética. Raça produz uma ideia de que há uma civilização branca, mais intelectual e civilizada, também numa estética de beleza e superioridade.

Para Carlos Hasenbalg (2005), o conceito de raça pode exercer valores e papéis simbólicos que se estabelecem nas relações. No caso brasileiro, por ser multirracial, raça se expressa através da divisão de classes, mantendo o racismo e as desigualdades, favorecendo ao branco o acesso e a continuidade de classe dominante.

De acordo com Stuart Hall (2003), em seu livro “Diáspora, Identidade e Mediações Culturais”, a raça é uma construção política e social, organizada por um sistema de poder econômico, de exploração e exclusão (p.69). Porém em relação aos aspectos da identidade, analisa o autor (2005), em seu livro “Identidade Cultural na Pós-modernidade”, que dentro de nós há personalidades contraditórias, que nem sempre giram em torno de um Eu coerente e o sistema cultural vai ter uma profunda participação na expressão destas personalidades, colocando a identidade do indivíduo dentro de uma mobilidade, não existindo assim uma identidade plenamente unificada. (2005, p.13)

Também à luz do pensamento de Hall (2005), a identidade, via inconsciente que leva à incompletude, pode apresentar adoecimento psíquico ligado ao racismo, da seguinte forma:

"A aparente inclusão do negro cria o adoecimento psíquico com tensões e conflitos que podem ser extremamente eficientes oriundos de comportamentos silenciosos de segregação e discriminação. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é ‘preenchida’ a partir de nosso exterior pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros.” (p. 35)

Para o autor, existem três expressões de identidade: o sujeito do iluminismo, onde há uma concepção de alguém centrado, onde sua essência não seria acometida por valores externos; a sociológica, que transita entre o mundo pessoal e mundo coletivo, público, tendo aí uma dualidade que levaria o sujeito a não ser autônomo nem autossuficiente, dividindo o sujeito entre o mundo

moderno e a sua consciência, mediando sentimentos em suas relações, valores e símbolos importantes para ele. Por último, o autor ressalta a identidade cultural do sujeito pós-moderno, onde há a internalização e projeção de valores e sentimentos subjetivos que se tornam parte da pessoa, de acordo com o lugar que ocupa social e culturalmente, não tendo uma identidade fixa, mas sim móvel. O sujeito assume identidades diferenciadas, de acordo com o lugar em que se encontra.

Neste trabalho, a partir deste autor, defende-se que a questão racial e as manifestações do racismo estariam inseridas nesta mobilidade da identidade. Em relação a uma adaptação, o sujeito adquire uma identidade racial branca, que se adequa ao sistema. Neste sistema, se encontra a branquitude, à qual os brancos podem ser fiéis. Porém, a adesão a atitudes antirracistas e um afeto genuíno entre brancos e negros pode se estabelecer de forma coerente, deixando de lado a cultura impregnada pelo racismo estrutural.

Hall, leva à reflexão que uma sociedade racista pode estar presente em todas as instituições, que isso não quer dizer que o racismo também estará na mesma forma e intensidade. Em cada sociedade o racismo se apresentará de forma particular e única, de acordo com as especificidades históricas de cada cultura, que se expressam nos comportamentos, através de conteúdos ditos e não ditos. Não há como não refletir sobre essas questões na clínica psicológica, onde na psique, mecanismos conscientes e inconscientes vão atuar no comportamento dos indivíduos.

Estudioso do racismo estrutural, Silvio de Almeida (2018) considera o racismo no Brasil a partir de três concepções: 1ª. - Individualista, pela qual o racismo se apresenta como uma deficiência patológica, decorrente de preconceitos individuais adquiridos; 2ª. – Institucional, pelo qual se conferem privilégios e desvantagens a determinados grupos em razão da raça, normalizando estes atos, por meio do poder e da dominação; 3ª. – Estrutural, que diante do modo "normal" com que o racismo está presente nas relações sociais, políticas, jurídicas e econômicas, faz com que a responsabilização individual e institucional, por atos racistas, não extirpem a reprodução da desigualdade racial.

O autor sustenta que as crises existentes no capitalismo serviram para adaptar as manifestações do racismo, pois o poder e a dominação do grupo

dominante moldaram-se às novas necessidades de mercado, tendo destinado os negros aos piores lugares. Nesse sentido, o autor afirma que ““ racismo e sexismo colocam as pessoas em seu devido lugar, ou seja, nos setores menos privilegiados e mais precarizados da economia ”” (ALMEIDA, 2018, p.160); o racismo é estruturador das relações sociais.

Quando Almeida aborda o racismo estrutural, utilizando o termo meritocracia, aponta o sofrimento à psique dos negros:

“Em um país desigual como o Brasil, a meritocracia avaliza a desigualdade, a miséria, a violência, pois dificulta a tomada de decisões políticas efetivas contra a discriminação racial, especialmente por parte do poder estatal. Assim a falácia da meritocracia é uma das ideias que mais mantém opressões, que passa pela auto cobrança do próprio negro em tentar marcar o seu lugar profissional e como cidadão, numa tensão permanente.” (2018, p.63)

Segundo ele, o racismo é erroneamente compreendido como atos individuais ou grupais ou, no máximo, como políticas institucionais. Essa perspectiva não percebe seu caráter profundo e estruturante, nem afeta sua reprodução da desigualdade social. Segundo o autor:

“Podemos dizer que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam.” (2018, p. 25)

De acordo com os estudos de Almeida (2018) e Guimarães (2009), há uma naturalização de ações racistas de brancos para negros que vão ganhando um formato muitas vezes justificável em nossa sociedade, e, quando não incorporados como lei formalizada ou simbólica, acabam por configurar verdades. A isto chamamos de racismo estrutural. É uma estrutura de dominação, desde a sua perspectiva histórico-estrutural que repercute nos processos de determinação social.

Assim, nem sempre o racismo é percebido, devido à sua sutileza, passando muitas vezes, como algo perfeitamente cabível e justificável, por meio de atitudes minimizadas, conscientes ou inconscientes, individuais e grupais. O racismo se constituiu sem estabelecer um olhar para as diversas subjetividades, sem abrir

espaços para saberes plurais de intervenção clínica que não as anule. Esse preconceito engloba um interesse coletivo de preservação de uma imagem branca imaculada, de caráter formativo em nossa sociedade, estruturada de forma silenciosa e eficaz, transformada em ato social, onde o encontro com a ação racista vem, a séculos, gerando sofrimento psíquico a negros pelo impedimento da autorreflexão de atos racistas pela hegemonia branca.

A declaração de “não ser racista” vem da irracionalidade de não observar, ponderadamente, sua história e seus efeitos, negando-o para mantê-lo vigente. Para o branco, procurar entender o racismo não é o mesmo que vivê-lo com sua produção de dor e desigualdades. As dores do racismo provocaram traumas que vieram atravessando gerações, atingindo, em nossa história, o povo indígena, os negros escravos trazidos da África e os seus afrodescendentes.

Almeida (2018) enfatizou, ainda, que o negro é escravo de sua negritude e o branco escravo de sua brancura, ambos atrelados a um discurso de ocupação, de um racismo bilateral. O autor continuou sua análise dizendo que se o negro tem complexo de inferioridade, este surgiu após um processo duplo; econômico, inicialmente, e, em seguida, pela interiorização, ou melhor, epidermização dessa inferioridade. Neste sentido se alia ao pensamento de Frantz Fanon (1983), médico e psicanalista martinicano, que considerou que a dominância colonial entra pela mente do negro e ali se estabelece, retirando seus valores.

A questão do embranquecimento surge para confrontar a negritude, e por isto a negritude é importante, pois caracteriza uma reação ao racismo do branco e uma negação à via do embranquecimento, por meio da afirmação e valorização de uma cultura negra dotada de originalidade e valores positivos.

O racismo pode se apresentar de forma sutil, mas também de forma agressiva e oficial – como o que ocorreu com o regime do *apartheid* na África do Sul, no nazismo alemão com o holocausto, ou na segregação racial no sul dos Estados Unidos (no sistema de exploração colonial: *plantation*). No Brasil, o racismo se colocou estruturalmente sutil, não oficializado, em uma ideologia na qual as pessoas negras são menos capazes que as brancas, e que isto nada tem a ver com a sua situação socioeconômica. (ALMEIDA, 2018; FANON, 1983; ABDIAS NASCIMENTO, 1978)

Oracy Nogueira (2006) considera a situação racial no Brasil destacando a proporção de brancos, negros, descendentes de indígenas e mestiços em um estudo sociológico e antropológico, fazendo um paralelo com a realidade estadunidense e a nossa realidade sobre a cor da pele, observando a natureza do preconceito em relação à sua intensidade e à sua forma qualitativa de expressão. Este estudo caracterizou como preconceito racial uma atitude desfavorável que aparece de forma condicionada e estigmatizada nos membros de um grupo. Apresentou, também, saberes sobre as diferenças raciais em processos de comparação dos negros estadunidenses com os brasileiros – como tipos considerados ideais em sua origem e marca.

Ao trazer o formato do preconceito racial nos Estados Unidos, o autor o classifica como um preconceito de origem, onde o histórico geracional tem a força principal para definir se alguém é branco, não pela cor de sua pele como critério de classificação, mas pela sua ancestralidade, numa variação por graus de descendência: observando a existência de nenhum ou algum sangue negro. Pensamento, este, similar ao de Lélia Gonzalez (1988. p.72), ao se referir as sociedades anglo-saxônicas, germânicas ou holandesas, que chama de racismo aberto – sofrer racismo simplesmente, por ter sangue negro nas veias e a miscigenação ser algo totalmente impensável.

No preconceito de origem, focado por Nogueira (2006), há uma exclusão incondicional, de uma ideologia segregacionista e racista; a questão do grupo étnico vai ser considerada, não importando a tonalidade da pele. A raça negra, o que por si já herdaria características negativas e de exclusão. O mestiço afro-estadunidense não está incluído no grupo branco, tenha ele cabelos lisos, pele e olhos claros: sua origem vem em primeiro lugar. Se um negro tentar “*se passar por branco*”, renegará sua comunidade. Ele enfoca o fenômeno de *passing*, quando afrodescendentes estadunidenses, ao traírem suas origens, mudando de nome, de cidade ou estado para viverem como brancos, enfrentaram conflitos psíquicos e sanções morais de forte rejeição e exclusão de seu grupo, tanto familiar quanto social.

No Brasil, segundo este mesmo autor, as relações ainda que de afeto e admiração, perpassam o que ele chamou de preconceito de marca, que é uma forma de discriminação a partir do ponto de vista estético na relação entre os

indivíduos, onde a cor negra se coloca como desvantagem, e que Gonzalez (1988, p.72) veio a chamar de racismo disfarçado ou racismo por denegação, na medida em que o branco vai manter a sua posição de superioridade e discriminação. Como também o fenótipo negro vai abrir ou fechar portas de acordo com a percepção do discriminador, ao considerar traços físicos negroides na fisionomia, gestos, sotaque, modo de se vestir; entre outros, retratando uma ideologia assimilacionista, miscigenacionista e de falsa democracia racial – ainda que a América Latina seja muito mais ameríndia e amefricana do que realmente “branca”, pois ““ incorpora um processo histórico de intensa dinâmica cultural ”“. (1988, p.76)

Continuando, Nogueira enfoca o preconceito de marca se dando pela aparência, que vai determinar uma preterição, na qual a classe social do negro, assim como o seu tom de sua pele, podem lhe trazer acesso como um benefício ou exclusão, de acordo com a situação e o olhar negativo do outro para ele neste julgamento. Tanto o preconceito de marca quanto o de origem, são preconceitos que vão envolver sempre a origem da cor, marcando diferenças entre negros e brancos. (NOGUEIRA, 2006; GONZALEZ, 1988; MAIA & ZAMORA, 2018)

Não se fala de abstrações teóricas. É o que ainda vemos acontecer nas violentas abordagens policiais, no impedimento de negros às entradas sociais em determinados locais, no acesso e na recepção em lojas, nas entrevistas de vagas de emprego, nas relações amorosas, familiares e sociais, na política, na academia, etc.

Ainda que se pregue a igualdade, o "Todos Somos Iguais", na prática não é isto que acontece. De acordo com o tom da pele, as classificações se fazem pela aceitação do branco em relação ao negro, nomeando, desta forma, as diversas etnias e implantando um racismo estrutural no Brasil. O tom de pele leva ao distanciamento social, às diferenças agudas de *status* e possibilidades econômicas e aos enquadramentos fenotípicos. A raça/cor da pele cria desigualdades que irão interferir nas oportunidades educacionais, econômicas e sociais que uma pessoa recebe ao longo da sua vida.

2.5. A branquitude

Dos estudos sobre a branquitude, iniciados por Alberto Guerreiro Ramos (1957) a partir da década de 50 e retomados a partir do ano de 2000 (CARDOSO, 2008, 2010, 2014), emergiu o branco como objeto de análise e não mais somente o negro que até então era o objeto focal das pesquisas nas temáticas raciais. Ao estudar o branco, retira-se dele a neutralidade enquanto raça, apontando somente os outros (negros, índios, asiáticos, judeus), pois o racismo está sempre ligado de um indivíduo para outro indivíduo.

Em relação à branquitude, encontramos autores que trazem esta temática para reflexões necessárias a todos os psicólogos em seu trabalho profissional. Autores como Tânia Mülher e Lourenço Cardoso (2017) organizaram o livro “Branquitude, estudos sobre a identidade branca no Brasil”, onde se é possível observar vários teóricos brancos e negros, que se implicaram em textos desafiadores para entendermos as relações entre brancos e negros, submetidos às ações da branquitude.

Cardoso (2010, 2017) apresenta o conceito de branquitude não somente como preconceito de alguns, mas como uma realidade inerente a todo branco, onde qualquer corpo branco, em qualquer classe social que se encontre, sempre vai ter privilégios em relação ao corpo negro, dentro da estrutura e das instituições da sociedade em que vivemos. Classifica as expressões da branquitude como:

- 1) Crítica - quando o branco, publicamente, condenaria e traria uma reflexão crítica sobre o racismo, como forma de montar um questionamento, em uma atitude antirracista. Ainda que seja crítico ao racismo, não está dissociado de seu privilégio.
- 2) Acrítica, o branco vai conservar e justificar seus atos, de forma individual ou coletiva, não os reconhecendo, pois, para ele o Outro é inferior e não lhe cabe nenhum tipo de consideração ao negro. É capaz de desconsiderar leis e deveres, por se considerar superior.

Mesmo o cliente branco de classe social baixa, que vive em regiões da cidade de população pobre, vive a desigualdade social, mas não vive o racismo. Tem privilégios por ser branco e não sofre os mesmos estereótipos negativos que o negro.

O documentário “Olhos Azuis”, organizado pela norte-americana Jane Elliott (1996) provoca uma reflexão sobre a branquitude crítica e acrítica, quando os brancos são colocados no lugar dos negros. Neste documentário, brancos de olhos azuis são separados dos demais por sua cor de olhos. No documentário, esses brancos que participaram do “experimento” vão por duas horas e meia, passar por situações discriminatórias e racistas, as quais vieram submetendo por uma vida inteira à negros e pessoas de outras etnias. Estarão recebendo tratamento compensatório enquanto seres inferiores em sua capacidade intelectual, passíveis de exclusão e preconceito racial. Em uma espécie de catarse, os sentimentos de mal estar e humilhação vão surgindo, na experiência de ocupar o lugar daquele que discrimina. Elliot enfatiza que estas pessoas estariam em um estado de um ego infantil, imaturo. Como crianças que querem receber sempre, e nada querem dar. Ao perguntar a plateia de brancos se gostariam de ser tratados como são os negros, ninguém se manifesta, deixando claro que têm consciência da disparidade desta relação entre negros e brancos e o quanto o racismo é perverso, embora continuem permitindo que aconteça, simplesmente para manterem privilégios.

A branquitude convoca, por meio do racismo estrutural, a questão da imposição do poder. No processo de hierarquização, deve-se observar o que está sendo reproduzido como imposição, para obter ganhos e privilégios. Negros e brancos, como racializados, necessitam observar os seus lugares ocupados, a forma como se colocam no mundo: o negro preso ao sofrimento de sobrevivência e perda de dignidade, tendo que criar estratégias diárias para lidar com o racismo, e o branco acomodado a um destino colonizador, que dificulta sua racionalidade e sua possibilidade de se colocar no lugar do Outro. No olhar de Sueli Carneiro:

“A branquitude, enquanto sistema de poder fundado no contrato racial, da qual todos os brancos são beneficiários, embora nem todos sejam signatários, pode ser descrita no Brasil por formulações complexas ou pelas evidências empíricas, como no fato de que há absoluta prevalência da brancura em todas as instâncias do poder da sociedade: nos meios de comunicação, nas diretorias, gerências e chefias das empresas, nos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, nas hierarquias eclesiais, no corpo docente das universidades públicas ou privadas.” (2014, s.p.)

Tal fato leva-nos a refletir sobre o que Cida Bento (2002, 2014), psicanalista brasileira, chama de pactos narcísicos, onde brancos se aliam à outros

brancos e onde a ação do branco dentro de sua história geracional vai interferir no acesso a oportunidades entre profissionais brancos e negros, em um pacto entre iguais. Pacto este que se faz por ações conscientes ou inconscientes, mas que perpetuam a hegemonia branca em privilégios.

Ruth Frakenberg, segundo Piza, ao observar estas ações assinalou:

“A branquitude é um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê aos outros e a si mesmo; uma posição de poder não nomeada, vivenciada em uma geografia social de raça como um lugar confortável e do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não atribui a si mesmo.” (PIZA apud FRAKENBERG, p. 71, 2014, Frakenberg, p.43,1995)

Embora os brancos possam reconhecer o impacto do racismo sobre a vida dos negros, eles evitam reconhecê-lo em suas próprias atitudes. Coloca-se, nas discussões sobre as desigualdades raciais, o negro como o racista e o diferente. Não raro, os brancos escondem-se em silêncio, em pactos narcísicos (BENTO, 2014, p.45), evitando tocar nesse assunto – o que assegura a todos que não são brancos, condições de inferioridade - incluindo, aí, os indígenas, os negros, os amarelos, os judeus, os ciganos, os nordestinos. Surge, assim, neste pacto entre iguais, privilégios a um determinado grupo: um pacto de beleza, de benefícios simbólicos. É um pacto de proteção e de fortalecimento e ascensão dos iguais. (RAMOS, 1957; BENTO 2002, 2014; CARNEIRO, 2014; FERNANDES, 2008; FRAKENBERG, 1995; CARDOSO, 2010, 2014, 2017; PIZA, 2014)

2.6. A luta antirracista

No pós-guerra, a luta antirracista vai tomando maior vigor e abrangência, com o objetivo de denunciar as consequências desumanas e as barbaridades decorrentes dela, com destaque à questão dos campos de concentração com as mortes de escravos, ciganos, homossexuais e, principalmente, de judeus.

Teve também como alvo a segregação racial nos Estados Unidos e o *apartheid* na África do Sul, por serem os dois sistemas de racismo de estado que sobreviveram à segunda grande guerra (GUIMARÃES, 2009). Com o seu desmantelamento, novas percepções mostraram as desigualdades atribuídas a mecanismos sociais sutis como: educação escolar, seletividade no mercado de trabalho, pobreza, organização familiar e outras complexidades.

No Brasil, as denúncias de desigualdades raciais, antes sendo vistas apenas pela classe social e *status*, já não cabiam mais e passaram a fazer parte da pauta na luta antirracista do Movimento Negro e pela produção acadêmica, denunciando o posicionamento do olhar do branco para o negro. (SCHUCMAN, 2012, 2018; MÜLLER & CARDOSO, 2017; KILOMBA, 2018, 2019; PIZA, 2014)

Estas desigualdades raciais apareceram relacionadas a mecanismos sociais em contexto de formas "disfarçadas" de expressão. A denúncia delas e suas causas fez-se importante na pauta antirracista. "Não somos todos iguais", como querem nos fazer pensar. O brasileiro tenta negar a diferença, para não ser considerado racista, segue buscando uma democracia racial e igualdade, que não acontecem.

Para uma abordagem de reflexão antirracista, o olhar exclusivo somente para o negro continua colocando-o no lugar do problema racial, em uma "sociologia do negro brasileiro", termo usado por Guerreiro Ramos (1957, pp. 163-211) e apontado por Lourenço Cardoso (2010) ao discutir a necessidade do olhar para o opressor (o branco) e não somente para o oprimido (o negro). Sinaliza, assim, que o diálogo entre os brancos sobre a questão racial é mais desconfortante do que se fosse um branco para um negro: pela naturalização de seu racismo de forma estrutural – sempre justificável. Este desconforto o coloca diante de sua auto percepção racista. Ser antirracista é cuidar de cada ação que realize a permanência desta hegemonia e que atravesse, inclusive, a história da humanidade, fato que os primeiros pesquisadores negros já traziam como reflexão.

De acordo com Andrade (2017) numa reflexão necessária sobre a auto percepção de ser racista, a autora sinaliza que:

"Cabe ao branco enfrentar esta sombra da neurose que o persegue há tantos anos, apacando esta sede de ter tudo sob o seu controle. Negociando o lugar de protagonista, de detentor da verdade, da beleza, do poder."(p.9)

3. A clínica psicológica e a questão do trauma

Em 1900/1901 não se tinha nada no Brasil sobre a psicanálise freudiana. O grande impulso da psicanálise brasileira vai nascer com um homem negro, que é o médico Juliano Moreira, que em sua volta da Europa, traz a psicanálise freudiana em um formato não oficial, proferindo a I Conferência na Universidade da Bahia sobre as questões da psicanálise. A partir de 1936/1937, a psicanálise vai se configurar através da criação de suas sociedades. (SORRENTINO, 2021)

Considerando a história da psicanálise brasileira no tema raça e racismo, encontramos a primeira psicanalista negra, Virgínia Bicudo que, em 1930 foi a primeira pessoa da América Latina a vivenciar como cliente/paciente, a análise clínica em um *setting* terapêutico. Defendeu em sua dissertação de mestrado, em 1945, na Faculdade de Sociologia, o tema das relações raciais e em 1994 relatou ao jornal Folha de São Paulo que passou por diversas humilhações e acusações de charlatanismo, por ser a única mulher psicanalista não médica da época. Mudou-se para a Inglaterra no ano seguinte aprofundando seus estudos como psicanalista e, apesar de retornar ao Brasil cinco anos depois, não obteve, até sua morte em 2003, aos 92 anos, o reconhecimento profissional merecido. Vale aqui ressaltar que, ainda hoje, o nome de Virgínia Bicudo pouco aparece citado nos cursos de psicologia e formações psicanalíticas brasileiras. (MAIO, 2010)

Virgínia contribuiu para introduzir no Brasil a abordagem psicanalítica de Melanie Klein, psicanalista austríaca pós-freudiana, que enfatizou em sua abordagem que o comportamento humano tem, como motivação, a busca pelo relacionamento e contato entre sujeito e objeto amado, como necessidade de maternagem, proteção e acolhimento. Tanto Juliano Moreira quanto Virgínia não passaram pelas instituições clássicas da psicanálise e nem por elas foram reconhecidos e contemplados. Cabe perguntar: E se Virgínia fosse uma psicanalista branca? Seria diferente? Valeria pensar como esse acolhimento se daria na clínica na relação entre o psicólogo negro e seu cliente branco, diante de manifestações conscientes e inconscientes de racismo? Como este psicólogo desenvolveria condições de lidar com o racismo, manejá-lo clinicamente, mantendo um olhar apurado para a transferência e a contratransferência?

Discutir o psicólogo negro no seu trabalho clínico com o cliente branco aproxima o olhar para uma memória coletiva, que dentro de um grupo envolve aspectos de identidade, de história, de cultura e de ancestralidade. Reconhecer o lugar do psicólogo negro como escolha do cliente branco é estar legitimando-o como profissional, tendo o seu saber científico reconhecido para que o cliente o procure pela necessidade de contar com este conhecimento para ajudá-lo em sua necessidade de autoconhecimento; sendo o psicólogo negro devidamente valorizado. Daí, mecanismos inconscientes e transferenciais poderão ser importantes na análise, se considerarmos que o desejo de autoconhecimento do cliente branco corresponderá à consciência de questões que o afligem e ao inconsciente, o que permanece sem racionalidade, como por exemplo, as práticas racistas nas atitudes da branquitude, mantidas nos diversos sistemas relacionais por onde circule.

A Psicologia Clínica necessita se comprometer com os sofrimentos humanos onde a questão de raça, classe e gênero possam ser mediadas de acordo com as suas manifestações. Questões subjetivas identitárias podem atravessar, diretamente, as relações de "cuidado" do negro para com o branco e da relação do branco com o negro, que em um contexto amplo, simbólico, cheguem à nossa sociedade.

Discutir o branco é discutir o poder em nossa sociedade, onde o branco é o indivíduo e o negro, a raça. A ideia de raça não é introjetada no branco para que ele se veja igual. Racializados são os grupos sociais com traços fenotípicos, culturais, linguísticos, religiosos, etc., que são percebidos como inferiores e diferentes dele. O fenótipo, classe e gênero se perpetuam em ações de racismo e preconceito. Atuam de forma sutil na reprodução da violência, que continua levando o negro para uma zona de não existência (FANON, 1983). Ao responder às acusações de “complexo de inferioridade”, com a qual o povo negro é classificado, Fanon equipara a proposta de um “complexo de autoridade” por parte dos brancos.

Fanon (1983), ao entrar em conflito com dores pré-existentes desde o colonialismo, trazidas no inconsciente pessoal e coletivo, apontou que o negro não deve mais ser colocado diante do dilema de se tornar branco ou desaparecer. Deve, sim, tomar consciência de uma possibilidade de existir, por meio de uma

ação a respeito de seu conflito dentro das estruturas sociais, pois o processo de SER (na ocupação de um lugar, de ter voz e pertencimento) e NÃO SER (como exclusão, desqualificação e não pertencimento em um lugar como indivíduo) vão levar ao adoecimento psíquico da população negra.

Fanon (1983) acrescenta que a superação de traumas e bloqueios precisa ser expressa para não causar mais sofrimento psíquico; e lembra, ainda, que é preciso ver em relação à questão da psicopatologia na relação do branco com o negro que "somos obrigados a lançar mão da noção de catarse coletiva. Em toda sociedade, há uma porta de saída, por meio da qual as energias acumuladas, sob forma de agressividade, possam ser liberadas." (p.122). Isto nos leva a considerar os movimentos de denúncia, passeatas e aquilombamentos, como expressões coletivas de constituição de portas de saída contra o racismo e as diferenças sociais.

O trauma pode ser entendido como sofrimentos de pessoas que vivenciam a experiência da marginalização e opressão, e dentro desta ótica, encontraram o trauma racial, como resultado de um trauma sócio-político, advindo do racismo estrutural. A pessoa adoece a partir das formas de relações entre brancos e negros em um país racista. Isso será visto nas considerações seguintes, a partir da visão de diversos teóricos, ao observarem as estruturas psíquicas na vida emocional de negros e brancos.

3.1. A psique e a vida emocional de negros e brancos

Por aqui iremos refletir sobre os efeitos da relação clínica entre terapeutas e clientes, sabendo ser esta uma árdua tarefa, pelo simples fato de o branco não ser alvo presente de pesquisas nas temáticas raciais. (CARDOSO, 2010, 2014, 2017; CARONE & BENTO, 2014)

Deivison Faustino, pesquisador do laboratório de psicanálise da Universidade de São Paulo, em seu texto "O Narciso Castrado" (2017), considera que há na racialização, primeiramente, no aspecto da epidermização: a raça passa a definir oportunidades e barreiras vividas, pelos considerados diferentes, e a consequente interiorização subjetiva deste primeiro aspecto – em outros termos, tanto pelo colonizado como pelo colonizador:

“Subjetivamente o branco é deificado e o negro, seu extremo oposto, é a encarnação absoluta do mal - Se os Deuses são brancos, os brancos são deuses, ocorrendo assim na psique de ambos, as relações a estes aspectos simbólicos.” (p.129),

Neusa Santos Souza (1983) pontuou, que o mito da democracia racial e do branqueamento, analisado por Florestan Fernandes (2008), como ideologias, que se infiltraram no imaginário social e foram incorporadas no desejo de ascensão. Analisou Souza, igualmente, que o negro apresentava dificuldade em assumir um ego real, consciente de sua origem – uma identidade egossintônica, um reconhecimento de si, distante de um ego real, o ideal de ego branco lhe é imposto desde muito cedo, já na infância. Pelo fato do racismo se mostrar estruturalmente no Brasil, o reconhecimento de valores positivos existenciais, desde cedo já seria voltado para o branco.

Souza (1983) continua sua explanação dizendo que neste conflito interno, o negro assumiria um ideal de ego e desejaria o embranquecimento, calcando sua identidade nos valores do branco, pois, ali, encontraria o poder e o reconhecimento. A energia psíquica voltada para este conflito traria neuroses, pela negação do negro ao seu passado em relação às suas tradições e cultura, assim como a negação de que realmente existe a discriminação racial.

O ideal branco pode, segundo a autora, apontar para dois caminhos possíveis: o de uma melancolização pelo fato de não atingir esse ideal e manter-se no caminho da alienação ou, a possibilidade de resistir, manter-se na luta, proveniente da negritude, como um caminho que há princípio pareceria inexistente para o sujeito negro, e que fortaleceria a via de desalienação, descolonização e liberdade. A via de fortalecimento da negritude, neste caso, seria como uma pavimentação possível, que manteria a sua dignidade como sujeito, ainda que reconhecida como uma escolha difícil, em uma sociedade estruturalmente racista. A negritude é mais demarcada por valores de autovalorização culturais e sentimento de orgulho do negro, enquanto a branquitude estaria ligada a história do mundo ocidental, associada a diversas culturas não brancas. (SOUZA, 1983; CARDOSO, 2014; OLIVEIRA, 2007)

Em correlação ao fracasso do embranquecimento como democracia e direitos iguais, Munanga (1999) considera o imenso prejuízo desse ideal de ego branco, ao dizer:

“Apesar de ter fracassado o processo de branqueamento físico da sociedade, seu ideal inculcado através de mecanismos psicológicos que não poderia explicar ficou intacto no inconsciente coletivo brasileiro, rodando sempre nas cabeças dos negros e mestiços. Esse ideal prejudica qualquer busca de identidade baseada na ‘negritude’ e na ‘mestiçagem’, já que todos sonham ingressar um dia na identidade branca, por julgarem superior.” (p. 16)

A violência feita à identidade do negro é a violência de olhar para o espelho e ver um rosto branco. O ego, tentando ter o máximo de controle, nega a pele negra em uma forma de adaptação, como diz Fanon (1983) já no título de seu livro “Pele Negra Máscaras Brancas.”

A herança de subjetividades coletivas, da relação de negros e brancos também é discutida em Schucman (2018), quando enfatizou que o racismo não impede os afetos e que no Brasil as pessoas brancas, ainda que expressando o afeto por um corpo negro, seja numa relação individual ou em uma relação de famílias interraciais, poderiam continuar sendo racistas - como já foi mencionado. Na família, a criança vai se tornando racista de acordo com o que lhe é passado no mundo em que vive: ninguém nasce racista, torna-se racista.

“É na família que a criança inicia o processo de aprender o modo humano de existir. É no interior dela que o mundo adquire significado e ela começa a se constituir como sujeito. São nas trocas intersubjetivas construídas pelos vínculos familiares (e a qualidade destes) que os primeiros referenciais para a constituição da identidade são criados.” (SCHUCMAN apud SZYMANSKI, 2018, p.100)

A mulher negra unida a um homem branco, ou vice-versa, de acordo com as análises de Nogueira (2008), Schucman (2018) e Souza (1983), vivenciam em sua construção familiar o racismo e a rejeição ao corpo negro. Souza (1983), ao se referir a alguns casos clínicos, mostrou conflitos de identidade desses clientes negros ao trazerem relatos de negação e de sofrimento nas relações com os brancos. Apresentou, assim, aspectos da dominação da branquitude atuando de forma disfarçada. Mostrou, igualmente, mecanismos inconscientes de tentativa de afirmação e adaptação por partes destes clientes: de fantasias de cunho sexual no imaginário da força e potência negras e a busca incessante de aceitação, por meio de sentimentos de inferiorização e baixa estima.

Schucman (2018) atentou para o conflito interno familiar ao pontuar a questão de os filhos sofrerem por serem negros e na omissão do assunto dentro de casa – mecanismos, estes, de defesa – como também pela variação de tonalidades de pele de filhos e casais, acarretando preferências inconscientes de seus pais. Mostrou, também, as projeções transferenciais oriundas destas preferências ou rejeições em relação a discursos de ascensão e mobilidade social, de acordo com a tonalidade de pele dos membros da família. Uma família negra, que não tenha consciência do racismo, pode trazer sofrimento para os seus filhos, por não saber lidar com este fato. As famílias interracializadas também vivem este mesmo conflito. Em famílias de todas as classes sociais este fenômeno pode ser manifesto. Se há o desejo do negro se tornar branco, ter filhos de pele clara como uma compensação inconsciente, assim também o medo do branco de ter filhos de pele escura.

Ocorre, no contexto familiar, o mecanismo de defesa psíquico da negação, ao retirar o negro do seu grupo de origem e colocá-lo em outro grupo “embranquecido”, pois o problema não é a cor, é o fato de a cor ser de origem africana negra. Schucman (2012), ao considerar que a racialização envolve as relações sociais, tanto na negritude como na branquitude, entende que estes podem ser fatores importantes para pensar o desenvolvimento e a qualidade dos vínculos, como importantes também na clínica psicológica.

Na clínica psicológica, vários negros não conseguem expor o seu auto-ódio por vivenciarem tantas formas de exclusão às quais, muitas vezes, não conseguem se defender. São tomados por um silêncio aterrador que os mantém frágeis, em uma dor psíquica imensa. Nos clientes onde a branquitude se interpõe como subjetividade na clínica, um dos exemplos de discursos de seu racismo é a própria dificuldade em usar as palavras negro ou preto (por ex: “aquela (e) escurinha (o)” e assim, usa eufemismos para falar de si próprio ou para falar do Outro (que é visto como diferente dele). Alguns exemplos: “Você está exagerando... eu não sou racista...”; “É impressão sua...”; “Não quis te ofender, somos todos iguais...”. Estes discursos se inserem em suas negações, ou em seus “privilégios” de serem branco. Em muitos casos, ocorrem as controvérsias em se admitirem racistas ao apresentarem discursos em que soem a premissa de que negros e brancos são iguais.

As relações sociais constituem-se nas interações com a sociedade e com os grupos nela constituídos. A questão do racismo está envolvida com o aspecto de estudo social. O racismo aponta para vantagens e desvantagens, benefícios e malefícios, que envolvem sofrimento e tentativa de adaptação de forma contínua. É um processo dinâmico por ter a capacidade de se transformar e de se excluir nas situações. Envolve a questão de uma aprendizagem que vem acompanhada do racismo estrutural, pois, desde a infância percebemos as vantagens de se ter uma pele mais clara e as desvantagens de quem tem uma pele mais retinta - sendo impossível negar algo que seja positivo.

Todo esse processo já se inicia dentro da escola, trazendo o sofrimento psíquico para muitas crianças, que querem ser brancas por sofrerem *bullying* e exclusão. Por perceberem que os critérios de beleza, moda, brinquedos (bonecas, bonecos), literatura infantil e tudo que envolve as relações, não contemplam as origens afrodescendentes, ao vivenciar, desde muito cedo, uma percepção de não estar inserida, com o tempo. Isto traz um sofrimento psíquico para a criança negra. Este é um conflito existente na clínica psicológica, cabendo pontuar uma educação antirracista estendida dentro das famílias, com o intuito de reforçar a autoestima e a identidade.

A produção de subjetividade decorrente dos vários aspectos da colonização trouxe a depressão, a baixa-autoestima, a desqualificação, a inferioridade, o sentimento de culpa e ansiedade, o não reconhecimento de si e o medo, a pessoas negras de todos os níveis sociais. É possível falar em um verdadeiro “apartheid psíquico” (NOGUEIRA, 2017, p.12) como uma política racial estruturada, implantada pelo branco, com consequências psicológicas no negro, advindas das vivências do racismo, levando ao sofrimento psíquico e suas consequências. O branco não é apenas favorecido nessa estrutura, mas é também produtor ativo dela, sem lutar pela reparação necessária.

A internalização de uma valorização do ser branco (a brancura) tem uma origem europeia, que envolve poderio e sustentação de hierarquia, onde o fato de ser negro, já teria uma internalização de um ser inferior, o que já configuraria uma patologia social brasileira. (GUERREIRO RAMOS, 1957)

Temos que refletir sobre o racismo para além da escravidão, como algo que se atualizou de forma estrutural, atravessando o campo de ações de conteúdo psíquico entre negros e brancos, que atravessou o campo pessoal, o ambiente familiar e entrou no coletivo sócio político e econômico, chegando às instâncias de poder institucionais e educacionais expressos de forma a manter a valorização e sustentação da branquitude. Ramos (1957) problematiza a identidade racial do negro, para além do que a branquitude deseja dele, e sim para os aspectos de posituação do ser negro como sujeito de conhecimento de si mesmo.

Albert Memmi (2007), ao falar da relação opressora e oprimida entre o colonizador e o colonizado, enfatiza que o colonizado necessita suprimir a colonização para poder viver e tornar-se “um homem”, de forma que sua alienação cesse totalmente. Assim, pode-se pensar que o mesmo se dá no Brasil colonial e pós-colonial, já que tais relações ainda sustentam a hierarquização baseada em raça em nossa sociedade e mantem as desigualdades entre os grupos, o objetivo do colonizador permanece voltado para o lucro e manutenção de privilégios, atribuindo ao colonizado certos traços, para mantê-lo sempre nesta condição.

3.2. De brancos para brancos - a psique na abordagem eurocêntrica

A partir daqui, é necessário apresentar a psique do branco, a partir de teóricos brancos eurocêntricos, que apontam para conflitos psíquicos, mas a partir de sua própria subjetividade. São muito importantes os vários aspectos relacionados às manifestações da consciência e do inconsciente, nos mecanismos de defesa do ego; como, anteriormente, foi visto em relação a psique do negro. Pelo fato de na clínica junguiana serem utilizados símbolos e manifestações oriundas da consciência e do inconsciente pessoal e coletivo, serão trazidos, além da psicanálise freudiana, a contribuição da psicologia analítica.

Seria passível de reflexão, olharmos para o fato de que, se existe um percurso de marcas geracionais na psique do negro, que envolvem sua ancestralidade, cultura e comportamento, as mesmas marcas deveriam estar no branco. Em uma análise crítica aos teóricos que trouxeram a psicologia eurocêntrica, encontramos teóricos brancos, falando de sua psique e dos conflitos

inerentes à sua memória ancestral. Neste momento, relembro os conflitos e guerras brancas da Antiguidade e Idade Média até as atuais, que modelaram aspectos culturais e comportamentais, levando o branco a se considerar superior, ficando, de forma sutil, na psique branca a dominância, a competitividade e a violência – sempre em nome do poder.

Segundo Andrade (2017, p.9) o regime capitalista, tem como motivador, causar o esvaziamento de forças que possam produzir mobilização e rompimento de padrões eurocêntricos e o espaço acadêmico não estaria fora deste movimento. A psicologia também responde a essa absorção.

A psicologia do saber acadêmico vem, teoricamente, apresentando os conflitos da psique do branco para o manejo clínico, tratando os negros como se estes fossem brancos. Essa psicologia não leva em conta a subjetividade que atravessou a história do negro e do branco para chegar ao racismo. Olhar para esta questão psíquica, levaria a um rastreamento da história desses grupos humanos, dessas “raças”, e à necessidade do manejo de saberes plurais para melhor compreensão e para corroborações antirracistas.

Marie Louise Von Franz (1988) psicoterapeuta de base analítica, nascida na Alemanha, afirma que o mecanismo de projeção se revela quando projetamos, no mundo externo, algo que faz parte de nosso psiquismo ou de nossa responsabilidade, mas que não podemos ver em nós e por isto atribuímos a outra pessoa ou fato. Uma reflexão possível sobre os motivos das guerras anteriormente citadas, onde o inimigo era o Outro, com aspectos da Sombra (conceito junguiano) projetados sobre ele. O Outro representava perigo e precisava ser dominado ou extirpado, em nome do poder - judeus, muçulmanos, africanos, indígenas, orientais e tantos outros. Em outro momento, o aliado era introjetado com pactos de manutenção da mesma ideologia de poder:

“Dentro de cada um há uma sombra escondida. Por trás da máscara que usamos para os outros, por baixo do rosto que mostramos a nós mesmos, vive um aspecto oculto da nossa personalidade. De noite, enquanto dormimos indefesos, sua imagem nos confronta face a face. [...] A palavra *sombra* é apenas um nome que damos ao fato de que a maioria das pessoas não tem consciência de todos os aspectos da sua personalidade.” (p.45)

A descrição que C. G. Jung (1978), psiquiatra e psicoterapeuta suíço, fundador da psicologia analítica, fez do inconsciente pessoal, quando diz que lá estão os complexos, e que estes seriam nódulos de energia psíquica, que precisam ser tratados, engloba os pensamentos de Von Franz (1988) sobre as aquisições da vida pessoal: conteúdos que já foram conscientes e depois esquecidos ou reprimidos, lembranças dolorosas, pensamentos, sentimentos, percepções que não alcançaram o limiar da consciência. O inconsciente pessoal é, ainda, formado por conteúdos que não alcançaram a consciência e que vão atuar de forma autônoma na psique. Refere-se ao arquétipo da *Sombra* como complexo, ao afirmar que:

“Aquela personalidade oculta, recalcada, frequentemente inferior e carregada de culpabilidade, cujas ramificações extremas remontam ao reino de nossos ancestrais animais, englobando também o aspecto histórico inconsciente... (Jung, 1975, p. 359). [...]: Infelizmente não há dúvidas que o homem não é em geral tão bom quanto gostaria de ser. Todo mundo tem uma sombra e quanto mais escondida ela está da vida consciente do indivíduo, mais escura e densa ela se tornará. De qualquer forma é um dos nossos piores obstáculos, já que frustra as nossas ações bem-intencionadas.” (JUNG, 1978, p.97)

Coloca ainda Jung (1978), que na relação do inconsciente pessoal e inconsciente coletivo, a história pessoal de cada indivíduo se afilia as histórias da humanidade e às das culturas, num caminho antropológico autônomo.

Dentro do inconsciente coletivo, encontramos os arquétipos de *Persona* que implicam na forma como eu desejo que me vejam e, assim, apresento-me para o mundo; e o arquétipo da *Sombra* que compõe os aspectos obscuros e negativos da personalidade que desejamos esconder – por não serem compatíveis com a consciência, com o ego (JUNG, p.6). Funcionam como polaridades que carregamos, uma estrutura psíquica que compõe o mecanismo de projeção da psicanálise freudiana, pois quanto mais é negada, mais ela vai atuar de forma autônoma. Esta só se torna hostil, quando é ignorada, e neste contexto encontramos o racismo e as suas formas de discriminação e de desigualdades raciais.

Embora Jung não tenha tratado do tema do racismo, talvez seja possível avaliar a sombra do branco, atuando de forma coletiva. O acesso a oportunidades atuariam a sua *persona* branca. O desconforto do branco ao falar do seu racismo

mascarado traz a confluência destes dois arquétipos – Persona e Sombra, mostrando fragmentações por meio do que se chama de complexo – em um processo de incompatibilidade psíquica entre estes arquétipos.

Porém cabe olhar o conceito de sombra na ótica junguiana onde engloba o indivíduo de forma pessoal e coletiva, oriunda do inconsciente, cabendo a questão do dispêndio de energia psíquica. Qualquer pessoa diante de um conflito com o qual não se vê em condições de lidar com ele, vai ter de dialogar com este conflito através de sintomas, ainda que os negue, e daí pode-se pensar na sombra do branco e na sombra do negro ao buscar o seu autoconhecimento.

Refletindo sobre estes aspectos de sombra retomo ainda este conceito, a partir das reflexões da psicóloga social Edith Piza (2014), que analisou a percepção de atitudes racistas no branco. Perceber isso, para o branco seria comparável ao choque contra uma porta de vidro; daí o desconforto ao abordar o racismo e as entrelinhas da “sombra” que o afeta:

“O descobrir-se racializado, quando tudo o que se fez, leu ou informou (e formou) atitudes e comportamentos diante das experiências sociais, públicas e principalmente privadas, não inclui explicitamente nem a mínima parcela de racionalidade, diante da imensa racialidade atribuída ao outro [...] há uma fronteira invisível que se impõe entre o muito que se sabe sobre o outro e o quase nada que se sabe sobre si mesmo.” (PIZA apud CARONE& BENTO, p. 61)

Fanon relembra que para Jung, a ideia do diferente, era a ideia do estrangeiro, o obscuro, assimilando a esta obscuridade, uma má tendência. A reflexão deste autor não analisa o aspecto diferencial do racismo, mas sim o considerado diferente, dentro de um olhar de uma psicologia pensada por um homem branco europeu. (FANON, 1983. p.154)

Tal análise é encontrada, também, em Freud, citado por Vannuchi (2017), ao se referir à imagem do estrangeiro como inimigo, como sendo um artifício, um modo de defesa coletivo criado para reforçar a união entre os pares. Ao que Freud chamou de “narcisismo das pequenas diferenças” (p. 60), onde as diferenças configuram a aversão, tornando o inimigo a causa dos males do grupo e, por isso, essas diferenças necessitariam ser banidas, ainda que sob o efeito do mecanismo de defesa da negação.

Embora Jung tenha sido impactado pela cultura africana, nas duas viagens que fez à África (1920 e 1925-1926) buscando ver o homem branco imerso em um meio estrangeiro, sua observação esteve focada na questão simbólica, observando as camadas históricas sob a ótica de um povo, o africano e o europeu. Sabendo ele, das neuroses e psicoses europeias, acreditava que o continente africano, mostrava o lado escuro da psique europeia. Era o “outro”, o africano, representando as forças sombrias das profundezas do inconsciente europeu, já que tudo começou com a mãe África e isto seria inadmissível ao europeu aceitar. A psique preta do primitivo (africano) e a psique branca do homem moderno (branco europeu) o levaram a supor que os fatores raciais e culturais determinariam as estruturas da psique. Para ele, se o branco se rendesse ao primitivismo (sic) dos negros africanos, ele enegreceria, perderia seu posto de homem branco aculturado, mas lidaria com a sua sombra como algo necessário ao seu crescimento psíquico; porém, para isto teria de abrir mão de sua identidade branca, engessada em sua cultura europeia. Virar negro significando perigo, como um caminho regredido. (VRBATA, 2018, p.4)

Já Freud (1919/2006) ressaltou o estranho “como o rejeitado pelo Eu” - aquilo que a consciência rejeita e que deveria ter permanecido recalcado ou escondido, exemplificando o estranho nos conteúdos de sonhos, chistes, esquecimentos e atos falhos, que teriam sido jogados para o inconsciente. (VRBATA, 2018, p.5)

(...) o estranho é aquela categoria do assustador que remete ao que é conhecido, de velho, e há muito familiar. (...) nem tudo o que é novo e não familiar é assustador; a relação não pode ser invertida. Só podemos dizer que aquilo que é novo pode tornar-se facilmente assustador e estranho; algumas novidades são assustadoras, mas de modo algum todas elas. Algo tem de ser acrescentado ao que é novo e não familiar, para torná-lo estranho (1919/2006, p. 238-9, v. XVII).

No pensamento de Lélia Gonzalez (1988, p.73), o racismo sob o aspecto de sintoma ocorre na forma de uma “neurose cultural brasileira” e recorda a categoria freudiana de denegação, que afirma que ainda que o indivíduo formule seus sentimentos, desejos e pensamentos recalcados, como medida protetiva, eles serão negados.

Um segundo aspecto na categoria freudiana, segundo Gonzalez (1988), mostra o objeto parcial onde as pulsões libidinais estariam voltadas para algo simbólico de produção no imaginário do branco, ainda que não fosse como objeto de amor. É possível fazer aqui uma correlação deste desligamento do objeto total como sendo o corpo e o objeto parcial como produzindo partes, o que nos leva a pensar nos fetiches ligados ao corpo negro como potência sexual, como força física, como fantasias voyeuristas, que, segundo a autora, são produtoras deste imaginário branco.

Assumir o racismo e seu “privilegio” diante de um negro é constrangedor para um branco, porque vai de encontro a estes aspectos de projeção que lhe foram, primeiramente, introjetados em relação ao negro, e que lhe garantiram chegar ao topo da pirâmide social em seus vários seguimentos.

A Persona quer manter a branquitude, a Sombra denuncia o conflito ao se perceber racista. Integrar Persona e Sombra, seria a possibilidade de um movimento para práticas antirracista.

Tanto Jung quanto Freud, apesar de suas grandes contribuições às questões do inconsciente, não mergulharam no comportamento entre negros e brancos, no enfoque do racismo, mas sim um olhar aberto para o diferente, o estranho na realidade de ambos, homens brancos, oriundos de uma realidade patriarcal europeia - que aqui reforço diante da análise já trazida anteriormente por Frantz Fanon.

Assim, Melanie Klein, Lacan e Von Franz, citados como outros teóricos de origem europeia e estadunidense, também não focaram questões específicas do racismo, a influência da cor da pele enquanto subjetividade, identidade e singularidades, nas manifestações psíquicas entre brancos e negros.

4. A pesquisa

Este capítulo apresenta a pesquisa de campo e seu resultado. Teve como objeto de estudo a relação entre o psicólogo negro e seu cliente branco em ambiente de atendimento clínico, compreendendo como o encontro e o manejo terapêutico poderia ser atravessado pelo racismo. Ocorreu ouvindo dez profissionais entrevistados, atuando nas seguintes cidades: Rio de Janeiro, capital do estado do Rio de Janeiro e outras cidades do mesmo estado; Barbacena, cidade do estado de Minas Gerais, ambas no Sudeste do país e em Recife, no estado de Pernambuco, no Nordeste.

Inicialmente a proposta era investigar apenas no contexto da cidade do Rio de Janeiro, formada por duas regiões distintas: A Baixada Fluminense e o Planalto ou Serra Fluminense, mas psicólogos de outros estados manifestaram desejo em participar a partir do conhecimento da entrevista com outros colegas e houve a abertura no sentido de se equiparar possíveis fenômenos regionais.

A cidade de Barbacena, no estado de Minas Gerais, é uma cidade histórica que se construiu a partir da mão de obra escrava, com muitos negros, mas com uma elite branca muito bem-marcada. A cidade de Recife, também histórica, no estado de Pernambuco, foi uma cidade reduto de escravos no passado, onde ao percorrer a periferia, ainda se encontra um grande número de negros.

4.1. Procedimentos

A pesquisa foi lançada em redes sociais de psicologia, como um convite para participação, convocando psicólogos negros, de ambos os sexos, interessados em compartilhar suas experiências com clientes brancos (ou que se auto definissem como brancos). Cerca de cinquenta psicólogos responderam ao convite, tanto da cidade do Rio de Janeiro como de outros estados. Muitos vieram interessados na emergência do estudo sobre o branco e não mais somente sobre o negro, como a maioria das pesquisas até então realizadas (RAMOS, 1957; CARDOSO, 2008, 2010, 2014, 2017). Outros entrevistados vieram, segundo eles, “por curiosidade” (sic) em relação à pesquisa, a partir de comentários de colegas próximos.

Seguindo um cronograma, as entrevistas realizaram-se no período de março a setembro de 2021, porém sua realização foi autorizada pelo Comitê de Ética da universidade antes, em janeiro de 2021. No mesmo mês e ano os contatos e convites foram feitos e o campo começou em fevereiro, com as entrevistas piloto, concluídas em março.

4.2. Participantes

Idealmente, dado o aparente ineditismo do estudo, foi pensado um total de 25 participantes. Deveriam ser psicólogos negros, atuantes, com idades de 25 a 50 anos. Vários responderam ao convite e solicitaram a participação, contudo, foi necessária a redução de 25 para 10 psicólogos, 05 homens e 05 mulheres, por conta do fator tempo.

Todos tinham tempo de graduação variando de 01 a 40 anos e idades entre 30 e 65 anos. O grupo de entrevistados se formou com 07 mulheres de 30 a 65 anos e 03 homens de 37 a 65 anos, a partir de suas experiências vividas, vivência em *setting* terapêutico e manejo clínico com clientes brancos, na observação sobre a temática racial. Para as entrevistas piloto, foram escolhidos propositalmente dois profissionais, um homem, o mais velho do grupo, com 65 anos, e uma mulher, a mais jovem do grupo, com 30 anos.

Em relação ao local de atuação dos 10 entrevistados; 07 estavam sediados no estado do Rio de Janeiro, nas seguintes cidades: Rio de Janeiro (capital), Nilópolis, Belford Roxo e São João de Meriti (Baixada Fluminense), Guapimirim e Niterói, 01 em Recife/PE, zona central e 01 em Barbacena/MG, “na periferia” (sic).

No final de fevereiro e início de março, duas entrevistas piloto aconteceram, para que as perguntas disparadoras do roteiro semi estruturado, pudessem ser avaliadas. Bardin (2016) entende como perguntas disparadoras aquelas que abrangem de forma direta o que se quer saber sobre o tema, e que vão organizar as categorias e subcategorias. A pergunta disparadora se assemelha à primeira sessão de uma psicoterapia, sendo aquele momento que serve de base para todo o resto e que vêm com conteúdo mais latente, sem tanta formulação racional. Seguida da pergunta disparadora, viriam mais generalizações.

Perfil dos participantes

Todos os dados foram atribuídos pelos entrevistados e mantidas suas palavras.

- CC, 38 anos, sexo feminino, negra.
Ano de conclusão da graduação: 2008
Região da cidade onde atua como psicóloga: Rio de Janeiro e Niterói - região metropolitana
Atua como psicólogo desde: 2014
- CO, 65 anos, sexo masculino, negro.
Ano de conclusão da graduação: 1981
Região da cidade onde atua como psicólogo: Rio de Janeiro- zona norte e zona sul
Atua como psicólogo desde:1985
- ES, 59 anos, sexo feminino, negra.
Ano de Conclusão da graduação: 2012
Região da cidade onde atua como psicólogo: Rio de Janeiro - zona oeste
Atua como psicólogo desde: 2012
- NJ, 60 anos, sexo feminino, negra.
Ano de Conclusão de graduação:1985
Região da cidade onde atua como psicóloga: Recife-PE - centro
Atua como psicóloga desde: 1985
- LE, 37 anos, sexo masculino, preto.
Ano de Conclusão da graduação: 2016.
Região da cidade onde atua como psicólogo: Barbacena/MG - periferia
Atua como psicólogo desde: 2017
- MQ, 43 anos, sexo feminino, negra.
Ano de Conclusão de graduação: 2001
Região da cidade onde atua como psicóloga: Rio de Janeiro - baixada fluminense, região metropolitana
Atua como psicólogo desde :2002
- SL, 65 anos, sexo feminino, negra.
Ano de Conclusão de graduação: 2016
Região da cidade onde atua como psicólogo: Rio de Janeiro - zona norte
Atua como psicóloga desde: 2016
- TL, 30 anos, Sexo feminino, preta.
Ano de Conclusão de graduação: 2020.1
Região da cidade onde atua como psicóloga: Rio de Janeiro - centro e zona norte
Atua como psicólogo desde: 2020.2
- VS, 40 anos, sexo masculino, preto.
Ano de Conclusão de graduação: 2008
Região da cidade onde atua como psicólogo: Rio de Janeiro - zona oeste e baixada fluminense – região metropolitana
Atua como psicólogo desde: 2008

➤ VC, 64 anos, sexo feminino, negra.
Ano de Conclusão de graduação : 1983
Região da cidade onde atua como psicóloga: zona sul
Atua como psicóloga desde: 1983

4.3. Instrumentos⁶

Foi enviada por e-mail aos participantes uma ficha biográfica para coletar dados sociodemográficos como idade, sexo, estado civil, autoclassificação por raça, região de atuação profissional (sem a necessidade de endereço), instituição de sua formação, ano de conclusão da formação e tempo de atuação profissional.

Junto à ficha, foi enviado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, submetido e autorizado pela Comissão de Ética e Pesquisa do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde (CONEP/CNS) e pela Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio (CEP) através do parecer 86/2020 – Protocolo 126/2020, de 08/01/2020. O documento informava o objetivo da pesquisa qualitativa, de natureza empírica, visando analisar o racismo estrutural na clínica psicológica, as responsabilidades com a guarda e privacidade dos dados colhidos, possibilidade de desistência ou adesão, sem nenhum ônus financeiro ou comprometimento que não fosse o de colaborar com uma pesquisa científica.

Os documentos mencionados, enviados por e-mail, deveriam retornar com rubrica em cada página do termo e com assinatura, ficando o entrevistado com uma cópia e a pesquisadora com outra e, todo o material guardado pelo prazo de cinco anos. Todos os participantes foram comunicados que teriam uma devolução dos resultados obtidos, ao final da pesquisa e também a possibilidade de contato com a pesquisadora e sua orientadora a qualquer momento que desejassem. O contato estava disponível na cópia entregue a cada participante.

⁶Os participantes da pesquisa se encontram com nomes fictícios, apresentados por duas letras, para preservação de sua identidade.

4.4. O uso de plataforma online, inferências e emoções nas entrevistas

As entrevistas foram agendadas, realizadas e gravadas por vídeos e áudios, em ambiente remoto, pela plataforma online Zoom, de acordo com o horário e disponibilidade de cada um. As gravações foram ouvidas várias vezes, atentamente, para que as transcrições pudessem ser realizadas, em seu formato real. Foram transcritas pela pesquisadora e mais duas colaboradoras, participantes do grupo de estudo, pesquisa e intervenção antirracista Porta da Lembrança, da PUC-Rio, coordenado pela profa. Maria Helena Zamora, do Departamento de Psicologia da mesma instituição, orientadora do mestrado da pesquisadora.

No momento de ouvir as entrevistas realizadas, ver os vídeos e fazer as transcrições, observaram-se manifestações corporais dos entrevistados que mostravam relaxamento, conforto e fluidez no decorrer das entrevistas, assim como foram vistos momentos de impacto, de fuga do assunto e silenciamentos ao se depararem com o racismo em suas práticas. Alterações de tom de voz, tosse, gaguejar, demonstração de emoções, trouxeram as inferências subjetivas que uma pesquisa qualitativa tem, levando-se em conta os fenômenos comportamentais surgidos pelos participantes entrevistados. Daí se vê a importância de o entrevistador ter uma “atitude clínica”, como um dos pilares de uma entrevista. De não tratar o entrevistado como objeto e poder sempre acolher o recurso utilizado. É imprescindível, ainda, ao pesquisador, destacar a abordagem teórico-prática que vai embasar o trabalho científico. Daí a necessidade de explicar cada termo teórico usado nas palavras chave. (BARDIN, 2016; YIN, 2016, TURATO, 2009)

A inferência em uma pesquisa vai trazer na interpretação algo que não foi pensado, como por exemplo, um ato falho, um embargo, um silêncio e assim cabe ao pesquisador ir além do óbvio, já que os “não ditos” surgem. As inferências procuram esclarecer as causas da mensagem ou as consequências que ela pode suscitar. Nos polos de comunicação há sempre um emissor (que pode ser um indivíduo ou um grupo); um receptor (aquele que recebe a mensagem e estuda a que ela se destina) e a mensagem (estudo de seu conteúdo, seus significados e significantes). (ZAMORA, 2012; LEITÃO & PRATES, 2017; BARDIN, 2016; YIN, 2016; HERZBERG & MATOS, 2015; CRESWELL, 2014; ROMÃO-DIAS 2013; TURATO & CAMPOS, 2009; VIANNA, 2006)

Apesar das entrevistas terem sido gravadas e autorizadas pelos entrevistados quando assinaram o documento, houve um caso de uma entrevistada que na hora não quis gravar em vídeo, apesar da autorização prévia dada. Outra, que não quis manter a câmera aberta, apesar de aceitar a gravação. Dois dos candidatos solicitaram ver o roteiro que a entrevista seguiria, embora no convite estas informações constassem, esclarecendo o tema da pesquisa. Um dos entrevistados, além do roteiro de perguntas, quis ter acesso à transcrição de sua entrevista. Saber sobre o que seria perguntado com detalhes. Foi um processo também de poder decidir, de ficar ou não à vontade em relação a um tema tão delicado e por vezes, como foi visto, tão doloroso.

Alguns que antes se mostraram disponíveis para o campo, embora curiosos, acabaram por marcar e desmarcar, alegando esquecimento da data previamente combinada e, por último, assumiram sua indisponibilidade, por não se sentirem confortáveis em falar sobre seus clientes brancos com a temática do racismo, nem falar do manejo clínico dentro das questões raciais, alegando falta de maior conhecimento sobre o assunto em sua trajetória pessoal e clínica.

Embora previsto um tempo em torno de 60 minutos, algumas entrevistas levaram mais tempo, chegando há quase 2 horas, justamente pelo envolvimento do participante, mas também por algumas dificuldades com a utilização da ferramenta. A maior parte das situações pôde ser contornada sem prejuízo, e que mostraram que as dificuldades encontradas em entrevistas presenciais também ocorrem com os formatos não presenciais, cabendo ao pesquisador encontrar uma forma de lidar com elas, de forma flexível.

4.5. A pesquisa no contexto da pandemia

Pelo fato de estarmos em vivência de uma pandemia, onde havia a necessidade do afastamento físico, por segurança, foi necessária a utilização de plataforma tecnológica, em meio remoto. O trabalho de campo foi realizado com todos os problemas que isso acarretou no mundo. Nesse contexto, nosso lar passou a ser a centralidade dos aspectos de vida preenchidos pelo trabalho, porém, não se pode trazer a lógica de produção do trabalho para dentro de nossas casas,

pois o trabalho em *home office* tende a perder parte do salário com custos adicionais e requer também, uma nova adaptação.

A pesquisa aconteceu e se uniu a uma pandemia que assolou o mundo pelo Covid-19. Ampliou a desigualdade e mostrou que há uma política social, que elege quem deve morrer e quem deve sobreviver, em uma necropolítica que continua atingindo em maior número os negros, os mais fracos, os mais pobres, os destituídos de políticas públicas que contemplem segurança, oportunidades no mercado de trabalho, os que necessitaram manter-se trabalhando para manterem o acesso à saúde e sustento.

Estas entrevistas mostraram que o momento de pandemia no Brasil trouxe um público, que se sentiu isolado, mais empobrecido e necessitando de ajuda terapêutica. Foram e são lutos que atingiram todas as classes; brancos, pretos, pardos, amarelos e indígenas. Porém, neste cenário também se observou o racismo atuando. De acordo com o do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), apresentado no Brasil de Fato (2020), com dados obtidos em pesquisa realizada pelo IBGE, entre o 1º e 2º trimestre de 2020, cerca de 6,4 milhões de homens e mulheres negras perderam seus empregos, enquanto as pessoas brancas somaram 2,4 milhões.

Muitos dos psicólogos entrevistados passaram por situações que dificultaram em muito a manutenção do seu trabalho. Aqueles que precisavam continuar para se manterem, tiveram muitas dificuldades, com a adesão às novas tecnologias e também a adesão de seus clientes. Alguns perderam clientes, tiveram que fechar seus consultórios e se adequarem, tendo de lidar com este momento em suas experiências clínicas.

Por conta da pandemia, muitas entrevistas por várias vezes tiveram de ser transferidas, a partir de situações vividas por eles e relatadas, também como: luto por perdas pelo Covid-19, inabilidade e necessidade de orientação para a entrevista no formato online e adequação ao seu momento de trabalho, que também atravessava mudanças de atendimentos presenciais para atendimentos online, redução de valores de sessões e toda a carga de adaptação daí resultante.

De acordo com Leitão (2005), a utilização dos meios das tecnologias da informação e internet, em particular, trouxeram grandes transformações para as

práticas profissionais. Esses novos meios vieram mostrando resultados de desorientação de entrevistados em relação aos seus pacientes como: ““sensação de perda de controle, sua visão dos conhecimentos e técnicas tradicionais como instrumentos de trabalho inadequados, e, sobretudo sua angústia e conflitos face à perda de suas antigas e sólidas identidades profissionais”” (p.151). Apesar de já ter passado uma década e meia da reflexão trazida pela autora, ela enfoca uma realidade bem atual nos tempos de pandemia.

4.6. O que é uma metodologia clínico qualitativa?

Romão-Dias (2013) afirma que, assim como se fala em histórias no plural, também é preciso considerar a pluralidade dos métodos qualitativos. Atualmente a psicologia é um campo heterogêneo, focando os aspectos subjetivos das ciências humanas, para elucidar um fenômeno social.

A pesquisa usando a plataforma online utilizou para a coleta de dados, a metodologia clínico-qualitativa, com entrevistas semiestruturadas, que segundo Bardin (2016), permite que o pesquisador e o pesquisado direcionem, de modo parcial, os temas, possibilitando maior flexibilidade durante o caminhar da entrevista de campo.

Foram consideradas as interações bidimensionais (que envolvem duas dimensões: entrevistador e entrevistado) em roteiro aberto de perguntas e respostas; conversas, observação, coleta de sentimentos expressos, indo além das palavras e focando também os aspectos não verbais, com o objetivo de compreender as experiências dos entrevistados – sempre que isso foi possível, na forma remota.

“Entrevistas semiestruturadas são mais comumente utilizadas nas pesquisas da área de computação por buscarem conciliar um certo grau de comparabilidade entre o discurso dos participantes e um espaço para a espontaneidade na emergência de significados e categorias não previstas. Servem-se de um roteiro prévio, mas obedecem a um fluxo espontâneo de conversa. No que se segue, serão enfatizadas as características e etapas de estudos qualitativos que fazem uso de entrevistas semiestruturadas.” LEITÃO, 2017 apud SEIDMAN, 1998; NICOLACI-DA-COSTA ET AL, 2013)

Os roteiros usados na pesquisa buscavam razões para um fenômeno histórico social, o racismo. Foram elaborados para o que se queria alcançar com as perguntas explicativas, que significaram explicar algo sobre a pesquisa e até sobre alguns termos que alguns dos entrevistados desconheciam (como por exemplo: racismo estrutural, branquitude e antirracismo) e as perguntas causais que seriam a partir das respostas dadas pelos entrevistados em seus discursos e o entendimento sobre suas causas.

De acordo com Minayo (2009), o campo na pesquisa qualitativa, é o recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, representando uma realidade empírica a ser estudada a partir de concepções teóricas que fundamentam o objeto da investigação - “o campo de observação precisa ser definido, entendendo-o como os locais e sujeitos que serão incluídos, o porquê destas inclusões (critérios de seleção) e em qual proporção serão feitas.” (p.47) Ela enfatiza que é importante criar uma aproximação com as pessoas da área selecionada para o estudo acontecer e apresentar uma proposta às pessoas envolvidas, pois se trata de um jogo cooperativo.

É igualmente importante dizer que muito do que foi trazido pelos participantes, aos quais sou muito agradecida, foi de encontro ao que vivi e vivo na minha prática enquanto psicóloga negra, mulher e atuando na clínica como eles. Porém, no meu lugar de pesquisadora e entrevistadora, tive de estar atenta o tempo todo para que não predominasse nas respostas a minha percepção, mas aparecesse apenas a deles.

4.7. O que é uma análise de Conteúdo?

“Tudo o que é dito ou escrito, é suscetível a uma Análise de Conteúdo”, dizem P. Henri e S. Moscovici. Sempre houve interesse em se interpretar os textos deixados na humanidade, como por exemplo, os textos bíblicos. Desta necessidade, chegou-se à análise do conteúdo de diversos outros textos, pergaminhos e documentos históricos.

De acordo com Laurence Bardin (2016), H. Laswell seria considerado o primeiro nome que ilustra a Análise de Conteúdo, fazendo análise de imprensa e propaganda em 1915. A análise de Conteúdo enquanto técnica surge pelas

necessidades no campo da sociologia e da psicologia, entre os anos de 1940 e 1950, nos E.U.A, possibilitando a sistematização de regras, de como se analisa e se interpreta um texto, e do interesse pela simbólica política do pós-guerra. Considerando a segunda guerra mundial (1939-1945) e o surgimento de novas problemáticas no campo metodológico, houve a necessidade do alargamento da aplicação da técnica em diferentes contextos, entre 1950 e 1960. Novas modalidades afetaram as investigações e as análises de conteúdo como o recurso do computador (século XX), os estudos sobre comunicação não verbal e os trabalhos linguísticos que vieram de 1960 até a atualidade. (BARDIN, 2016, pp.19-20)

O método escolhido para a interpretação de dados foi o de Bardin (2016), por ser um método primordial da análise de conteúdo em seu desvendar crítico que observa através do texto, do discurso trazido, desejando captar, o que a realidade do outro quer dizer, através dos conteúdos das mensagens, ausência ou a presença de elementos, a partir de algo que emerge. Traz um rigor e a necessidade de se descobrir, envolve uma perspectiva representacional do discurso.

A análise de conteúdo pode ser aplicada também pela quantidade de pessoas envolvidas na comunicação. A análise de conteúdo de dados qualitativos, se aplica a vários tipos de coleta, servindo a uma pluralidade, tanto para um grupo focal como para uma observação particular ou de uma comunicação dual, como foi o caso desta pesquisa. Nos domínios possíveis de aplicação de uma análise de conteúdo em suas narrativas, encontramos alguns códigos semióticos, em formatos que envolvem os discursos de caráter do pessoal ao grupal, tais como:

NA LINGUÍSTICA, de comunicação de Caráter Pessoal - encontramos agendas, pensamentos, comunicações, diários íntimos; na comunicação trocada de Forma Dual - diálogo em cartas resposta a questionários, trabalhos escolares, testes projetivos; no Grupo Restrito - escritas trocadas dentro de um grupo específico; e nas Comunicações de Massa - escritas trocadas em grupos maiores: panfletos, jornais, livros.

NO ORAL, de comunicação de Caráter Pessoal - delírios, sonhos; de comunicação trocada de Forma Dual - entrevistas e conversas de qualquer espécie; no Grupo Restrito - entrevistas e conversas de grupo de qualquer natureza; nas Comunicações de Massa - exposições, discursos, rádio, televisão, cinema, publicidade.

NO ICÔNICO, de comunicação de Caráter Pessoal - garatujas, grafite e sonhos, na comunicação trocada de Forma Dual - respostas a testes projetivos, comunicação entre duas pessoas por meio de imagens; no Grupo Restrito – símbolos icônicos numa sociedade secreta ou casta; e nas Comunicações de Massa – sinais de trânsito, cinema, publicidade, pintura, cartazes, televisão.

OUTROS CÓDIGOS SEMIÓTICOS; de comunicação de Caráter Pessoal – manifestações históricas de doença mental, posturas, gestos, tiques, dança, coleção de objetos; na comunicação trocada de Forma Dual e Grupo Restrito – comunicação não verbal com destino a outrem, postura, gesto, distância espacial, sinais olfativos, manifestações emocionais, vestuário, alojamento, comportamentos diversos e regras de cortesia; e nas Comunicações de Massa – meio físico e simbólico, sinalização urbana, monumentos, artes, mitos, estereótipos, instituições, elementos de cultura. (BARDIN, 2016, p.21)

Para o tratamento dado a esta pesquisa, em acordo com os domínios possíveis de aplicação da Análise de Conteúdo de Bardin (2016), foi utilizado a comunicação Oral, trocada de Forma Dual (entre 2 pessoas, como dito antes, entrevistador e entrevistado), onde os códigos semióticos de manifestações emocionais, gestos, posturas e comportamentos foram manifestos, oriundos do que a temática causou nos seus entrevistados.

4.8. As temáticas e suas categorias

A Análise de Conteúdo Categorical é também chamada de Análise Temática, pois utiliza temas como unidades de registro. Fazer uma análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição, podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido. Pode ser indutiva ou dedutiva, através da familiarização com os dados, dos códigos que vão sendo gerados, da busca e revisão dos temas, da sua nomeação e definição destes temas, e do fornecimento de exemplos vividos extraídos das perguntas. A indutiva leva a uma indução ao que se quer saber e a dedutiva em cima da análise dos registros colhidos. No caso desta pesquisa, as duas situações ocorreram.

Bardin (2016) afirma que, na maior parte das vezes, esta análise é dedutiva, pois parte geralmente da frequência com que os temas surgem e da

experiência do pesquisador. Tem relevância muito maior que a indutiva, por considerar o jogo cooperativo e a fluidez na relação entre os sujeitos.

“Em relação à formação das categorias, realizada a partir dos tópicos emergentes nas releituras ou unidades de análise ou temáticas, basicamente ela pode ser configurada segundo critérios de relevância. O termo relevância denota um tema importante que, embora não apresente repetição numérica dentre os relatos, sua importância para responder às hipóteses inicialmente formuladas mostra-se de grande potencial e riqueza para o desenvolvimento de conhecimentos novos, garantindo, por si só, material consistente para maior aprofundamento do fenômeno.” (CAMPOS & TURATO, 2009.p.04)

A partir do levantamento dos dados pesquisados, observei que algumas perguntas prévias já suscitavam respostas para perguntas que ainda seriam feitas, ou traziam questões que se encaixavam em outras perguntas, trazendo uma necessidade de adequação do roteiro e um olhar apurado para as temáticas e objetivos, para serem conduzidas para outro formato de agrupamento por categorias mais interativo e simplificado, com redução de algumas delas. Os roteiros para cada uma destas categorias foram reorganizados, contemplando os dados separados por codificação em pequenos e grandes temas. Para a análise das categorias, foi levado em consideração o discurso verbal, a partir das experiências de cada entrevistado com o tema do racismo.

“Dentre as questões que se referem ao planejamento da coleta de informações, estão presentes a necessidade de planejamento de questões que atinjam os objetivos pretendidos, a adequação da sequência de perguntas, a elaboração de roteiros, a necessidade de adequação de roteiros por meio de juízes, a realização de projeto piloto para, dentre outros aspectos, adequar o roteiro e a linguagem.” (MANZINI, 2004)

De acordo com Bardin (2016 pp.63-67) as entrevistas de campo vão formar categorias temáticas que passam por diversas fases e que formam três polos cronológicos que são:

- a) A pré-análise, que propõe uma leitura flutuante do material colhido nas entrevistas, que é chamada de uma análise intra sujeitos, observando-se todas as nuances de subjetividade encontradas em cada uma delas, trazidas pelos sujeitos entrevistados, que envolvam reações positivas e

negativas, sentimentos e emoções manifestas. Do mais concreto para o mais abstrato, do entendimento que busca por significados e padrões na imersão nos dados colhidos.

- b) A exploração do material, através de uma codificação dos assuntos tratados a partir do tema central da pesquisa que vão possibilitar um recorte, abrindo-se em categorias e subcategorias. A categorização é uma operação de classificação dos elementos encontrados, agrupados por tema e subtemas e o que eles têm em comum. É o desmembramento do texto por unidades. É uma passagem de dados brutos a dados organizados. Resulta de uma progressão de características progressivas e analógicas dos elementos, e comporta: o inventário que é o isolamento dos elementos por partes e, a classificação deles a partir das mensagens que produzem. Uma categoria se torna fidedigna quanto atende ao que se quer pesquisar. Adaptada sempre ao material escolhido no levantamento de dados. A exclusão de uma categoria significa que não podem existir os mesmos elementos classificados em mais de uma categoria. E assim as análises sucessivas destes elementos levam as subcategorias.
- c) O resultado é onde o conjunto de categorias que vai oferecer as reflexões e hipóteses através do tratamento dado ao que foi colhido no campo; a inferência, do que ali se observou. As inferências podem ser específicas, quando respondem diretamente a uma pergunta feita, e as inferências gerais, quando levam a uma reflexão e relação com o que se abriu na entrevista de forma livre e associativa e a interpretação de todo material organizado, a fim de sistematizar as ideias teóricas que dialogam com o tema.

Assim a análise intra sujeito foca o entrevistador com o entrevistado, e depois a análise final inter-sujeitos que envolve todos os participantes, onde os temas trazidos por eles, começam a se relacionar e a trazer os conceitos teóricos que dali emergem.

De acordo com Manzini (2004) uma boa entrevista começa com formulações de perguntas que possam atingir o objetivo da pesquisa, de acordo com um roteiro, trazendo respostas não condicionadas a um padrão de

alternativas, mas a um formato livre de perguntas e respostas através de uma interação.

“Um roteiro bem elaborado não significa que o entrevistador deva tornar-se refém das perguntas elaboradas antecipadamente à coleta, principalmente porque uma das características da entrevista semiestruturada é a possibilidade de fazer outras perguntas na tentativa de compreender a informação que está sendo dada ou mesmo a possibilidade de indagar sobre questões momentâneas à entrevista, que parecem ter relevância para aquilo que está sendo estudado.” (2004, p.06)

Como já dito, os temas emergem dos dados colhidos, que vão formando as categorias. Dentro da análise dos dados trazidos do campo, inicialmente seis categorias se formaram. Inicialmente na pesquisa, as categorias foram previstas como: Psicólogo Negro X Cliente Branco; Manejo Clínico; Raça e Racismo na Vida do Entrevistado, Honorários e Local de atuação.

As categorias Honorários e Local de atuação surgiram dentro do relato de sua experiência clínica e não foram ignoradas, pois de acordo com Bardin (2016), não se deve ignorar o que a princípio pareça não se encaixar e por isso devem ser explorados, num estudo sobre seu surgimento. Esses dados trouxeram questões muito mais de vivência pessoal de racismo em sua vida privada e profissional, dentro de um contexto socioeconômico e de políticas públicas, que perpassavam pelo fato de serem negros, morarem em sua maioria, em regiões mais pobres da cidade e receberem valores menores que psicólogos brancos.

Assim, três categorias e cinco sub subcategorias se formaram naturalmente, encampando as que foram inseridas em outro contexto, que foram: Categoria “Raça e Racismo na Vida do Entrevistado” com suas três subcategorias: Vida familiar, Vida acadêmica e Vida profissional; a segunda “Encontro Clínico”, tendo duas subcategorias: branquitude crítica e branquitude crítica e a terceira categoria “Manejo Clínico” - todas apresentadas separadamente, incluindo o material colhido em discurso e também apresentado em gráficos.

Nos relatos trazidos pelos psicólogos, alguns desejaram falar sobre seus clientes negros, fazendo inclusive uma equiparação ao cliente branco. Alguns destes discursos foram inseridos dentro das categorias e subcategorias que surgiram, e outros vieram para fomentar hipóteses.

A escolha por uma pesquisa clínico-qualitativa foi, para mim, importante, pois a possibilidade de estar com outros psicólogos foi fundamental na observação e escuta. Apesar do tempo e de todo o trabalho que uma pesquisa de caráter exploratória como esta leva, observar a contribuição de cada participante trouxe a possibilidade de olhar a realidade do racismo como uma questão ainda muito necessária para a psicologia social e clínica, o que valeu para a discussão que a seguir surgirá neste capítulo, pois nele serão vistos os resultados encontrados na pesquisa.

“A observação participante pode ser considerada parte essencial do trabalho de campo na pesquisa qualitativa. Sua importância é de tal ordem que alguns estudiosos a consideram não apenas uma estratégia no conjunto da investigação das técnicas de pesquisa, mas como um método que, em si mesmo, permite a compreensão da realidade. Definimos observação participante como um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica [...] Mas a atividade de observação tem também um sentido prático. Ela permite ao pesquisador ficar mais livre de prejulgamentos, uma vez que não o torna, necessariamente, prisioneiro de um instrumento rígido de coleta de dados ou de hipóteses testadas antes, e não durante o processo de pesquisa. Na medida em que convive com o grupo, o observador pode retirar de seu roteiro questões que percebe serem irrelevantes do ponto de vista dos interlocutores; consegue também compreender aspectos que vão aflorando aos poucos.” (MARQUES apud MINAYO, 2019, p.70)

Assim, alguns autores serão utilizados para a discussão dos resultados obtidos na pesquisa, junto à literatura. Para isto e de acordo com os objetivos da pesquisa em seus temas centrais, especificamente para este capítulo, os autores escolhidos foram aqueles que destacam a psique, o racismo estrutural, a branquitude e o antirracismo, estabelecendo a teoria e o contexto a ser investigado.

A seguir, cada categoria e suas sub subcategorias serão apresentadas separadamente de acordo com os seus resultados. Serão representadas em gráficos demonstrativos, de acordo com cada uma delas, através de relatos trazidos por todos os entrevistados, de acordo com os temas tratados. Encontram-se organizados de acordo com a frequência com que iam representando as suas temáticas; entretanto, alguns elementos que foram encontrados em comum, também serão comentados, trazendo sua discussão teórica. No momento em que

os dados foram sendo codificados, foi ficando clara a necessidade de sua divisão através da relação entre os grandes temas e seus subtemas, o que formou as categorias e subcategorias, gerando inferências a partir dos dados analisados. Os relatos que aqui se encontram foram tirados tanto da vida do entrevistado quanto de sua experiência clínica; neste caso apenas para ilustrar como exemplos de branquitude crítica e acrítica.

<u>C A T E G O R I A S</u>		
CATEGORIAS INICIAIS	CATEGORIAS TERMINAIS	SUB CATEGORIAS
Raça e Racismo na Vida do Entrevistado Honorários Local de Atuação	Raça e Racismo na Vida do Entrevistado	Vida familiar Vida acadêmica Vida profissional
Psicólogo Negro X Cliente Branco	Encontro Clínico	Branquitude crítica Branquitude acrítica
Manejo Clínico na Questão Raça e Racismo	Manejo Clínico	

As perguntas que criaram o roteiro para as categorias e subcategorias foram:

- A temática do racismo, em algum momento, teve espaço de conhecimento e de discussão na sua vida?
- Houve experiência com o racismo na sua vida acadêmica e profissional?
(pergunta disparadora)
- A temática do racismo entrou na sua atuação profissional, envolvendo algum tipo de manejo clínico (intervenção) com o seu cliente branco?
(pergunta disparadora)
- Que questões surgiam em relação ao racismo vindas de seus clientes?
(pergunta disparadora)
- O que pensava sobre a razão do seu cliente o ter escolhido como seu terapeuta?
- Houve casos de branquitude e suas implicações na relação entre vocês e na sua vida fora do setting terapêutico?

- Que ações de Antirracismo foram observadas em seus clientes brancos?
- O que pensou sobre a relação transferencial entre vocês envolvendo mecanismos conscientes e inconscientes, e quais foram os resultados alcançados?

Foi importante, ao final, deixar um espaço livre para o entrevistado colocar o que quisesse, o que trouxe dados importantes que também se uniram aos resultados. A intenção era que pudesse trazer também as suas considerações (BRAUN, 2019) através da pergunta: ***“Você teria algo mais a acrescentar que considere importante sobre seu ponto de vista?”***

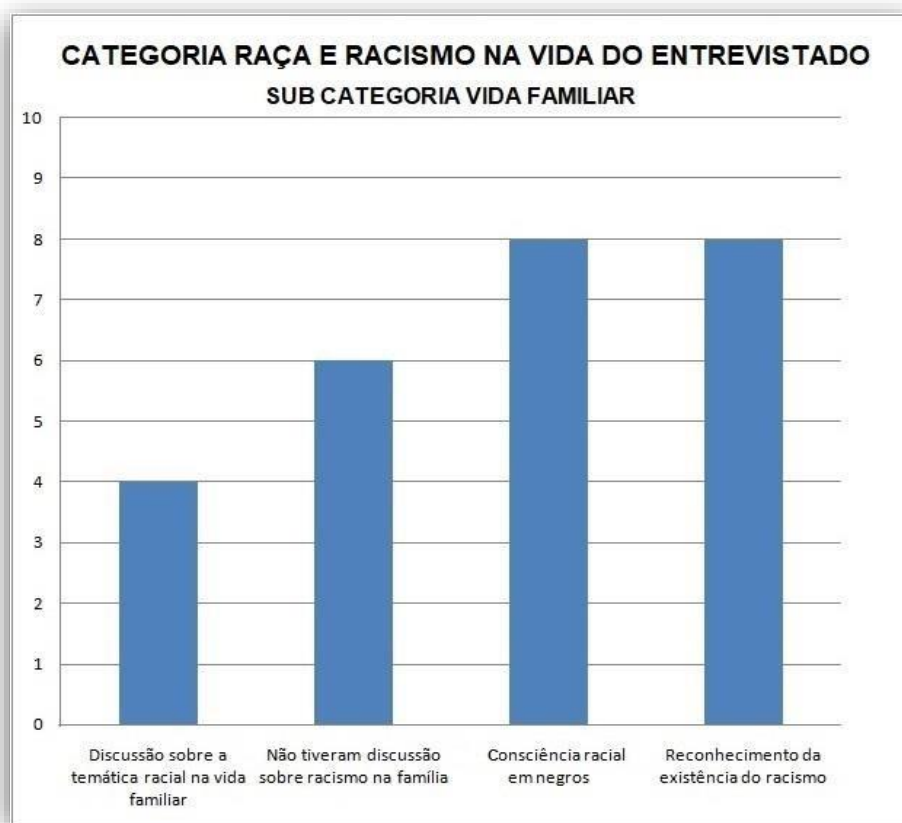
Houve situações na pesquisa em que um mesmo psicólogo trouxe relatos que se enquadraram nas três categorias e/ou subcategorias. Em outros momentos em apenas uma. Nenhum deles ficou de fora dentro das categorias. Assim os relatos foram “quantificados” nos gráficos, por participantes, e de acordo com o que foi trazido por eles.

Interessante que, em relação às contradições ou até mesmo atos falhos que envolveram as falas de alguns, só foi possível codificar após se verificar qual foi a resposta dada pelo profissional após ele “consertar” seu discurso, ou nem mesmo percebê-lo como um ato falho. Foi levado em consideração aquilo que ele queria que fosse a sua verdade. Ainda que de forma inconsciente mostrasse outro tipo de resposta, foi considerada apenas a questão subjetiva envolvida como uma observação, um fenômeno. Ainda que haja controvérsias e não ditos, o discurso verbal tem peso, por estar no campo da consciência do entrevistado, embora o que surja nas “entrelinhas” valha como observação subjetiva. Realmente foi a resposta dada pelo profissional que foi considerada em cada gráfico.

4.9. Categoria Raça e Racismo na Vida do Entrevistado

Esta categoria destacou a história de vida completa e a história de vida tópica, dos entrevistados, sobre a autoclassificação enquanto raça do entrevistado, e suas experiências de vida na família e na sociedade e trouxe a subcategoria Vida Familiar.

Subcategoria Vida Familiar



Em uma pesquisa que envolve também o caráter social, de acordo com Minayo (2009) a história pessoal, que pode ser escrita ou verbalizada, tem como intenção a compreensão da realidade e como principal função as experiências de cada pessoa.

Discussão sobre a temática racial na vida familiar

Os psicólogos MQ, CO, VC e LE, tiveram algum tipo de discussão racial na vida familiar, porém, os psicólogos SL, NJ, ES, VS, TL, CC, não tiveram na família, a consciência racial. A necessidade sobre a discussão chega já na idade adulta.

“A mãe da minha colega falava prá mim: sua mãe preparava vocês já para as adversidades decorrentes do racismo, inconscientes e conscientes. Então é nesse ambiente, nesse tipo de situação que a gente foi desenvolvendo, minha mãe sempre foi uma pessoa a frente do tempo dela. Uma pessoa que de certa forma me ensinou a lidar com isso” (LE)

“Mas eu tinha um contato com a questão do racismo através da minha casa. Pela minha irmã, pelo meu cunhado que eram duas

“pessoas que militavam pelos direitos humanos e já àquela época já falavam da questão do racismo, não de maneira estruturada como hoje nós temos” (VC)

“Minha mãe sempre discutiu muito sobre isso. Eu sempre falei muito sobre o racismo com os meus filhos, para ensinar, no meu caso, a gente ensina a se defender. A sinalizar quando o racismo acontece, a perceber quando o racismo acontece e se colocar. Teve uma vez que o meu filho mais novo... Esse mais novo, um coleguinha de escola, o xingou de macaco ou de alguma coisa por ele ter tirado uma nota maior do que ele. Aí eu fui na escola. Fui conversar com a orientadora pedagógica da escola e falei: está acontecendo isso, isso e isso... Eu não gostei da atitude do garoto e eu quero que ele se redima, que ele converse com o meu garoto e peça desculpas. A orientadora disse que aquilo era estranho porque eles eram amigos. Eles podem ser amigos, mas está acontecendo alguma coisa, então eu quero que você se posicione nesse sentido.” (ES)

A psicóloga Maria Lúcia da Silva (2017) no livro “O racismo e o Negro no Brasil”, pontua que o racismo da criança não é mais do que o resultado do racismo dos pais. Logo perceber o papel primordial dos pais no processo de desenvolvimento do aparelho psíquico do bebê e no adulto que ele será, assim como considerar o lugar que a criança ocupou na estrutura familiar, é de extrema importância para compreender o sujeito em sua totalidade e não em parte. (p.85)

Não tiveram a discussão sobre racismo na família

Em sua história familiar, quatro dos dez psicólogos negros da pesquisa, não foram estimulados a fazer uma análise crítica sobre sua identidade racial.

“Na minha família, meu pai é preto, minha mãe é preta, só que eles não têm essa consciência racial, estão tendo agora por minha conta, que trago questões, implicações. [...] A questão com o meu cabelo também era uma coisa séria. Desde pequeninha que eu não aceitava, não gostava, [...] eu sempre me vi como uma mulher preta, mas não entendia a importância disso socialmente. Eu só fui ter consciência disso na graduação e começo a estudar.” (TL)

“Infelizmente a família é o ambiente que mais adoce a gente porque existe o auto-ódio, dependendo de como isto é colocado. Na minha família tenho tio negro, que chama o outro de macaco, inclusive me chama de macaca, como se fosse um elogio, mas eles não chamam as meninas brancas de macacas. Chamam a mim e a outras pessoas negras da família. Porque que não chamam de princesa?” (TL)

“E eu lembro que certa vez eu comprei um tamanco do doutor Scholl só que era moda nos anos 80 e eram caríssimos. Eu comprei para fazer uma viagem. Um responsável virou pra mim e disse com a gente você não vai sair com esse tamanco. Foi um choque para mim. Era um tamanco caro e qualquer pessoa andava com aquele tamanco na rua, porque que eu não podia andar. Aí eu virei e eu tive a coragem de dizer, mas com muito sofrimento: ‘Eu vou sair com o tamanco sim, por que não?’ Isso se dá também no âmbito familiar, porque eu tenho uma família inter-racial, e também dizerem coisas desse tipo. Isso não é comportamento, não é assim que se faz isso... é assim que se faz aquilo. Quando eu respondia, as minhas respostas eram muito mal vistas. Sim, malcriada, eu lembro de ser chamada de respondona, isso para não dizer mal educada. Então eu acho que você de certa maneira, você ouve muita coisa, você vê muita coisa que não está sendo dita mas está posta. Muitas vezes você silencia. Mas eu penso o seguinte, eu aprendi... eu aprendi não, isso era o meu jeito de ser, essas coisas eu fui gradativamente aprendendo como combatê-las.” (VC)

Trago aqui mais uma vez, uma reflexão de Neuza Santos (1983) ao considerar a identidade negra, como necessária para o reconhecer-se negro.

“A possibilidade de construir uma identidade negra - tarefa eminentemente política - exige como condição imprescindível, a contestação do modelo advindo das figuras primeiras - pais ou substitutos - que lhe ensinam a ser uma caricatura do branco. Rompendo com este modelo, o negro organiza as condições que lhe permitirão ter um rosto próprio.” (p.77)

Consciência racial em negros

Destaco como importante dizer que os entrevistados iniciaram a pesquisa se autotransclassificando enquanto raça, na ficha biográfica que todos preencheram. Os termos Negro (a) ou Preto (a), Pardo (a), trouxeram por parte de dois participantes, a dúvida quanto à forma exata de se auto classificar e, principalmente por serem mestiços.

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, classifica todos em: branco, preto, pardo, amarelo e indígena. Oficialmente, a população negra inclui aqueles que se declaram pretos e pardos. Observou-se, na mobilidade social no país, que a proporção entre brancos, negros, mestiços e, também, descendentes de indígenas, nas questões ligadas à mestiçagem, encontrava-se a questão da cor da pele e a origem – como elementos da conscientização da questão racial.

No grupo dos 10 entrevistados, havia três de pele negra retinta e os outros sete de tonalidades de pele de variações mais claras, mas que provavelmente não eram lidos como brancos, pois traziam fenótipos característicos do negro brasileiro. Ainda que tenhamos um legado europeu marcado pelo racismo e suas implicações, se faz necessária também uma reflexão sobre a consciência do ser branco e do ser negro em um país racista como o nosso. Analisar a negritude como identidade ligada às suas origens, critérios morfológicos, seus saberes ancestrais, sua cultura, seu fenótipo, sua variedade de tonalidades de pele tão marcada no Brasil pela miscigenação, que produziram a dúvida no povo brasileiro em se autot classificar racialmente como branco ou como negro, fugindo de sua realidade étnica a partir da classificação de cores de pele em sua auto percepção (como a pessoa se vê) e a percepção da visão dos outros sobre si. (MUNANGA, 1999)

Apenas para ilustrar a exposição de Munanga, de acordo com uma pesquisa realizada com o título “A Cor Denominada” (IBGE, 2000), a respeito das cores do brasileiro, em pergunta aberta, foram declaradas como auto identificação de cor: Morena, Parda, Preta, Negra, Morena clara, Amarela, Mulata, Clara, Morena Escura, Escura; Indígena; Brasileira, Mestiça, Loira, Branca, Sarará, Marrom/Chocolate, Jambo, Cabo Verde, Vermelha, Cabocla, Castanha, Galega, Canela, Cafuzo e Bugre (pp.30,32). Atualmente a classificação pelo IBGE, em relação a "cor ou raça", encontram-se as seguintes categorias: brancos, pardos, pretos, amarelos e indígenas.

Munanga (1999) analisa também, através de autores de diversos campos do conhecimento, os efeitos da mestiçagem, suas consequências para a construção da identidade brasileira e a sua relação com a formação da identidade negra. Enfoca a mestiçagem no percurso da história do Brasil em seu livro “Rediscutindo a Mestiçagem: Identidade Nacional versus identidade negra.” Assinala em relação ao mestiço, de acordo com as ideias de Viana que:

“Partindo da ideia de que entre as numerosas nações negras trazidas ao Brasil existiam enormes diversidades tanto somáticas como psicológicas, comparativamente aos brancos, Viana concluiu que o cruzamento entre os elementos dessas nações e os lusos, deu também origem a uma variedade correspondente de mestiços. O que torna absurda a procura da

unidade psicológica do mulato e a fixação de sua unidade antropológica.” (MUNANGA apud VIANA, p.67)

Fanon (1983) neste aspecto afirma que todo corpo negro tem dentro de si um histórico social evidente por causa do seu fenótipo, como também o preconceito as suas raízes culturais, considerados inferiores.

“Descobri muito cedo que quando a gente é negro esta questão está posta para nós em qualquer espaço que nós venhamos a frequentar. Seja porque não encontramos os nossos pares, nossos iguais, com nossa história, cultura e ancestralidade, seja porque encontramos de maneira sutil ou explícita a questão do racismo presente.” (VC)

“Essa consciência sempre existiu. Mas assim, sabendo do meu lugar. Segura sua onda, o seu lugar, é isso que a gente tem. Existe racismo, claro, existe. [...] Quais eram os instrumentos que nós tínhamos para lidar com isso? Sempre tive consciência da minha imagem, da minha pessoa, da minha condição de negra, mas sempre ali no meu lugar de negra.” (MQ)

“[...] Essa é a minha experiência ao longo da minha vida, só que quando eu me percebi um homem preto...” (VS)

De acordo com Taylor (2000, p.241), o ser negro possui vários significados que resultam da escolha da identidade racial, de pertencimento, construção social, cultural e política. A identidade de um indivíduo é única. Designa algo como uma compreensão de quem somos e nossas características definitórias como seres humanos.

Reconhecimento da existência do racismo

“Estudei em colégios em que a maioria também era de pessoas brancas. Portanto na convivência pra estudar pra fazer trabalhos com um colega, pra fazer alguma coisa, era sempre com pessoas brancas. Eu recebi muito carinho de muitas mães de colegas especialmente, eu acho que eu fui muito acolhida. Mas eu percebi muitas coisas que eu hoje não me submeteria de jeito nenhum. De falarem em coisas a respeito do meu cabelo de dizerem coisas a respeito das roupas coloridas, da minha risada, da minha gargalhada e eu ouvi aquilo, mas eu não... (silêncio). Eu respondia sempre.”(VC)

“Preparados nós nunca estamos. Isso é que é incrível. Preparados nós nunca estamos. A gente luta contra racismo, a gente briga e faz conferencia, mas você é pego no lugar do desamparo. Você no lugar da solidão daquele que vai ter que lidar com aquilo. Sozinho e vai ter que reagir e as vezes você

não consegue. Eu conheço grandes lideranças que sofreram impactos e que na hora não conseguiram falar nada.” (VC)

“Aos 20 anos era uma coisa que me atormentava. Que eu ouvi uma bobagem. Uma pessoa me chamava de negona. Fazendo brincadeira aquilo me incomodava chegar à meia noite na hora de dormir, aquilo vinha. Eu podia ter dito isso, eu podia ter dito aquilo. Essa questão de você responder ao vivo e a cores a tempo é uma questão de muito trabalho psíquico, porque a gente não está preparado. Você pode ser um intelectual que está lidando com essas questões e trabalhando essas questões. Mas a gente não está preparado para violência nunca, a menos que você se torne uma pessoa desafetada, que as coisas não vão entrar, vão bater e voltar e aí você vai responder.” (VC)

Penso que na clínica psicológica, vários negros não conseguem expor o seu auto-ódio por vivenciarem tantas formas de exclusão às quais, muitas vezes, não conseguem se defender. São tomados por um silêncio aterrador que os mantém frágeis, em uma dor psíquica imensa.

[...] “De que alguém que vai barrar literalmente você e aí, por mais que você tenha força isso afeta a gente. Não basta que nós internamente estejamos atentos e fortes e sem temer a morte, não basta. Mesmo que estejamos empunhando levantando essa bandeira o outro lado tem que saber disso também. O outro lado tem isso também, o outro lado tem todo o tempo, dizendo isso não é responsabilidade, só minha responsabilidade, é responsabilidade sua também. Você também tem que se haver com isso.” (VC)

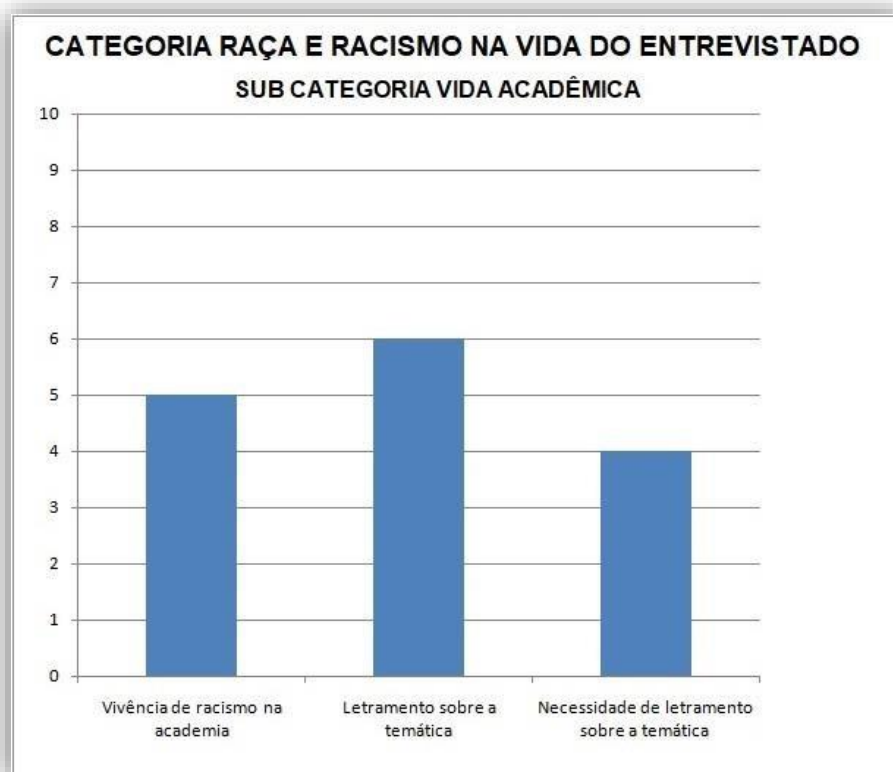
“O mal estar era sentido por mim nas relações, mas só nomeei e ressignifiquei na idade adulta. Não de maneira estruturada como vemos hoje, já que hoje temos acesso a uma vasta literatura redigida por autores negros. Acho que pelo fato de desde muito cedo ter sido uma pessoa que ouvia a respeito disso, eu enfrentava. Nos ambientes que eu frequentava e que percebia o racismo, eu reagia. Hoje eu acho que eu reagia muito timidamente. Talvez, hoje, eu fizesse de maneira diferente. Foi a vida, a experiência, a análise, que me levaram a ter atitudes e pensamentos diferentes.” Eu tinha 18/19 anos, percebia, falava, mas não reagia do modo que eu gostaria. Eu não reagia por medo, por constrangimento, ou mesmo, por achar que não seria uma boa estratégia.” (VC)

Ainda em relação aos psicólogos negros, a questão do assunto ter sido ou não alvo de discussão e reflexão na família deles, mostrou que, ao ser discutido, trouxe reforço da autoestima e consciência racial, busca de reconhecimento de sua negritude e seus valores étnicos raciais. Avaliou-se também, o sofrimento causado diante da omissão da temática ou não reconhecimento da sua necessidade na

família, como resultante aos impactos causados, diante de lidar com atitudes racistas e bloqueios traumáticos na sustentação de sua autoimagem. Assim cabe ressaltar a necessidade do assunto ser tratado na família para a afirmação da identidade negra, reconhecimento de seus valores e sustentação de direitos em todos os setores de nossa sociedade. De acordo com a forma que cada indivíduo é afetado encontramos as diferenças de sofrimento psíquico, trazidas na pesquisa pelos psicólogos entrevistados.

Subcategoria Vida Acadêmica

Esta Subcategoria Vida Acadêmica, investigou o percurso em relação as percepções de racismo vivenciadas dentro da academia de forma sutil ou declarada e, suas reflexões sobre o letramento teórico recebido em sua formação acadêmica sobre a temática do racismo.



Vivência de racismo na academia

O resultado de experiências racistas vividas na academia durante a formação profissional mostra a atualidade do problema. É preciso, então, analisar

que a possibilidade de saúde mental e de agravos à saúde, estão contidos dentro das instituições de ensino, salas de aula e avaliações de resultados (GOMES, 2018; KILOMBA, 2018, 2019; HOOKS, 2013; MUNANGA, 1996). De acordo com Gomes (2018) a universidade pode reproduzir um espaço de exclusão ou isolamento, ainda que de uma forma velada. ““ No Brasil, apesar da tão falada miscigenação racial, existem espaços em que corpos negros e brancos não se encontram ou se encontram muito pouco. A universidade e, dentro desta, alguns cursos considerados de elite são alguns deles. ”” (pp. 115-116)

“E eu era a única menina, a única pessoa negra da minha sala. Eu não sei da faculdade, porque eu sei que tinham poucos no curso de psicologia, mas na minha turma era a única. Eu me juntei com um rapaz gay porque nós éramos a exceção.” (NJ)

“Na turma só tinha três negras e minha turma era fechada. [...]a maioria das pessoas que entraram no primeiro período terminaram juntas. [...] mas a turma efetiva do primeiro ao quarto ano, negras só tinham duas.” (ES)

“Hoje nós já temos mais psicólogos aqui em Barbacena que se debruçam sobre a questão do racismo, mas naquele momento eu era o único. A professora (*) fez a pesquisa, eu passei como pesquisador colaborador externo. Ela precisava de um psicólogo pra acompanhar na universidade. Como psicólogo eu fui pra seleção, ela fez tudo corretamente, só falei pra ela que ela deveria ter gravado. Eu cheguei 17:30 h pra entrevista e esperei o edital fechar. Quando fechou, ela devia ter chamado mais testemunhas pra provar que eu era a única pessoa que estava ali. Mas isso gerou desconfiança. “Ah, você foi preferido.” Então, até quando você conquista um espaço, ainda causa dúvida. Porque você o escolheu? Só porque ele é negro.” Não, não só por isso, eu pesquiso a questão racial. Inclusive ela até fala que quem introduziu ela nas questões raciais, fui eu.” (LE)

“Tinha uma menina que era branca e ela fez um comentário sobre uma menina negra que era cotista. Aquilo me deixou com muita raiva! Só que... Era um trabalho em grupo que eu e outra menina coordenávamos, tinha umas seis ou sete pessoas. Ela verbalizou que ela não gostava de cotistas e no caso, essa menina que ela se referia era uma menina negra, porque acreditava que eles eram menos inteligentes. Estavam ali ocupando um lugar de terceiros.” (ES)

“No princípio algo que me marcou bastante foi uma situação vivida no SPA (Serviço de Psicologia Aplicada) da Faculdade, quando uma das coordenadoras do curso reclamou do meu cabelo black e meus brincos grandes. Percebi que aquela postura tinha um viés bem higienista. Ela veio com elogios, mas

quem estava comigo no SPA percebeu a maneira como foi falado comigo - “nossa que brincos lindos, mas você podia usar uma coisinha mais discreta.”(TL)

Em relação ao discurso logo acima, Grada Kilomba (2019, p. 130), sinaliza que o racismo não é biológico. A questão discursiva que envolve o racismo é traduzida por uma cadeia de palavras e também de imagens às quais os negros são atrelados. ou mesmo, uma alegoria convocada, diretamente pelo fato de ser negro. O exotismo é aplicado à imagem do negro com o toque dado ao brinco e também ao tamanco (Entrevistada VC), como algo indiscreto e inadequado. Para ela, tal cadeia de associações se faz convincente porque ocorre um processo de deslocamento, que significa deslocar-se de uma imagem mental para outra, num processo de desvio através da associação: brincos grandes = mulheres negras, tamancos exóticos = mulheres negras, diferente de brancos, que não usam coisas assim.

Letramento sobre a temática racial

Sobre a temática racial, alguns psicólogos tiveram de buscar esse conhecimento fora da universidade, que ainda parece despreparada para lidar com as questões raciais, continuando o silenciamento do tema.

O conhecimento acadêmico necessita se ampliar para as questões de seus alunos, o que inclui assumir que o negro, no processo de inclusão, apresenta as mesmas dificuldades que permanecem quando consegue chegar à academia ou a qualquer espaço profissional. Bell Hooks (2013) aponta ““ a universidade é como um porto seguro de pessoas competentes com conhecimento livresco, mas muitas inaptas para a interação social ”” (p.28). Enfoca a educação democrática, numa pedagogia engajada, instigando a consciência crítica e a reflexão de modos que alterem as estruturas de dominação, pensando na justiça social, considerando gênero, raça e classe.

TL foi um dos profissionais que participou da entrevista piloto. Sendo a profissional mais jovem do grupo dos 10, mostrou-se engajada em buscar o estudo e compartilhar especificamente para estudantes brancos e negros que quisessem estudar sobre as questões raciais. Procura ficar atenta ao que lê e ao que escuta

sobre racismo para ajudá-la mais no seu trabalho. Acha que clientes negros se sentem mais à vontade com psicólogos negros, por se sentirem escutados e acolhidos verdadeiramente. Repara que os movimentos negros coletivos são muito bons e fortalecedores, como um aquilombamento entre os estudantes de psicologia negros.

“Mesmo não tendo na ementa as questões voltadas às relações raciais, eles (citando alguns poucos professores brancos) levavam textos para os alunos discutirem. Eu não fiquei presa apenas a faculdade. Também fui buscar fora da faculdade o estudo sobre o tema, em palestras, eventos, atividades na PUC. Isso me ajudou bastante, além de buscar referências bibliográficas que não eram oferecidas dentro da faculdade. [...] Eu faço parte de um coletivo negro que eu ajudei a criar na faculdade e a gente tem essa pegada de trazer acolhimento e estudo. Fornecer efetivamente o que a faculdade ainda não consegue fornecer prá gente. Então a gente faz grupo de estudo.”(TL)

“Apesar de ter a consciência negra, eu não tinha capacidade de questionar o que eu estava aprendendo e por que não se falava de negros. Quando eu entro... aí que eu começo a ouvir em sala de aula, que ninguém falava absolutamente nada, nem uma teoria, nenhum exemplo, coisa nenhuma. E quando eu conheço Neusa Santos aí é que a bomba explode - Eu acho que o que eu estava pensando tinha tudo a ver, só que eu não sabia por onde começar. Mas a graduação em si, eu concluo ela sem nada.” (NJ)

Outro participante (NJ) informa que o seu letramento sobre o racismo inicia após a faculdade, quando conhece o movimento negro. Que o fato de ter consciência racial, que veio com o letramento, o aquilombamento e a prática clínica, lhe ajudaram muito. Faz um aporte histórico de seu engajamento, por entender a questão do racismo no sentido de que precisava fazer algo e daí a busca para um espaço de atuação da prática antirracista para seus clientes brancos e negros.

“Então, ao conhecer, eu fui jogada dentro de um movimento negro que eu não conhecia. No momento que eu entro, ao mesmo tempo por uma pessoa que estava ali no mesmo campo profissional que eu, então... ele foi a pessoa que me jogou... que me entregou em 1983, Neusa Santos.” (NJ).

“Quando li Neusa Santos, em seu livro Tornar-se Negro, foi uma experiência emocional profunda, pois, ali, tomei contato com a minha negritude, pude nomear sentimentos. Eu me encontrei naquelas palavras. Aquilo deu voz as experiências e

vivências minhas. Embora soubesse e me auto identificasse como preta, foi àquele encontro com o outro que dá sentido, catalisa o que a gente sente e devolve de maneira a nos tranquilizar.”(VC)

“Desde 2012, eu venho tendo uma reflexão maior sobre essa questão do racismo. Em 2017, bateu à porta do meu consultório e estou buscando, estou estudando, buscando o letramento e amparo para lidar com essas questões. Até porque eu não sei como essas questões serão refletidas em mim. Então eu espero que eu tenha condições para poder acolher meus pacientes, nesse sentido. Saber que o racismo é um produtor de sofrimento, sim, e ajudá-los nessa elaboração.” (MQ)

“Quando li o texto de Izildinha Batista Nogueira, e no final da dissertação dela... acho que de doutorado, ela fala sobre a atuação dela como mulher negra atendendo uma pessoa branca e como aquilo foi convertido em material de análise, fiquei apreensiva para atuar profissionalmente.”(TL)

Atualmente, porém, um vasto campo de pesquisadores de relações étnico-raciais reflete sobre vários aspectos de saúde mental e sofrimento psíquico e sobre questões socioculturais. Porém, como foram afirmados, tais estudos são muitas vezes excluídos de instituições de ensino no Brasil; o aluno deve empreender um processo, por vezes caro e demorado, para ler sobre o tema ou, ao menos, não ler somente teóricos brancos. (CARNEIRO, 2005)

“Eu fui pra clínica com uma correria própria, de buscar outros autores, depois que eu fui para outros cantos, entendendo que não dá para atender a população preta da mesma maneira, então eu fui correr atrás de leitura. É um exercício individual, é um exercício muito solitário, não é um exercício que ocorre dentro da academia.” (CC)

“Porém, isso ficou acentuado a partir das cotas raciais nas universidades, quando estudantes, professores e pesquisadores, começaram a eleger o tema das relações étnico-raciais nas suas teses de mestrado e doutorado.” (VC)

Necessidade de letramento sobre a temática racial

Nos exemplos abaixo mostro discursos das participantes CO, SL, ES, que não tiveram letramento na época de sua formação, aos teóricos que falassem sobre raça e racismo, trouxeram questões que se implicavam em sua clínica psicológica e foi importante ouvi-los. Todos se sentiram impactados com a pesquisa, pela

realidade da falta de oportunidade e necessidade de um olhar diferenciado não só voltado para teóricos que não tratam deste assunto.

“Eu não tenho acesso a essa leitura, quem tem lido muito sobre isso é minha filha.” [...] (Silêncio). Como falei pra você, eu não sou embrenhado nesses temas racistas, eu nunca fui ligado a nada disso. Eu trabalho assim, eu sou uma mente voltada para a Psicologia, mas... (“silêncio”). (CO)

“Eu procurei dentro dessa área, procurei me informar, procurei ler um pouco sobre tudo isso. A questão do racismo em si mesmo, não. (tosse e interrupção). Nunca fiz nenhuma leitura extra.” (SL)

“Dei uma pincelada, vendo na postura de alguns psicólogos que eu conheço também que são negros, eu vejo a postura deles, mas parar para ler ainda não. Eu quero muito ler ‘Quarto de Despejo’. (referindo-se ao livro escrito por Carolina Maria de Jesus). (ES)

O próximo discurso foi trazido por SL que informou em sua entrevista só ter clientes brancos até o momento e não trazer a questão da reflexão sobre o racismo diretamente.

“Porque quando eu me coloco na posição de cliente, quando eu estou com a minha analista, as questões que eu levo, não são questões de racismo em si mesmo. Como eu já falei com você, eu já passei, já tive momentos assim, mas as questões que eu levo de uma maneira geral, não são questões de racismo. Não são questões sobre. Provavelmente porque isso não me afeta tanto.” (embaraço) (SL)

Este discurso acima, não retira a possibilidade de ter marcas psíquicas pela questão do racismo, pois logo a seguir SL apresenta um exemplo de sua clínica.

“Eu não sabia o que era essa questão do *bullying* racista, então isso prá mim eu só me sentia muito desconfortável. Mas, depois de certo tempo é que eu fui perceber que realmente é uma questão do preconceito. Então, isso aí eu procuro até me imaginar como eu me sentia e hoje, quando eu já vi lógico várias coisas, noticiários, pessoas que comentam não na minha clínica, mas fora da clínica, então eu consigo ser empática com essa pessoa, porque é uma coisa que a gente já sabe como é, mesmo a gente não tendo essa visão de que você está sendo vítima de um preconceito.” (SL)

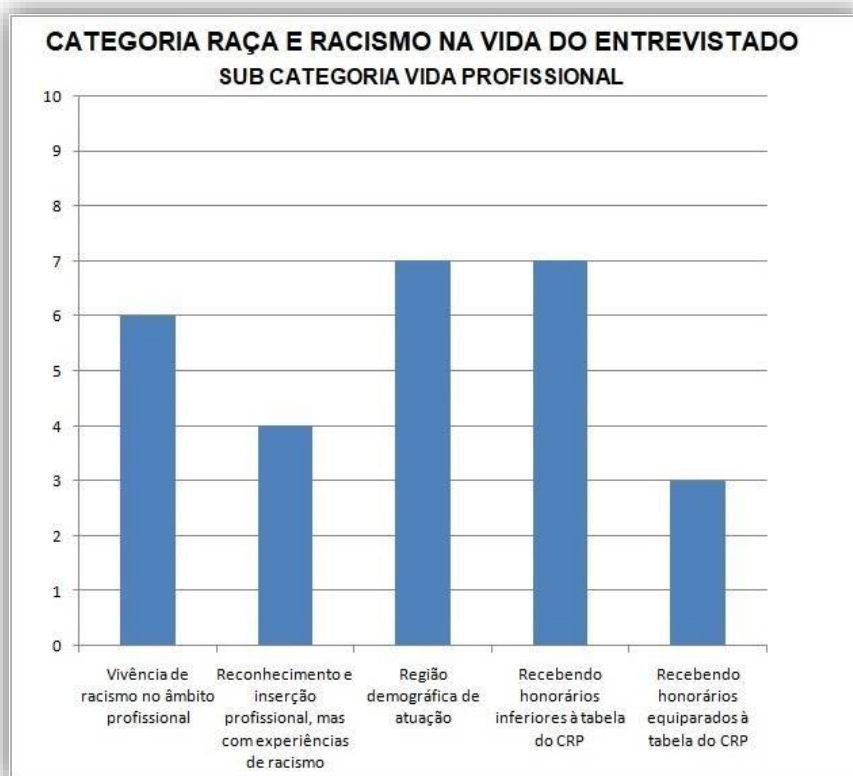
O discurso chamou atenção pelo fato de trazer o racismo com uma visão de *bullying*, fazendo certa equiparação, mas logo a seguir faz uma reflexão sobre a

existência do preconceito racial. Informou não ter o letramento sobre teorias raciais, mas ao final da entrevista colocou que precisaria refletir sobre o assunto em sua experiência clínica com mais atenção.

Há de se pensar que nesta questão o *bullying* que se pratica a uma pessoa “gorda”, “magra” ou outras características, não podem ser equiparados ao preconceito racial. Uma pessoa gorda ou magra não necessariamente é excluída por sua “pertença racial, como é o fato da cor da pele ou de fenótipos atribuídos ao negro. Não configuram um trauma racial histórico. Não trazem uma marca fenotípica que se transformou em estigma pela raça a que pertence. Podemos aqui pensar, por exemplo, no judeu, que sofre (u) o racismo apenas quando “descoberto” como judeu, como ocorreu no holocausto, diferente do negro.

Sub Categoria Vida Profissional

Esta subcategoria Vida Profissional, retrata aspectos de vida e inserção na comunidade profissional, enquanto psicólogos negros. Estabelece reflexões sobre o seu percurso pessoal e coletivo.



Vivencia do racismo no âmbito profissional

Verificou-se que a grande maioria dos profissionais passou por vivência de racismo em seus locais de trabalho. Os dois relatos a seguir foram escolhidos para exemplificarem esta experiência.

“A clínica que eu trabalhava era uma clínica que tinha cerca de cinquenta funcionários e quatro negros. Só. É muito significativo. Cinco porque tinha alguém do administrativo. Mas de toda forma, é menos de 10%. Era uma clínica particular, então tinha poucos pretos ali dentro, e quando tinha, eu não sei se tinha esse reconhecimento de si como pretos, ainda tinha isso, então eu acredito que ali sim, eu presenciei algumas situações assim, tipo as pessoas perguntarem quem é a responsável pelo grupo, não imaginarem que eu pudesse ser a responsável pelo grupo, isso já aconteceu. CC)

“Eu trabalhei numa casa de acolhimento a jovens dependentes químicos, que são essas fazendas terapêuticas. As pessoas (visitantes) falavam, perguntavam ‘você está bem?’, Eu dizia: - ‘estou’, ‘você está gostando daqui?’, (dizia) - ‘estou’, ‘há quanto tempo você tá aqui?’, ‘ah eu cheguei há poucos dias’, eu entrava na jogada. Depois a pessoa falava que conheceu aquele rapaz ali e falavam (a equipe) –‘aquele ali é o nosso psicólogo’. Então veja, se eu fosse um homem branco melhor vestido, talvez eu fosse visto como alguém que não é daquele grupo, mas, um negro bem vestido é um recuperando (dependente químico) da casa.”(LE)

Reconhecimento na inserção profissional, mas com experiência de racismo

O profissional abaixo foi o mesmo que colocou em outro momento, o fato de uma cliente branca não ter aceitado seu trabalho pelo fato dele ser um homem negro. Posteriormente trouxe este relato, ao falar sobre ser reconhecido pelos seus clientes brancos.

“Tenho dois pacientes brancos, intelectuais da UFRJ, alto escalão, que estão comigo há um bom tempo. Não passam nada dessa questão (racial). Trabalham realmente o que foram trabalhar, o sofrimento psíquico.” (CO)

“Além da luta identitária, encontramos outras lutas quando encontramos a ascensão social de uma pessoa negra. Ainda assim, ela vai passar pelo racismo assim como aquele de negro de classe inferior à dele. Vai haver diferenças na forma de sua qualidade de vida.”(VC)

Em nosso país, o racismo estrutural valoriza as conquistas de pessoas brancas como mérito pessoal, enquanto as conquistas para negros são como benefícios dados e extensão de uma carta de alforria.

[...]”Eu já estou acostumada a ser minoria mesmo desde criança. Então eu acredito que cada vez que você galga um degrauzinho fora da caixinha, o número de negros ao seu redor é cada vez menor.” (ES)

“Todas as vezes que eu tive ascensões criou uma reação a essa ascensão. Tudo de maneira muito tímida como eu estou dizendo a você. As pessoas não faziam isso explicitamente, faziam isso através da brincadeira e brigavam... Eu falei brigavam!!!! mas foi ato falho. Brincavam como; É... tá indo né...? Tá chegando lá né? ficavam brincando. Mas a gente sabe... Freud ensinou pra gente, que as brincadeiras, elas são uma maneira de nós chegarmos ao inconsciente.” (VC)

Adilson Moreira, autor do livro “Racismo Recreativo: Feminismos Plurais” (2019) quando nos traz a reflexão sobre o racismo atrelado ao humor, esclarece na entrevista dada à revista Serrote de nº 33 (2019):

“A malícia é o elemento central do humor. Rimos daqueles que julgamos inferiores; rimos porque pensamos que eles se colocam em situações ridículas em função dessa suposta inferioridade. Essas construções afirmam a superioridade que um indivíduo sente em relação a membros de outros grupos. Mais do que isso, elas permitem estabelecer um sentimento de identidade com outros membros do grupo dominante, já que as piadas reforçam a ideia de que são superiores. Isso significa então que o humor racista é também estratégico, pois reproduz estereótipos que servem para legitimar estruturas de poder. [...] Muitas pessoas brancas afirmam que o humor não pode ser considerado racista porque almeja produzir a descontração das pessoas. Essa afirmação tem grandes implicações para o sistema democrático. A narrativa que desenvolvi até aqui demonstra de forma clara que o humor racista é um meio pelo qual pessoas brancas expressam desprezo e ódio por minorias raciais.” (s.p)

Região demográfica de atuação

Outra realidade que surgiu decorrente da pesquisa foi a questão demográfica, onde os profissionais negros estavam inseridos. Foi possível observar que a maioria fica trabalhando na periferia da cidade, por situações como proximidade de sua moradia, valores de aluguel ou sublocação. Em relação à experiência com o racismo foi avaliada a questão de o racismo surgir de forma

mais acentuada em áreas ditas nobres das cidades envolvidas na pesquisa, de minoria de psicólogos negros.

“Se eu for abrir um consultório no Leblon ou Ipanema, (bairros de classe média alta) eu sei quem eu vou atender, eu estou escolhendo. Eu tenho que arcar, tenho que bancar. Não vou abrir lá impunemente.” (CC)

“Na região de Barbacena, você tem uma série de clínicas, em sua maioria de profissionais brancos, então tem médicos, dentistas, considerados os melhores pela região que eles estão ali você não vai achar psicólogo negro nunca, você vai achar muita faxineira e porteiro negro. Você não tem psicólogo negro nessa região. Na cidade grande (Barbacena) os psicólogos brancos ficam na região da classe média alta e os psicólogos negros não têm espaço de trabalho nesta região. Geralmente se encontram na periferia, no SUS. Os psicólogos negros, na sua maioria, vão estar no serviço público, nos CRAS, CREAS e CAPS, isso quando tem, ou também nos bairros periféricos, sublocados, não é com consultório fixo.” (LE)

“Na verdade o que pesou pra mim foi conforto. Eu já fiz contato com um professor que me ofereceu a clinica dele para poder atender. Em Bonsucesso. Na vila da Penha atendo por que fica perto da minha casa. Eu moro em Vaz Lobo e é um bairro ao lado. (bairros de classe média baixa). E no centro, porque um amigo abriu recentemente a clinica dele e me convidou para estar atuando lá. Então foi mais por estas parcerias e amizades.” (TL)

“Porque é que eu não cogitei abrir um consultório em Belford Roxo na Baixada Fluminense? (cidade de classe baixa) Porque os territórios e a construção social do estado, da cidade, também são marcados pelo racismo estrutural. Se a população negra é a população mais pobre, então eles estão procurando os brancos implicitamente. Talvez se eu fosse para a Barra da Tijuca (bairro de classe média alta e alta) os meus pacientes negros não fossem.” (VS)

“Nos fortalecemos pra nos sentirmos potentes para ocupar qualquer lugar, mas não é somente isso. A sociedade também tem que se mexer pra enxergar isso porque você as vezes pode se sentir com a força e poder mesmo de ir e vir, mas não é você que está botando esse muro ali, não foi você que ergueu esse muro. Esse muro foi erguido por uma sociedade, por uma cultura racista, que reproduz isso o tempo todo, que reproduz essa ideia de que aquele lugar não é pra você.” (VC)

“Não ver psicólogos negros se dispondo a trabalhar em determinados lugares escolhendo livremente onde quer trabalhar. Mas não é só trabalhar. A gente não vê a pessoa ter liberdade para escolher que lugares ela quer ocupar, frequentar, circular. É porque a gente sabe que tem pessoas que não vão a

determinado lugar e simplesmente não é lugar pra mim. Como não é lugar? Qualquer lugar é lugar para nós, agora tem aqueles lugares nos quais nos sentimos melhores e mais felizes porque ali a gente se encontra com alguma coisa que a gente se identifica.”(VC)

“Questão da localização do espaço que a gente trabalha só tem a ver. Meu primeiro consultório, ele foi numa região que eu poderia dizer que é a região mais próxima desse grupo branco de classe média alta. Como o movimento não era atingir um público negro necessariamente, mas atingir uma quantidade maior de pessoas que pudessem pelo espaço, chegar ao consultório, então a gente passou pouco ali. O movimento era muito ruim e viemos para o centro. Porque o que a gente chama de centro é próximo ao centro comercial digamos. Não é no centro comercial mais próximo é no Centro do Recife.” (NJ)

“Reconheço e acredito que tem sim diferença. São três bairros na baixada fluminense com públicos totalmente diferentes. Caxias tem sua peculiaridade, Nilópolis, São João e Nova Iguaçu. Eu mudei de endereço,... ah, eu vim de Caxias para São João, de São João para Nilópolis. Ela [cliente] poderia achar Nilópolis muito menos favorável que São João.” (MQ) (todas cidades de classe médias e com muitas áreas de pobreza)

O sociólogo Guerreiro Ramos (1957) quando fala do incômodo do branco brasileiro ao viver em regiões de predomínio negro, aponta os estados do Norte e Nordeste, onde a predominância do branco é menor. Considera o autor que este branco vai sofrer de uma instabilidade auto estimativa, tendendo a disfarçar sua condição étnica efetiva e suas representações, lançando mão de recursos que os disfarcem. Nestas regiões, o branco “puro” é excepcional e o branco aparente uma minoria. Podemos observar este mesmo fenômeno em grupos constituídos majoritariamente por negros onde o branco tenta se inserir e também do negro ao tentar inserção em um grupo de brancos.

A pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia - IBGE (2019) em “Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica” exemplifica o com informações demográficas e socioeconômicas, que mostraram que os que mais têm acessos na pirâmide social continuam sendo os brancos:

Apesar de a população preta ou parda ser maioria no Brasil (55,8%), esse grupo, em 2018, representou apenas 27,7% das pessoas quando se consideram os 10% com os maiores rendimentos. Por outro lado, entre os 10% com os menores rendimentos, observa-se uma sobre representação desse grupo, abarcando 75,2% dos indivíduos. (p.04)

Os quilombos, ou comunidades negras, de acordo com Antonio Bispo dos Santos, o Nego Bispo (2015), em seu livro "Colonização, quilombos, modos e significações", sempre foi considerado como organizações perigosas, por constituírem uma demarcação de região, de liberdade crítica e resistência. Perigo este, que dentro das subjetividades do racismo, pode ser entendido como um enfrentamento e sustentação de uma relação existencial, que fortalece o negro e também indígena, mantendo suas raízes e sua identidade.

Ruth Frakenberg (1999, p.43) chama de *geografia social de raça*, trazendo uma reflexão para o lugar que as pessoas ocupam segundo sua condição social, independente de sua classe social, mostrando que há delimitações destes lugares, na relação entre negros e brancos.

Trago aqui uma reflexão muito particular de que quando os psicólogos entrevistados na pesquisa apontaram sobre as regiões que atuam, sendo a grande maioria na periferia e ressaltaram um movimento sentido como exclusão ou de "impropriedade", referindo-se a algumas regiões da cidade, um predomínio de psicólogos brancos. Subjetivamente entendo esse movimento de certa demarcação de território, como resistência do "colonizador" branco, pelo medo de perder seu poder, estabelecendo ações mais ou menos sutis de exclusão. Consequência do racismo e do enfrentamento, pelo medo de perder seu território ou ter de dividi-lo com aquele que por ele é considerado ameaçador, diferente, estranho e inferior, evidenciando uma certa xenofobia.

Recebendo honorários inferiores à tabela do CRP

Seis relatos e três aqui representados, demonstraram honorários inferiores à tabela do CRP, atendendo por valores sociais, bem inferiores à citada tabela. Vale aqui ressaltar que um dos psicólogos no momento da entrevista recebia salário fixo, por isto não estando computado no gráfico. Sua remuneração segue sendo inferior à da classe.

"Esse caso me chamou muito atenção porque ele [paciente branco] me ligou, marcou comigo, e nós fomos pro atendimento, e naquele primeiro atendimento ele falou das demandas dele, o que ele estava querendo, e falou que não queria mais ficar dependente de remédio e que gostaria de prosseguir num tratamento terapêutico e que tinha recebido referências minha. Eu falei com ele o valor da sessão. [...]. E aí

ao final da sessão aconteceu a coisa mais louca. Ele fez a proposta mais inusitada, ele me pagou a sessão e disse que gostaria de continuar sendo atendido por mim porque seria interessante. Ele ficou sabendo que eu era recém-formado e que eu precisava treinar, e que seria muito interessante eu continuar atendendo sem cobrar nada, porque pra mim seria uma espécie de estágio. Depois, lendo Lourenço Cardoso, eu fui entender o que estava acontecendo ali, na verdade. Eu falei com toda educação que não era essa a proposta. Se eu não tivesse cobrado aquela sessão ele não me pagaria.” (LE)

“Parece que já assumiu que existe uma clínica social. Eu não me nego a atender clínica social, muito pelo contrário, quase todo mundo que eu atendo é por clínica social. [...]” (ES)

“Eu saí dessa instituição e fui descobrir depois que eu recebia muito menos que meus colegas que faziam a mesma função que eu. Mas eu fui descobrir depois, quando fui pedir minha rescisão. [...] não era só um desvalor financeiro, não. Isso é um descaso né, você desempenhar a mesma função que outro talvez até menos que outro, pelo menos eu sei como eu trabalhava, talvez o outro fizesse até com menos apreço e menos cuidado com os pacientes, e você não ser reconhecida por isso, não digo nem em termos de contracheque não, mas de reconhecimento mesmo. É o seu trabalho.” (CC)

Recebendo honorários equiparados à tabela do CRP

Apenas 03 profissionais mostraram ter seus honorários equiparados à tabela de Referência Nacional de Honorários dos Psicólogos do Conselho Federal de Psicologia e Federação Nacional dos Psicólogos (2016 a 2020) ainda que perpassando por negociações, onde o cliente branco, vai tentar negociar com o profissional um valor abaixo, enfatizando:

“Ele disse: Vamos embora para ela? E ela era uma mulher negra e ele um homem branco. E ela: ‘Não amor calma! As coisas também não são assim, poxa eu gostei muito dele. Ele é um ótimo profissional. ‘Ela estava falando isso de um homem preto. Ela uma mulher preta se referindo a um homem preto. Ele é um ótimo profissional! Queria muito ser atendida por ele. E ele: ‘Mas você tá vendo que ele não vai querer baixar o valor?’. Aí eu calado, esperando eles resolverem. Ele disse: ‘Eu entendi tudo o que você falou, mas eu não te pago mais do que isso...’ (valor bem abaixo da tabela). ‘Não pago mesmo.!!!’ ‘Eu falei: tudo bem então nós vamos encerrar por aqui e caso vocês mudem de ideia, fiquem à vontade e podem fazer contato comigo.’ Ela fez contato depois pedindo desculpa, mas que como ele não queria ficar, ela também não ficaria. Eu disse tudo bem, desejo boa sorte .” (VS)

“Então o cara vai reclamar que vai pagar pela Tabela do CRP no atendimento, diz que não tem, mas viaja com tranquilidade, compra o uísque dele que custa mais que o atendimento, sem problema. Nesse ponto você tem que se posicionar.” (ES)

“A maioria dos meus clientes sendo negros, eles têm questões financeiras bem inferiores a dos brancos. Alguns ganham salário mínimo, 1 ou 2. Isso é um atravessamento muito marcado da classe também, que pretos geralmente são pobres. Estes meus clientes brancos pagam um pouco mais, não é nem por questões de que ele ‘branco vou cobrar X ele é negro vou cobrar Y, é porque eles têm mais condição de pagar mesmo.” (TL)

4.10. Categoria ENCONTRO CLÍNICO

Esta categoria traz a necessidade de se olhar e avaliar a importância de como se dá o encontro na clínica psicológica. Como o psicólogo negro vai racializar a sua clínica se o branco que se nomeia sujeito de saber? Que imagem esse psicólogo vai carregar de si mesmo e em relação ao branco dentro da sua clínica psicológica? Como esse psicólogo negro vai lidar com essa dimensão da clínica tendo como cliente uma pessoa branca? É preciso lembrar que toda vez que o negro se coloca como sujeito de sua própria narrativa, como herdeiro de civilizações que produziram conhecimento e riquezas, ele sai da condição de objeto. Investido desse lugar de ciência e saber, de produzir conhecimento, isso pode se traduzir como ameaça.

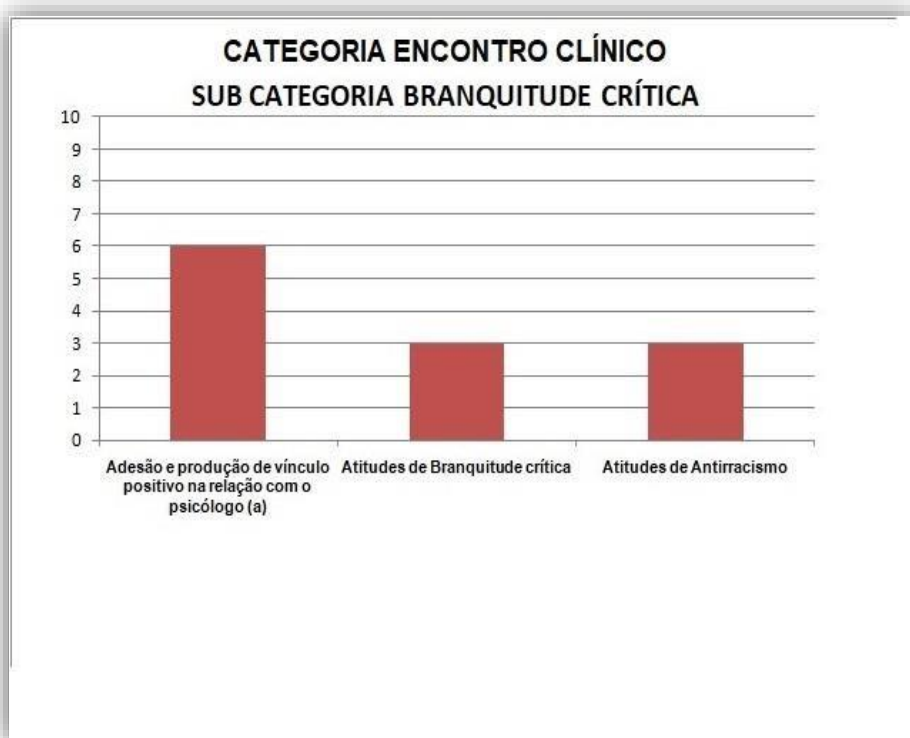
Sendo a imagem o fator preponderante diante do racismo, faz-se necessário que o negro desfaça esta imagem do branco soberano, resgatando todo o seu legado africano, a sua relação com a ciência, com a epistemologia, para se ver no lugar de sujeito de pesquisa, como ele se comporta. Alguém que está investigando a forma como o branco se relaciona com o psicólogo negro, naquela posição que ele ocupa, numa narrativa entre sujeitos, rompendo assim com a perspectiva do objeto e se colocando na condição de sujeito para sujeito.

A categoria demonstra a ótica de cada entrevistado em relação ao encontro clínico em sua observação ao seu cliente branco, quanto a racialização, aspectos de sofrimento psíquico e a trajetória da relação entre eles. Pretendeu assim exemplificar neste encontro, aspectos de fenômeno social dentro da temática do racismo estrutural e da branquitude nas ações racistas e antirracistas. Foram

formadas duas subcategorias, Branquitude Crítica e Acrítica, que a seguir estarão sendo demonstradas.

Branquitude Crítica

Esta subcategoria apresenta o encontro clínico dos psicólogos negros com seus clientes brancos, em análise a branquitude crítica; termo este usado por Lourenço Cardoso (2010) que traz de forma individual ou grupal, o posicionamento e a ação do indivíduo branco desaprovando e se posicionando diante do racismo, estabelecendo assim uma atitude antirracista.



Adesão e produção de vínculo

Houve relatos, entre os dados colhidos, de como os psicólogos percebem em seus clientes brancos a adesão e produção de vínculos positivos a partir do manejo clínico, em relação ao tema do racismo, ao longo do percurso terapêutico.

“O cliente que fica em terapia precisa encontrar espaço para o que vier como expressão e não escolher seu público de forma radical e segregária. Há pessoas que encontraram o seu racismo e não suportaram lidar com ele e por isto ela pode não permanecer. O branco necessita da concepção do que é a

convivência com uma pessoa negra não trazendo a relação para a questão racial, mas sim para as implicações racistas.” (NJ).

“paciente nos procura acreditando que nós temos condições de ajuda-lo, tendo acesso a questões dele que emperram, atrapalhando sua vida, que o faz sofrer, que atrapalham as relações. Se o racismo está ali presente, ele vai aparecer, cabendo ao terapeuta apontar quando surgir, ajudando-o a falar sobre isso.” (VC)

“Penso que o lugar que o psicólogo negro ocupa no imaginário do cliente branco, é de um lugar Branco. Acredita que fazem uma negação ou uma super idealização desse psicólogo, retirando-lhe um posicionamento racista, por conta do racismo estrutural.” (VC)

“Eu acho que fica muito focado na minha direção de trabalho. A minha cor de pele fica totalmente invisibilizada.” E o fato de eu embranquecer para cliente não quer dizer que eu me mostre embranquecida pra ele não. É a forma como ele me vê. A questão de não aparecer em nenhum momento, eu acredito que seja porque isso aconteça, mas não porque eu me mostro embranquecida pra ele. Pelo menos eu faço um exercício de não.” (CC)

Ao perguntar as entrevistadas VC e ES sobre o que pensavam sobre o cliente branco encontrar um profissional negro e se manter na psicoterapia, disseram:

“Eu penso que a maioria deles não tem isso de uma forma tão arraigada. Acho que o próprio fato de se depararem com uma mulher negra ou um homem negro, já abala alguma coisa, mas eles chegam sem saber.” (VC)

“Quanto aos pacientes brancos, eu nunca senti ou percebi nenhuma diferença até porque eles já sabiam que estariam diante de uma mulher negra. [...] O curriculum também ajuda né?.” (ES)

Sobre o vínculo surgiram alguns relatos que mostram como o vínculo pode ser um espaço de abertura para o trabalho clínico. Reconhecer que há processos que podem acontecer por parte do cliente, mas que há necessidade de prática clínica para trabalhar com eles.

“Uma pessoa extremamente racista com sentimento racista, ela não vai conseguir fazer o vínculo. Ela não vai conseguir fazer essa cortina. Ela não permanece. Então ela precisa pelo menos ter uma concepção de convivência com uma pessoa negra de poder conviver com essa pessoa e que suas pautas pessoais não

estejam diretamente ligadas à questão racial. E aí ela entra no processo.” (NJ)

“Enfim as pessoas quando me procuravam sabiam que eu era negra porque a foto estava lá. Então até o presente momento eu nunca tive problemas.” (ES)

“O vínculo depende de como a gente olha, de como a gente escuta a pessoa que está a nossa frente.” (TL)

A psicóloga MQ considera que haja o racismo na relação transferencial, mas o vínculo pode se sobrepor, ainda que haja o confronto sobre o racismo, por conta do mito que envolve o lugar do psicólogo. Considera que, se o cliente não estiver disponível, não vai permanecer em terapia. Não vai querer ficar falando sobre si com uma psicóloga negra.

“Entrei por outra sala, fechei a porta e tal e pedi para ela entrar. Quando eu chamei para ela entrar, ela se ligou na voz e quando ela deu de cara comigo ela ficou desconcertada. No caminho que ela já havia feito antes pelos profissionais, provavelmente a grande maioria dos profissionais poderia ter sido branco, ou não, mas eu senti que ela ficou bastante desconcertada. Ela não esperava ser atendida por uma psicóloga negra, ou talvez: -a psicóloga abriu a porta para ela entrar, esse mito né... - A psicóloga negra veio abrir a porta pra mim.⁷” (MQ)

Parto aqui do pressuposto que a prática clínica, vai possibilitar observar e trabalhar as ações da branquitude trazidas pelo cliente à clínica psicológica, como apresentadas a seguir.

Atitudes de branquitude crítica na clínica psicológica

A branquitude crítica envolve um cuidado diário com as atitudes tomadas. Uma reflexão sobre seus atos na relação com o corpo negro. Cardoso (2010) observa que muitos brancos antirracistas vão se deparar com um conflito interno por representarem, de um lado, o grupo branco tido como o opressor e por outro, serem solidários à luta contra a opressão aos negros.

⁷Mito aqui colocado como a servidão do negro ao branco.

O depoimento abaixo mostra o próprio cliente trazendo como se descobriu racista e revela ao profissional o desejo de ajudar um amigo negro:

“Eu sei que acha que o valor que eu te pago aqui, que você cansa de falar que não é uma questão de um número numa nota, mas pra mim tem um peso nessa questão. Eu tenho um amigo meu que está sofrendo muito e ele é assim, é preto como você. Poxa, eu não sei se eu digo...ou se não digo... e aí eu falei: Pode contar!. [diz o profissional ao cliente] - Então!!! Esse cara quando eu comecei a ser atendido por ele, eu descobri que eu era racista.” [diz o cliente]. (VS)

Referindo-se também aos seus clientes brancos, a psicóloga abaixo, enfatiza o poder das áreas de comunicação, que atualmente denunciam e aproximam reflexões necessárias sobre questões de racismo e antirracismo.

“Começa pelo incômodo... Começa a ver a desigualdade começa a ver... Alguns começam a ver isso muito claramente. Mas, o interessante é que é importante também falar e você deve perceber também isso, que há pessoas que tem um desligamento do mundo externo. Ou não é bem do mundo externo, é um desligamento das questões que estão no seu entorno, da pobreza, de desigualdades e do racismo, do fascismo, da violência muito forte e só olham para si. Há pessoas que não conseguem estabelecer vínculos com outras. Tem dificuldade de namorar por exemplo.[...]Mas há um número considerável de pessoas que começam prestar atenção a isso e começam a falar coisas a meu respeito, a perguntar, querer saber, a falar de como se sentiam antes, como sentem depois, uma série de coisas nesse sentido e eu acho que há um movimento grande também de conferências, a comunicação a distância. Então você está falando com gente de todas as partes. Você está falando com o Krenak que é lá da tribo Krenak. Está recluso [Fala sobre o isolamento pela pandemia], mas está falando com a gente e falando coisas que atingem a todos nós. Isso começa a ser muito falado na TV, você tem uma Maju Coutinho sofrendo racismo e sendo falado nas redes sociais, você tem o que aconteceu com George Floyd e que repercutiu na nossa TV brasileira que fez um programa somente com jornalistas negras. Isso tudo foi fantástico. A importância da mídia nessas questões, do quanto a mídia está com essas questões. Porque no que aqui aparece, as luzes começam a acender e as pessoas também na clínica, começam a falar e a perguntar[...] Não com todos, mas com alguns sim. Isso é muito interessante né? Que começam a olhar para a questão e começam a perceber.” (VC).

De acordo com Miranda (2017), a branquitude crítica pode possuir duas vertentes (pp, 52-65): a branquitude crítico passiva, onde brancos tomam medidas concretas para ações antirracistas e; a branquitude crítico-passiva, onde brancos

criticam o racismo, mas não refletem sobre o seu próprio envolvimento, nessas desigualdades como pessoas brancas.

Embora seja o Brasil, o país de maior número populacional de negros, sendo superado apenas pelo continente africano, ainda assim, há nele, uma sustentação do racismo, que se mantém presente e atuante. As atitudes antirracistas de brancos em relação ao negro, ainda não se sustentam, pois o privilégio por ser branco mantém as atitudes da branquitude em maior proporção. Brancos que sustentam uma atitude antirracista sofrem e são afetados emocionalmente, por romperem pactos narcísicos com os seus iguais, contextualizando seus benefícios concretos e simbólicos e necessitando olhar com muita mais atenção para suas escolhas e ações.

Atitudes de antirracismo

Em relação ao sofrimento que o branco assume numa atitude antirracista e de branquitude crítica, pude analisar junto ao relato abaixo, o sofrimento que brancos vivenciam quando resolvem romper com pactos narcísicos.

“É como se ele sofresse muito mais do que os próprios jovens que sofrem na pele o racismo. E aí vai compreender: por que é que eu estou sofrendo mais do que eles? Se eles é que estão na linha do tiro do racismo, são alvo do racismo. Por que o meu sofrimento como um homem branco parece ser maior? Então foi isso que foi trabalhado” [...] Ele tem consciência. Ele compreende. Tem consciência a partir do momento que ele faz a separação de um sentimento dele em relação há várias coisas que a família dele fala, se comporta e tal, do lugar do privilégio enquanto ascensão nos espaços e acesso e tudo mais. E em relação aos filhos também, porque ele sabe que ele pode dar um apoio afetivo e emocional, mas ele não vai poder dar aos filhos o que ele teve.” (NJ)

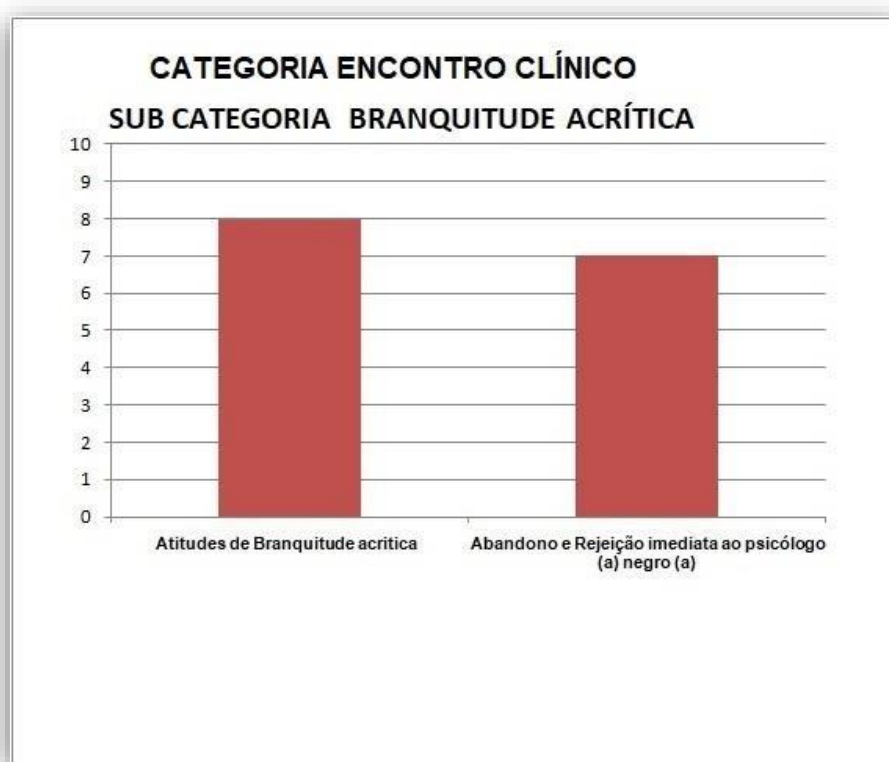
Sub Categoria Branquitude Acrítica na clínica Psicológica

Esta subcategoria apresenta o encontro clínico dos psicólogos negros com seus clientes brancos, em análise a branquitude acrítica; termo usado por Lourenço Cardoso (2010), que traz de forma individual ou grupal, o posicionamento e a ação do indivíduo branco sustentando a superioridade da raça

branca, de forma natural e/ou defensiva, sem estabelecer possibilidades de reflexão de sua atitude racista.

A posição antirracista é a posição oposta a branquitude acrítica. Não fazer nada enquanto ação diante de um comportamento racista em nossa sociedade, é o se omitir, silenciar, não querer se responsabilizar e compactuar com a branquitude, dando a sua aprovação.

A seguir os resultados obtidos dentro do encontro clínico, no levantamento para esta subcategoria Branquitude Acrítica.



O silenciamento do branco (MUNANGA, 2017; BENTO, 2014) é uma forma de manutenção dos seus privilégios e um recurso para não enxergar os benefícios que tem inerentes à sua brancura. O silenciamento seria um produto do racismo e também uma forma de manter o branco de fora da questão, como um mero expectador e, manter o negro no lugar do problema que o acompanha desde a sua escravidão; aliás, um legado que não interessa ao país discutir. Ocorre, segundo Bento (2014), certa aproximação solidária ao negro, quando um branco, independente de sua classe social, se sente discriminado. A denúncia desta discriminação, ganha força quando brancos são defendidos por brancos de classes sociais mais privilegiadas, inclusive por brancos que se dizem progressistas e que

combatem a opressão. É o que vimos acontecer em relação às políticas de ações afirmativas e com outras leis, produzidas por aqueles que estão em lugares de poder na sociedade, via de regra, brancos que favorecem outros brancos:

“Há benefícios concretos e simbólicos em se evitar caracterizar o lugar ocupado pelo branco na história do Brasil. Este silêncio e cegueira permitem não prestar conta, não compensar, não indenizar os negros não prestar contas, não indenizar os negros: no final das contas, são interesses econômicos em jogo. Por essa razão, políticas compensatórias ou de ação afirmativa são taxadas de protecionistas, cuja meta é premiar a incompetência negra.” (BENTO, pag. 27)

Atitudes de branquitude acrítica na clínica psicológica

“Ela foi e acumulou acho que três meses de pagamento. Era um processo assim, o marido dava o dinheiro para ela e ela desviava dinheiro para outra coisa. Só que ela não dizia. Depois ela passou a dizer. Eu ia trazer o cheque que fulano mandou, mas aí aconteceu isso, eu vi isso e aí eu comprei e depois eu trago o teu pagamento.” (NJ)

“Eu tenho uma cliente que ela trabalha em uma empresa em que a maioria são pessoas brancas e ela é a única negra em um cargo de liderança. Na mesma hora a referência de Neusa veio pra mim, junto com Cida Bento porque elas tratam muito do negro em ascensão, os pactos narcísicos da branquitude. Já no primeiro encontro com esta cliente, por exemplo, ela percebe como queixa principal, que tudo que ela leva para as reuniões ela não é escutada, mas quando vem um homem branco e fala a mesma coisa que ela, todo mundo aplaude.” ‘O que é que está por trás deste discurso?’ Então na mesma hora eu me conectei com estes estudos que eu já vinha fazendo.” (TL)

Um dos entrevistados citou que uma grande amiga sua, uma mulher branca, que sempre o defendia com atitudes antirracistas, não suportou a pressão que sofreu por se colocar como igual a um negro e acabou tendo que fazer a sua escolha. Quando foi trazida a questão dos arquétipos de persona e sombra, em Von Franz (1988) e Jung (1978) em relação ao arquétipo da sombra, e o quanto este arquétipo pode atuar de forma projetiva na psique do branco, há uma incompatibilidade do que ele mostra no coletivo (Persona) e do que ele vivencia internamente em seu conflito com sua sombra, como algo que deseja esconder. Uma pressão do branco sobre outro branco, para manter o pacto narcísico e a branquitude, como mostra o relato abaixo.

“Nós dois estávamos elaborando um artigo, baseado naquele artigo da Lia Vainer Schucman, “Somos todos Racistas”, nós iríamos escrever um artigo falando sobre as relações raciais em preto e branco, e nessa hora ela não conseguiu, ela desabou no sentido de que não bancou comigo a escrita do artigo. Foi o limite dela, por influência do próprio esposo, “ah, não, isso não tem nada a ver com você.” Aquelas ideias... [...] “É interessante que até pra pessoa branca em relação com o negro, quando ela tem essa relação mais próxima, porque foi na convivência que ela começou a entender esses processos relacionais, há um momento em que a pessoa não suporta mais.” (LE)

Abandono e rejeição na clínica psicológica

O trabalho terapêutico necessita ser um espaço de abertura para o encontro e o manejo clínicos. Contudo, a metade dos discursos sobre os clientes brancos foram de abandono do processo terapêutico e sete deles apresentaram impacto e rejeição ao psicólogo negro, logo nos primeiros encontros.

Os discursos abaixo exemplificam perfeitamente o que Mader (2016) enfatizou ao dizer que há casos de rejeição e recusa de brancos, em serem atendidos por psicólogos negros, simplesmente por questões étnico-raciais, inferiorizando a capacidade do profissional:

“Paciente-Profissional: recusa em ser atendido (a) por profissionais negros (as), indígenas e ciganos (as); desmerecimento de diagnóstico e atendimento realizado por esses profissionais; esquiva no olhar e recusa de aceitação do profissionalismo por questões étnico-raciais.” MADER (CRP-08, 2016, p. 31).

Vejamos casos de imediata rejeição ao trabalho do psicólogo negro pelas projeções racistas no primeiro encontro clínico:

“Eu lembro de uma situação assim específica, de uma paciente que eu estava no consultório da Ilha do Governador, uma paciente que quando eu abri a porta e ela viu que eu era negro, aí ela falou: me desculpe, mas não vou necessitar do atendimento que eu vou tratar de assuntos de foro íntimo e eu queria que fosse um psicólogo branco.” (CO)

“Então, a secretária ela subiu, eu estava no segundo andar em um intervalo e ela disse: - sua cliente está lá embaixo, chegou mais cedo. Ela chegou bem antes da hora eu estava na hora de uma outra pessoa, aí eu disse que ia descer. Era uma cliente de primeira vez e aí eu desci e fui explicar pra ela. Eu disse: Você

vai aguardar um pouco mais, porque eu estou no horário de outra cliente e assim que se encerrar eu lhe chamo. Tudo bem? ela disse: - tudo bem. Aí eu subi. Quando chegou no horário eu voltei e ela não estava na sala de espera mais. Eu perguntei para a secretária o que tinha acontecido e ela me disse que a moça saiu dizendo que ia voltar. Eu estou esperando até hoje e ela não voltou.” (NJ)

Falando sobre um trabalho de acompanhamento terapêutico que fazia, se deslocando a vários lugares com seu cliente diz, a profissional abaixo relatando a sua vivência do racismo:

“Meu paciente era branco e aí a gente tinha essa visão mais nítida dos lugares que eu adentrava com ele e supostamente um corpo preto não estaria. Era mais visível. Eu era a chancela dele em alguns momentos e ele era a minha em alguns momentos. Esse caso, como eu fiquei dois anos, eu tenho mais frescor de exemplo. Sempre fui travada em porta giratória de banco, mas com ele eu não era, olha que interessante, ele era a minha chancela.” (CC)

“O pai desse paciente me rejeitava desde o início do tratamento e depois com o tempo, acho que foi pelo meu trabalho, eu fui começando a ser aceita por essa família, acolhida por essa família. Não pela mãe, a mãe foi quem demandou o tratamento, mas o pai era um cara que você via que não tinha o menor trato, e aí eu não sei se passa por uma pegada racial, eu acho que sim.” (CC)

A preferência por psicólogos brancos envolve também valores de qualificação, pois em nossa história colonial, o intelecto e a ascensão caberiam ao branco, valores estes, oriundos de uma imagem do negro como inferior ou menos capaz. *O estrangeiro*. É importante analisar aspectos negativos e patológicos relacionais, mas também a tomada de consciência e possibilidades reflexivas de mudança, que abordem atitudes antirracistas tanto de negros quanto de brancos.

Considero que o racismo é uma intolerância a tudo que funda a diferença, partindo do pensamento de Souza (1983, pp 121-130) ao falar do *estrangeiro*, como representando as vicissitudes da identidade do negro em ascensão social. Penso que para a sustentação da branquitude, é necessário a intolerância ao que o *estrangeiro* faz. Assim se faz necessário a extirpação do modo de gozo deste *estrangeiro*, aniquilando qualquer valor de sua identidade, de suas origens. A ascensão social de um negro lhe traria um gozo que para o branco não lhe caberia ter. Porém, aquilo que no Eu é rejeitado (no caso ser racista), que não é

reconhecido, está contido internamente, pois o estrangeiro, mora também dentro de cada um que o rejeita, lhe causando incômodo e negação do racismo.

4.11. Categoria MANEJO CLÍNICO

Esta categoria apresenta o manejo da questão racial dentro da clínica psicológica, observando se a partir do vínculo, reações subjetivas se formaram na atuação do psicólogo negro com seus clientes brancos. Também procurou demonstrar se, nesse processo, o cliente produziu algum tipo de projeção ou reflexão sobre a temática do racismo que envolvesse a necessidade de intervenção clínica por parte do psicólogo (a) e possíveis resultados alcançados.

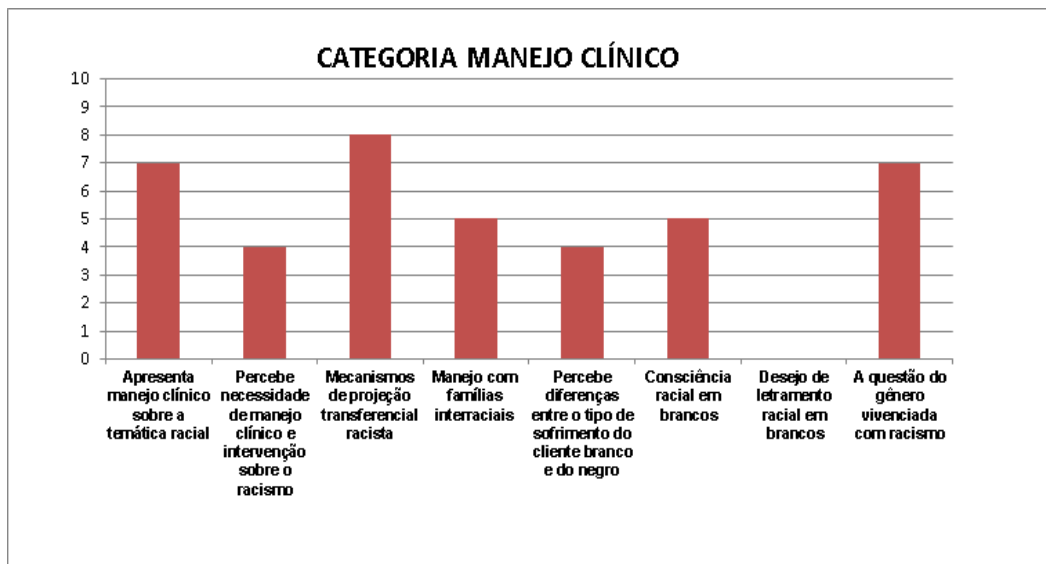
Diante de um panorama de omissão que a psicologia clínica e a psicanálise ainda demonstram sobre a vida psíquica do negro, aponta para reflexão sobre o custo emocional da sujeição da negação, que envolve a cultura e o próprio corpo negro (SOUZA, 1983). O massacre de sua identidade ocorre levando a cultura e o corpo branco como modelos de identificação e alienação.

Antes de sua morte, a psicanalista Neusa Santos Souza analisou, que o racismo precisava ser trabalhado de forma singular, sem generalizações. Considerou, também, que cada sujeito elaboraria suas próprias questões sobre desigualdades sociais e racismo, no manejo transferencial com seu analista, na busca do reconhecimento de sua identidade. (SOUZA, 1983; BENTO, 2014, p.54)

De acordo com Fanon (1983), a ideia do inconsciente trazida pelos conceitos europeus na relação terapêutica é uma ideia branca e por isto a clínica só consegue ir até certo ponto. Alienação para ele é também a dificuldade de se colocar como sujeito na história. Alienação para ele não é, portanto, somente subjetiva, pois não adianta mudar só os paradigmas, é preciso mudar a sociedade e dentro da sociedade estão as instituições.

Assim a formação de identidade, valores, limites, relações, origem, estrutura, métodos e a validade no conhecimento científico, estão intimamente ligados a formação do psicólogo, tanto para os trabalhos individuais como de famílias ou de qualquer outro tipo de formação grupal dentro da sociedade.

A seguir chegamos a última categoria, que vai tratar do manejo clínico. Trazendo as considerações dos psicólogos entrevistados sobre suas percepções e suas possibilidades de intervenções na clínica psicológica, a partir de situações encontradas na relação com o seu cliente branco.



Apresenta o Manejo clínico sobre a temática racial

“O psicólogo negro que só atende negros, acaba reproduzindo o isolamento, a segregação à um determinado grupo, neste caso, o branco. [...]eu acho que é não é só como ele lida (o profissional negro e o cliente branco) com isso não, porque tem o lado da pessoa de como ela lida.” (VC)

“Eu acho que a relação terapêutica tem muito fortemente...(silêncio) quando a gente consegue incorporar esse lugar de terapeuta, a gente incorpora um lugar, que mesmo que a evidência mostre, mais um lugar de alguém que não está ali nem pelo sexo nem pela raça, pela cor, enfim que está pelo manejo. As vezes as pessoas até hoje eu me invoco muito com essas questões mas enfim, hoje tem sido muito forte a escolha do terapeuta, porque ele é branco, porque ele é preto, porque ele é gay, porque é lésbica enfim, mas por uma deficiência nossa enquanto categoria, de incorporar esse lugar. Assim eu sou terapeuta e sou terapeuta para qualquer pessoa, independente de quem seja essa pessoa. Mas a gente começou a ter comportamentos homofóbicos, racistas, eu digo nós a categoria. Isso fez com que as pessoas comessem a fazer escolhas. Psicólogo cristão, psicólogo que seja de terreiro. Então assim...isso tem sido muito forte. Acho que por uma dificuldade da categoria, de não ser suficientemente aberta para acolher todas as demandas. Então eu acho que os clientes que ficam no processo, que entram e que se permitem caminhar um pouco

nesse processo e fazem um vínculo terapêutico, eles passam a não enxergar, se essa terapeuta é mulher, ou é negra na maioria das vezes. Mas se suas pautas pessoais implicarem em algo que esteja diretamente ligado ao ser homem ou ser mulher, ao ser branco ou ser negro, aí isso vai implicar de cara.” (NJ)

“O cuidado que acho que nós psicólogos negros e negras temos que ter na clínica, é que ainda que nós tenhamos um olhar da consciência racial, o caminho da clínica é do paciente. Então por exemplo, esse paciente que chegou ele traz várias questões que me cabe fazer função de psicanalista para ele, dizendo: olha, isso que você está trazendo, que você está falando, tem um autor, Joel Rufino dos Santos, que trata sobre isso, talvez fosse interessante você ler. Aí é ele apontando para mim, algo que ele acha importante que eu faça inferência na questão racial.” (VS)

O cliente branco pode apontar ao psicólogo, seja ele branco ou negro, a necessidade de ser feita uma intervenção, através da indicação de leituras sobre o assunto e reflexões sobre o racismo e práticas antirracistas.

Necessidade do manejo clínico e intervenção sobre o racismo

“O que eu posso me lembrar que vem com mais nitidez pra mim e o fato de que os pacientes brancos, em geral, ficam menos tempo. Bem significativo. Aí eu ficava depositando na minha inexperiência. Então, não sei dizer, pois é, não sei dizer se foi uma questão de inexperiência, de manejo de transferência, essas coisas.” (CC)

Neusa Santos Souza (1983) traz como reflexão, que o negro brasileiro não nega uma prescindível identidade negra, porém, o fato de fazer parte da transmissão histórica da trajetória do ser negro (e daí podemos pensar nas suas origens, sua ancestralidade, sua relação com a escravidão, etc), não organiza por si só, uma identidade negra. Isto não seria suficiente, como podemos ver no depoimento abaixo. Assim, a necessidade do manejo clínico, pode ser relacionada a uma neutralidade, por vezes trazida para a relação clínica.

“Mas a gente como psicólogo, a gente aprende também essa questão do ser neutro. Então eu acho que isso já facilita bastante. Já te coloca num rumo que você sabe que é por ali e ponto. Então a gente já chega mesmo como num papel em branco, na hora de receber esse paciente.” (SL)

De acordo com o psicólogo e psicanalista, Kwame Yonatan Poli dos Santos:

“Supor alguma neutralidade em relações raciais é falar de branquitude, na psicanálise, por sua vez, é um equívoco teórico, com desdobramentos clínicos e políticos. Tendo em vista que ler Freud, Fanon, Lacan, Winnicott, Lélia Gonzales e Neusa Santos Souza nos permite estar com uma escuta precavida, no entanto, devemos continuamente nos perguntar sobre nossa posição: desde onde consigo escutar? Desde onde avalio? Com quais valores? .” (2020, p.3)

Mecanismos de projeção transferencial racista

Partindo do pressuposto que vínculos entre psicólogos negros e clientes brancos estarão numa dialética de mecanismos psíquicos de projeção – transferência e contratransferência, atuando de forma inconsciente ou não, e o psicólogo negro se encontrando no lugar da “projeção” de seu cliente como um sujeito suposto saber (conceito de Lacan no fenômeno da transferência) - é o cliente branco que procura o analista negro, a quem supõe saber sobre ele. Só que ambos têm suas próprias subjetividades a partir do que entendem de si e do que percebem no Outro, e ambos estão inseridos na suposição de raça, a raça negra e a raça branca, pois embora no século XX o termo raça entre em desuso dentro das ciências sociais, ele se mantém em suas singularidades no processo histórico e simbólico da humanidade. A prática clínica, vai possibilitar observar e trabalhar as ações de branquitude trazidas pelo cliente à clínica psicológica, como as apresentadas a seguir.

Os relatos dos psicólogos negros sobre seus clientes brancos demonstraram mecanismos inconscientes relacionados ao racismo, assim entendidos a partir de condutas manifestas, tais como: fugas do assunto, omissões de resposta, distorções na resposta, silêncios e desconfortos, quando atravessados por questões de racismo. Nos dois exemplos abaixo, do discurso de dois profissionais, é possível perceber a projeção transferencial na associação às fantasias tão comumente partilhadas sobre a sexualidade exacerbada das pessoas negras:

O racismo contido numa palavra “rapariga”, como uma palavra ofensiva, ligada a imagem da mulher negra, pode-se analisar no discurso abaixo, o quanto o

corpo negro absorve a fantasia sexual do branco. Da mesma forma as mulheres negras associadas aos cuidados da casa, a associação à uma saúde física, sexual, muito maior que a das mulheres brancas, gerando ataques, prostituição ou desqualificação do lugar da mulher negra, em uma relação com um homem branco, como ameaça as suas mulheres brancas. Numa projeção transferencial ao corpo feminino negro, podemos encontrar diretamente o caso trazido abaixo e a forma como foi manejado clinicamente:

“Tem um exemplo clássico que eu acho desse processo que foi uma cliente que ela vinha num processo terapêutico, iniciou e tal e ainda assim acho que nos primeiros meses ela vinha trazendo a dificuldade dela na relação com o pai. Num dado momento ela traz que pensou em não continuar a terapia quando me conheceu por que, eu era a cara da rapariga do pai dela. A frase foi essa – ‘porque você é a cara da rapariga do meu pai’. Ela sempre falava da rapariga do pai dela, mas ela nunca tinha trazido numa dose com muita raiva, muita raiva. Essa mulher que ela chamava de rapariga, tirou este pai da vida dela, da atenção e do cuidado e conseqüentemente tirou da mãe dela também. Agora ela tinha raiva dessa mulher. Então ela assumiu esse lugar intenso de raiva, mas não do pai, mas da rapariga do pai porque foi ela quem tirou o pai. Tinha todo esse contexto. Quando ela me diz, que ela joga assim... no meio da sessão: você é a cara da rapariga do meu pai. Meu pensamento deu um *looping* muito grande, pra poder entender por que, como o contexto racial não parecia estar presente, mas ele tinha uma possibilidade de estar presente, então eu não aceitei o parecer como uma estrutura física. Enfim tinha algo mais. Então eu disse assim: - parecida como? Ela começou a gaguejar, gaguejar, ir por um canto, por outro e tal e eu dizendo: - Parece que está difícil de você falar, de que forma a sua terapeuta é parecida com a rapariga do seu pai. Eu fui nesse processo, até que ela disse: - Ela é assim como você, preta! E aí, eu acho que foi a primeira vez nessa relação com uma cliente branca, que foi falado diretamente para mim. Foi tratado na mesma distância de qualquer outra projeção foi tratada. Mas, para mim ela ficou registrado como um momento de expressão.” (NJ)

“O profissional tem um papel fundamental de interagir e apresentar aos seus clientes o que surge de manifesto em seus conteúdos verbais e não verbais, apresentando uma verdade que ele ainda desconhece sobre si mesmo. Apresentar o que está surgindo do inconsciente, o não dito. É deste não dito que virá o material sobre racismo. Se o racismo está ali presente, ele vai aparecer, cabendo ao terapeuta apontar quando surgir, ajudando-o a falar sobre isso, a nomear e compreender aquilo que está silenciado também na sociedade racista.” (VC)

“Esse fenômeno do apaixonar da paciente pelo psicanalista é um oriundo da relação transferencial. Mas, a transferência

também se inscreve a partir da linguagem, da maneira que a linguagem se estrutura e se a linguagem é estruturada de maneira racista, o elemento sexual também vai aparecer ali. Maria Aparecida Silva Bento faz essa pesquisa pela perspectiva da branquitude e como homem e a mulher branca, se veem ameaçados pelo negro. Muitos esposos de pacientes, quererem vir ao consultório, para saber quem era esse homem que estava atendendo a minha esposa. Mas não foram uma, duas vezes, foram muitas vezes. E esse ponto aí eu só me dei conta por causa da tua pesquisa sabia?” (VS)

Aqui, o entrevistado abaixo, mostra a necessidade de se trabalhar em análise pessoal as questões de contratransferência ao se deparar com o baque que um ataque racista provoca em quem o recebe. Assim entendemos que a relação projetiva entre brancos e negros, possa realmente passar pela retirada de sua humanidade, como visto no relato do entrevistado abaixo:

“Na minha análise por exemplo. Não é fácil. Não é fácil você ouvir de um paciente – ‘você é um macaco, né?’ ou a mãe inferir que a filha estava dizendo aquilo a respeito de mim, mas é ela. É uma questão dela. Eu levo para a análise (pessoal) pra falar lá.” (V.S)

Carneiro (2005) alia-se à norte-americana Bell Hooks (1995) ao citar ser importante que os negros possam construir o que chama de “linha de fuga” em relação aos dispositivos e mecanismos que os desqualificam como sujeitos de fala, de experiência e de saber, e que nos processos racistas, são minimizados:

“Temos de desenvolver estratégias para obter uma avaliação crítica de nosso mérito e valor que não nos obrigue a buscar avaliação e endosso críticos das próprias estruturas, instituições e indivíduos que não acreditam em nossa capacidade de aprender” (CARNEIRO, 2005, p.122, apud HOOKS, 1995, p.477).

Boaventura de Souza Santos, citado por Nilma Lino Gomes (2018), corrobora em relação à imagem exótica (fora da ótica) e naturalista ao corpo negro, que no discurso acima foi associado ao macaco. Fato que hoje nas redes sociais também nos deparamos:

“Podemos afirmar que no Brasil, o imaginário construído a respeito dos negros e dos indígenas primou por vê-los de duas formas: em primeiro lugar como vítimas e não como sujeitos e, em segundo lugar, como seres “sem cogitos” e por isso relegados a uma relação quase naturista com o corpo, o que

facilitou a construção de imagens exóticas sobre os mesmos.”
(GOMES apud SANTOS, 2018.p.116)

Neste sentido, trago outro discurso, que considera a questão do vestuário, como um processo de transferencial. Desta vez um discurso do psicólogo, ao considerar que o cliente possa se identificar por associar algo da imagem do psicólogo, em deslocamento à sua história pessoal.

“Às vezes pode ser por uma identificação. Tem a questão a identificação, pode ser identificação com avô, com um tio. Tem às vezes, a questão da barba... Eu às vezes vou trabalhar com bata africana... aquelas coisas todas...” (CO)

Porém retomo o pensamento de Schucman (2018) já trazido anteriormente, considerando a necessidade de maior pesquisa sobre o fenômeno do racismo, pois para esta autora, o racismo não impede os afetos, mas permanece presente, pelas próprias questões de sua base estrutural.

Manejo com famílias interraciais

A pesquisa apresentou relatos abordando a questão das famílias interraciais, trazidas pelos clientes brancos. O relato abaixo veio expressando sofrimento e dificuldade com o racismo dentro da família de uma mulher branca casada com um homem negro:

“Eu já vivenciei uma situação de um paciente que eu tive por mais ou menos quatro anos e meio, e ela colocava sempre todas as questões dela, mas, só no final, no encerramento do nosso atendimento que ela coloca que o marido dela era negro. Ela era branca. Ela sempre falava do marido, que os dois eram da UFRJ. Ele é graduado lá e ela também, os dois são do alto escalão, mas ela nunca colocava essa questão. Ela colocava que o marido era chefe dela, mas ela nunca colocava a cor da pele do marido. Quatro anos e meio por aí ela veio colocar (a questão do marido ser negro). Havia uma dificuldade da família, do irmão que nem falava com ela, mas ela nunca dizia o porquê. Dizia que desde a adolescência eles não se falavam. Então era uma coisa que vinha da relação que ela tinha com ele. Mas sempre colocava a questão deles terem saído do Méier (bairro de classe média) e estarem morando na Zona Sul, na Lagoa (bairro de classe alta), sempre era colocado essa questão do afastamento do irmão, com ciúme do crescimento dela e do marido, que ela veio da Universidade e acabou fazendo mestrado e doutorado. O irmão não saía do Méier, não saía daquela vida, então colocava essa questão dos ganhos tanto

profissionais quanto econômicos dela e do marido, da ascensão profissional e econômica deles, como uma certa dificuldade do irmão em lidar com isso, que nem falava com ela, e de uma não aceitação muito da família, mas ela nunca dizia o porquê. Só no final quando ela estava para sair que deu para a gente perceber que a questão era com o marido dela.”(CO)

Neusa Santos Souza (1983) mostrou a necessidade de uma reflexão à negação do negro ao seu corpo e à sua própria cultura. Abordou que a sujeição do negro, para a conquista de ascensão social, é o massacre inevitável de sua identidade, tomando o branco como modelo de identificação. Enfatizou, ainda, que para ascenderem socialmente, muitos negros acabavam tentando se adaptar ao mundo branco, conforme foi acima exemplificado. Uma patologia que encontramos dentro da família, da escola, da universidade, das instituições em geral, e que necessita de uma reflexão epistemológica ao falar do racismo.

Considerando os casamentos entre raciais ou interracialis, as bagagens e diferenças geracionais que envolvem os pais, estarão sempre sendo transmitidas aos filhos. Desta forma Machado (2014), considera importante observar os fenômenos que envolvem as diferenças geracionais de filiação e identidade, na construção das relações com aqueles que ocupam o lugar de pais e com aquele que vêm à ocupar o lugar de filho (a).

“Uma das condições para a filiação ser bem sucedida é os pais serem capazes de fazer o filho se apropriar da história familiar de cada um dos dois e, ao mesmo tempo, permitir que ele possa construir a sua própria identidade. Essa construção ocorre quando é possível ao filho elaborar as duas histórias parentais, juntamente com a sua própria história. (MACHADO apud LÉVY-SOUSSAN, p.38)

Machado (2014, p.40) se reporta também aos pressupostos de Trindade-Salavert (2010) que assinala que a construção de identidade não pode vir separada da relação com o Outro e também com os seus ancestrais. De forma real e simbólica, o filho necessita ser inserido e reconhecido na história familiar. Ser incluído em uma linhagem genealógica que configure sua origem geracional. Estabelece três pilares que consideram como eixos de filiação: A biológica - que envolve as características genéticas, que podem conduzir a projeções e fantasias narcísicas – daí, podemos refletir que as características étnico-raciais estariam também envolvidas, por estar inserida em uma idealização de valores e benefícios

sociais, de acordo com as características fenotípicas do filho (a); a afiliação jurídica, estabelecida pelas leis, como certidão/registro de nascimento e por último, a afiliação afetivo-imaginária, que se constituiria nas relações afetivo parental.

Em relação às famílias surgidas entre negros e brancos, Schucman (2018, p.37) ressalta que o censo de 2010 apontou que 31% dos casamentos brasileiros eram interracialis e que há racialização dos filhos de casais interracialis. Este é um paradoxo a se discutir, não sendo possível que alguém que tenha o racismo em sua estrutura, ao chegar ao casamento, este racismo desapareça enquanto sintoma.

A psicóloga abaixo traz o discurso de uma cliente branca ao reconhecer que o marido negro precisava se envolver mais com a questão racial dele, coisa que ela já vinha fazendo com o filho do casal.

“Eu tenho uma cliente branca que é casada com um rapaz negro. Ela falou muito do sentimento dela de querer que o filho dela se parecesse com o pai, por que acha linda a cor da pele e o filho quando nasceu ela vibrou muito, porque ele é a cara do pai, tem a corzinha do pai. Ela não traz nenhuma situação que ela viveu na família dela pelo fato do atual marido ser negro. Inclusive ela gostaria que ele fosse mais atuante na perspectiva de no trabalho dele ele trazer mais esta questão racial. De se colocar. Ela quem fica puxando músicas e referências para o filho. Ela quis buscar a identidade.” (NJ)

Este outro caso foi de um cliente branco, encaminhado para a entrevistada desta pesquisa, para que fosse trabalhado nele o fato de lutar contra o racismo e também perceber sua implicação com o racismo estrutural em sua família.

“Ele foi encaminhado por uma ex-aluna minha e eu sei que ela encaminhou porque ela queria que eu o ajudasse a compreender algumas coisas que ele vem vivenciando que é: ele sofre exaustivamente pelo fato dos filhos, desses filhos serem negros e serem discriminados, porque esses meninos trazem cotidianamente situações que chegam até ele. Ele veio para a terapia e disse: Eu não sei o que fazer! - , eu vou te mandar para uma pessoa que vai te ajudar a saber o que fazer. Como lidar com isso. E tem sido muito, muito desafiador esse processo, porque ele beira dois limites; um dia alguém que ama e verdadeiramente quer ajudar, mas também que está implicado historicamente em uma família extremamente racista.” (NJ)

Abaixo um caso de uma família interracial, onde a mãe branca rejeita a identidade negra da filha, tentando embranquecê-la. Percebe-se que dependendo

do lugar e das mediações, podem trazer um lugar de orgulho por ser negro como também o auto-ódio, por se sentir diferente.

“Minha cliente negra que é estudante de direito, ela fala que a mãe dela é branca e tem muitos embates com essa mãe, porque a mãe tenta embranquecê-la a todo custo. [...] Eu vejo que tem uma resistência muito grande. Teve um dia em uma consulta que ela disse que a mãe dela não a via, não enxergava ela, isso com um marcador muito forte, como se ela tivesse nascido com defeito, porque ela é a pessoa que mais tem características negroides na família.” (TL)

Isto nos leva a refletir sobre esta mãe branca, numa violência que de alguma forma deseja corporizar a filha num enquadramento de uma imagem típica do corpo branco, que de alguma forma torna implícito que ser branco é melhor, é valorizado em nossa sociedade racista, e aceita no mundo branco.

Considero que ocorreu no contexto familiar citado acima, o mecanismo de defesa psíquico da “Negação”, ao retirar o negro do seu grupo de origem e colocá-lo em outro grupo “embranquecido.” Schucman (2012), ao considerar que a racialização envolve as relações sociais, tanto na negritude como na branquitude, entende que estes podem ser fatores importantes para pensar o desenvolvimento e a qualidade dos vínculos familiares, estabelecendo significados ao corpo negro.

Oracy Nogueira (1998) é transversal ao pensamento de Schucman (2018) e de Silva (2017) ao dizer que ““ já nos primeiros anos de vida tanto as crianças brancas como as de cor aprendem a valorizar a cor clara e os demais traços caucasoides e a menosprezar a cor escura e os demais traços negroides ”” (Nogueira, p. 197). Assim, todos nós aprendemos a ser racistas e o racismo não pode ser entendido como expressão de cunho moral. (SCHUCMAN, 2014, 2018; SOVIK, 2004)

Isildinha Baptista Nogueira (1998) argumenta sobre o corpo como um signo, que se anuncia na sociedade sob a marca dos valores sociais (p.41). A autora aponta que: ““ a aparência funciona como garantia ou não da integridade de uma pessoa, em termos de grau de proximidade ou de afastamento em relação ao conjunto de atributos que caracterizam a imagem dos indivíduos em termos do espectro das tipificações ””. (p.45)

Schucman e Gonçalves (2017) ao tratarem do racismo na construção familiar e constituição do sujeito, referem-se à Nogueira em relação ao modelo lacaniano ao dizerem:

“Com base na psicanálise lacaniana, propõe um modelo dos processos psíquicos atinentes à dominação racial que envolveria o ideal de ego branco (como efeito psíquico da ideologia do branqueamento) e também a dissociação narcísica da imagem do corpo. A falta de brancura seria vivida pelo negro como privação e o branco seria visto como detentor daquilo que lhe falta. Assim, para o negro, a experiência cotidiana do racismo daria base para a recusa de seu corpo negro. A autora parte da concepção do corpo como unidade significativa e, dessa forma, quando o sujeito negro toma consciência da existência do racismo, tenderia a recusar seu próprio corpo, já que sujeito se constitui psiquicamente por meio do olhar do outro.” (SCHUCMAN & GONÇALVES, 2017, p.73-74)

Embora não esteja aqui atrelado a uma psicoterapia de grupo familiar, considere importante a ressalva de Machado (2010) referindo-se aos estudos de Eiguer (1995), afirmando que os afetos do grupo deslocados para o psicoterapeuta pertencem ao conteúdo conjunto, ao objeto do passado familiar no fato de a transferência, com o psicoterapeuta, exprimir a qualidade e o estado dos vínculos familiares. (MACHADO apud EIGUER, p.40)

Machado (2011) argumenta em relação à dinâmica familiar de uma forma ampla, que o sujeito se depara com o sintoma muitas vezes sem o compreender e, neste processo a psicoterapia, vai poder ajudá-lo a se deparar com o que é produtor de sofrimento e que precisa ser expresso.

“Caracteriza-se por uma singularidade que é constituída por alianças, regras e crenças, tendo como objetivo a manutenção de sua sobrevivência. A família pode ser entendida a partir da noção de circularidade, desenvolvida na Teoria Sistêmica, na qual um elemento transforma e é transformado pelo conjunto, buscando-se manter a homeostase. O conceito de sistema implica a ideia de que o grupo familiar possui um funcionamento organizado por leis próprias, além de ser marcado pela história das gerações anteriores e pelo ciclo de vida. [...] que diante do incompreensível, o sujeito busca um interlocutor, o psicoterapeuta, para entender aquilo que se faz enigma. Isso se correlaciona ao motivo latente, que corresponderia ao conteúdo ainda inconsciente encoberto pelo sintoma, aquilo que ainda é estranho e que demanda ser desvendado.” (2011, p.673)

O argumento acima, trazido por Machado (2011), na busca do psicoterapeuta para entender o enigma, se aproxima ao trazido por Zelinda Barros (2003) ao levar a temática do racismo nas relações interracialis, para o campo do silenciamento no contexto familiar como leis próprias – ““ Entretanto, é mantido um silêncio em relação ao assunto, como se o fato de torná-lo um tabu anulasse suas possíveis influências sobre o relacionamento entre as famílias e o casal. (p.145)”, ou mesmo segundo Barros (2003), a enaltação de valores como por exemplo, de ascensão social, como critérios que dignificariam e que levariam o companheiro (a) negro (a), a serem aceitos pelos familiares brancos (e “protegeriam” os filhos de supostas situações de preconceito racial). Como uma tentativa de normalizar uma relação estigmatizada em nossa sociedade.

Assim, o silenciamento e a enaltação seriam sintomas de um conflito gerado pela dificuldade em lidar com o racismo como produção de sofrimento.

Percebe diferenças entre o tipo de sofrimento do cliente branco e do cliente negro

Em relação ao sofrimento psíquico pode-se avaliar que a relação entre negros e brancos está inserida em uma estrutura racista, agregada a sofrimento ou privilégios. Em seu artigo “Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana”, Schucman enfatiza que ser branco ““ não é algo estabelecido por questões genéticas, mas, sobretudo por posições e lugares sociais que os sujeitos ocupam “”. (2014, p.84)

Neste território, a psicanalista Grada Kilomba (2019) apresentou três (3) características para o racismo: 1ª.: A construção da diferença entre negros e brancos. O negro é o Outro e o branco é a norma; a 2ª.: a hierarquia, onde o diferente é inferior e o branco, como norma, é o superior – a branquitude é a norma e a negritude é a exceção; e a 3ª.: A supremacia branca. Apontou ainda que “não é com o sujeito negro que estamos lidando, mas com as fantasias brancas sobre o que a negritude deveria ser” (p.38).

Sob o olhar psicanalítico, Kilomba apresentou os mecanismos de defesa do ego observando a psique do negro em seu processo de adoecimento na relação com o branco, caracterizando-os como: 1) Negação - na alusão do negro ao se negar, incorporar a linguagem do colonizador para ser aceito; 2) Ambivalência –

apresentando sentimentos conflitantes quando as emoções se tornam discrepantes e o negro experimenta, em relação ao branco, sentimentos de inveja, de se fundir a ele, mas também, de raiva, de culpa e de vergonha; 3) Identificação – na assimilação da cultura considerada dominante e, assim, tornar-se dominado. No mecanismo de identificação, o dominado vai assimilando o dominador e se parecendo com ele, para ser aceito; 4) No processo de auto cura, considerou o mecanismo interno de descolonização – como reconhecimento de si, de sua origem, de sua história e fortalecimento da sua identidade própria, ou seja, admitindo a sua negritude.

Esta introjeção do branco na psique do negro reforça a branquitude no racismo estrutural e na psique do branco, que esteve presente em estudos de intelectuais como W.E.B. Du Bois (1903) e Frantz Fanon (1983) dentre outros. Du Bois (1ª. ed. 1903/2021) em seu livro “As almas do povo negro”, aponta que o racismo cria uma consciência turva, atravessada pelo véu do racismo, que impede de ver o mundo como ele realmente é. Assim, criam-se estigmas que continuam encobrindo o véu do racismo, que coloca o negro no lugar do “Outro” como a encarnação do mal.

Já observando a psique no branco na relação com o negro, em seu processo de adoecimento e ações de branquitude, essa mesma autora descreve cinco (5) mecanismos diferentes de defesa do ego: 1) A Recusa – agrega-se a negação, que é a tomada de consciência de um sentir ou pensar insuportável, banido da consciência por ser negativo e o Outro é que deve se enquadrar a ele. Por exemplo, “Racista é o outro, não eu.” No caso da Recusa, há o não reconhecer em si mesmo o racismo, há um desdobramento do real motivo, que permanece como só admitido, para si, como justificativa. Exemplificando: “Eu não tenho nada contra negros, mas não desejo que meus filhos se casem com um.” A Recusa pode ser acompanhada do mecanismo de defesa da Cisão, onde o objeto ou imagem, com o qual nos relacionamos, pode se dividir em dois, apresentando características que despertam amor ou ódio, que nos atraem ou nos afastam, criando um conflito. E no caso da projeção, o não reconhecimento, leva a projetar no outro aquilo que na verdade é seu. 2) Culpa – uma preocupação com as consequências de seus atos racistas, já acontecidos. Um conflito entre seus desejos agressivos de exclusão e afastamento, como por exemplo atravessar a rua ao ver

um negro vindo em sua direção e não ter nada concreto para esta atitude. 3) Vergonha – ao perceber a discrepância, por exemplo, de seus benefícios e privilégios, mas ainda não conseguir renunciar a eles. Por exemplo, saber que de alguma forma sua atitude prejudicou alguém. Este sentimento é proveniente de experiências que o levam a questionar suas concepções e ações de branquitude, 4) Reconhecimento – reconhecer-se em suas atitudes racistas, considerando suas fantasias e a origem delas, admitindo sua expressão e projeções que permitem se assumir. 5) Reparação – possibilidade de mudança, um projeto de ações antirracistas. O Outro não lhe é mais ameaçador. Admitindo, assim, a sua branquitude e se posicionar diante de atos racistas. (2019, pp.43-46)

Ao vivenciar, internamente, somente os primeiros quatro (4) mecanismos de defesa vividos pelo branco, o silenciamento ou omissão permanecem e o discurso produz justificativas que continuam focando o negro no lugar do sintoma, onde é focado no negro o racismo e não no branco. O racismo do branco contra o negro produziu subjetividade e adesão pelo poder ao longo da história, diferente do que aconteceu com o negro, que não teve o poder econômico e político na produção da subjetividade. Exemplifiquemos: ninguém diz “aquele branco”, ao se referir à alguma singularidade de alguém branco, porém ao se referir ao negro é comum escutarmos “aquele negro de alma branca, aquele negro educado...”. Por pertencer a um grupo, a palavra negro substitui o nome, o que não acontece com o branco, que por ser entendido como indivíduo, adquire a identidade que não é dada ao negro. Porém, há um fenômeno psíquico que mostra que na medida em que o negro vai marcando seu espaço, isto causa um desconforto que, Schucman (2012), em paralelo ao pensamento de Azevedo (1987), denuncia como um sentimento de ameaça, ao afirmar que:

“Podemos perceber que o medo aparece quando o branco encontra o negro como sujeito de autodeterminação. Quando a relação entre eles não é a de dominação do branco sobre o negro, e que, portanto, o negro poderia olhar para o branco não com desejo de branqueamento, mas sim com olhos analíticos que desnudam a branquitude. E aí está o medo.” (p.75)

Assim o branco com a sua superioridade, projeta sua sombra carregada de aspectos negativos para fora, na direção de tudo que possa transgredir seu olhar endeusado de si mesmo. Seu alvo no corpo negro, nada mais é que aspectos

sombrios seus, com os quais não consegue lidar, que envolvem o medo e a luta para manter-se intacto, fenômeno psíquico, que Celia Maria Marinho de Azevedo (1987) vai chamar de *medo branco*, em seu livro “Onda negra, medo branco”. Manter-se no fenótipo branco com a ideia de branco clássico, no Brasil é uma utopia. Pois o branco brasileiro não é o branco europeu. De acordo com Liv Sovik (2004) em relação à imagem branca brasileira reforça que:

“ser branco exige pele clara, feições européias, cabelo liso; ser branco no Brasil é uma função social e implica desempenhar um papel que carrega em si uma certa autoridade ou respeito automático, permitindo trânsito, eliminando barreiras. Ser branco não exclui ter sangue negro. (SOVIK, 2004, p. 366)

Em relação ao apoio dado às pessoas brancas oprimidas, Courant (2018) vai chamar de “deslocamento estratégico” do branco; conceito muito similar ao de Bento, quando esta fala da solidariedade de um branco ao negro (2018, p.63).

Apresento abaixo alguns discursos trazidos sobre o tipo de sofrimento observado pelos psicólogos entrevistados

“Eles falam muito mais de questões individuais, porque é um privilégio, você não fala de questões sociais porque você não é atravessado por elas. Então você fala da sua doença psicossomática, eu falo da minha relação com papai e mamãe, eu não falo da minha relação de discriminação no trabalho, no caso a pessoa branca né, não falo da relação de ter sofrido algum tipo de assédio, assédio moral. É raro. Ou de ser traído, de ser largado. Isso pra pessoa preta é muito comum, sobre do abandono, abandono amoroso, falar de relação de trabalho, de preterimento no trabalho, falar de relações parentais desfeitas. Isso é muito mais comum.” (CC)

“É uma fala com muito menos sofrimento, às vezes nem linka a questão ao racismo. Por exemplo, eu atendo duas pessoas com questões psicossomáticas, e não linka com a questão racial. Você vai trabalhar com a questão familiar, com outras coisas, agora uma pessoa preta que chega com crise de ansiedade, não necessariamente é por uma questão infantil, da relação parental, ela pode chegar a ter crise de ansiedade e ter relação de abandono no casamento, ou então uma relação no trabalho.” (CC)

“Eles não trazem a questão da cor deles como um problema e nem algo que seja um incômodo em relação a mim. O que ele traz tem mais a ver com tensão estética, que envolve a beleza branca” [...] E se a gente for buscar mais atrás, eu não sei no caso dele especificamente. Pelo que ele (cliente branco) conta, a mãe abriu mão dele para cuidar da família. Ele não teve uma

cuidadora, pois se a gente parar pra ver essa cuidadora de fora, geralmente são mulheres negras, empregadas.” (TL)

Desejo de letramento racial

A pesquisa mostrou nos relatos, a dificuldade de brancos aderirem ao letramento racial; o fato é que em todos os relatos, nenhum psicólogo (a) trouxe efetivamente algum cliente branco que tivesse buscado o letramento por si só e o tivesse trazido para a terapia, como uma discussão. Estudar diversidades, diferenças sociais, práticas genocidas e racistas, é dolorido, fugir destes temas é um ponto estratégico do racismo estrutural e da branquitude para o branco não assumir o protagonismo da sua própria história, sua postura colonial.

É cobrado que o negro saiba da sua história, tenha consciência racial e ainda tenha acolhimento para problematizar e lidar com o branco que não quer se pensar “*enquanto branco*.” O letramento causa incômodos e desconfortos ao branco, embora seja importante que ele reflita sobre o lugar que ocupa. O branco pode e deve fazer isto por sua conta. O pesquisador negro deve ter cautela, para não tornar a sua luta mais um lugar de tensionamento, onde o branco fica numa postura passiva, só recebendo a informação. Vale pensar, se isto não seria uma forma de se sentir prestigiado, valorizado pelo branco, em um lugar de quem serve ao branco, academicamente, fornecendo o conhecimento.

Consciência racial em brancos

Ao perguntar sobre o branco se enquadrar como raça, encontro como exemplo do não se enquadrar como raça o discurso abaixo:

“Branco fala sou branco, mas não é uma questão. Eu tenho uma fichinha onde eu pergunto na primeira vez: Como você se classifica em relação a sua cor e etnia? Eles dizem: Ah eu sou branco, mas daí passou... aí alguns respondem: eu sou morena, e eu pergunto: dentro disso, como você acha que você se percebe que você se identifica mais. Ainda tem muita confusão.” (TL)

Alguns participantes trouxeram a questão da racialização, como algo que não chega ao branco, que não se vê como raça e sua observação sobre o vínculo em seus mecanismos conscientes e inconscientes.

“Os brancos não trazem a raça como uma questão deles. Isto vai aparecer na questão do não dito, e aí cabe ao terapeuta trazer a questão, ou vai aparecer narrado quando o paciente já se sente com confiança. Surgem histórias de indignação quando vê alguém sofrendo, onde ele começa a mostrar que está identificado com você. Começou a enxergar que existem cores de pele diferentes, e que existe o predomínio de uma sobre as outras. Começa a observar dentro da família situações racistas, falas e pensamentos que antes passavam despercebidos. Começam a iluminar e a tratar destas questões.”(VC)

“O cliente negro já traz a questão racial para a análise, diferente do cliente branco, que vai falar de outras coisas, porque não se vê envolvido da questão racial.” (TL).

“O branco vive o privilégio e só enxerga a condição de privilégio quando tem o privilégio cerceado em algum momento. Fora isso, vou vivendo minha vida (se referindo ao branco). Você vê muitas questões comuns são as questões atravessadas pela auto estima, os transtornos de ansiedade, que vem casados com irritabilidade, insônia, alguns sintomas físicos. Você vê tudo isso na população é tudo permeado pelo ideal da branquitude, o cabelo liso, aquele corpo magro, todo ideal de branquitude que a gente vê. A menina padrão, o corpo padrão.” (CC)

Penso que ainda seja difícil que as pessoas brancas falem sobre raça dentro do consultório se não aprenderam os efeitos psicossociais do racismo. Por trazer um desconforto e colocá-lo diante do que não reconhece e não admite, já que temos um país marcado por não contar a herança daqueles que trouxeram a colonização para o Brasil. Nos estudos até então realizados, a bagagem escravista e colonial produziu registro de sofrimento psíquico, acionou um trauma geracional, que seguiu atingindo crianças, jovens e adultos negros pela experiência diária do racismo. Ao branco, a bagagem se apresenta, não só pelo poder e implantação do racismo de forma estrutural e naturalizada na relação com o negro, como também no desconforto que a consciência lhe traz ao se deparar com os seus privilégios – convocando-o a todo tempo, a assumir mudanças por meio de uma postura antirracista.

No discurso abaixo encontramos na questão do conflito identitário sobre uma cliente de pele muito clara, que se dizia mestiça, mas se posicionava na vida como uma pessoa branca.

“Essa pessoa que eu falei que se nomeava mestiça ela usava essa palavra, na vida cotidiana ela se posicionava como branca. Ela tinha uma passabilidade, ela era uma pessoa de pele clara, então aquilo dava pra ela uma passabilidade de branca, mas ao mesmo tempo ela sofria pra caramba, porque ela tinha uma consciência racial, mas ao mesmo tempo ela tinha uma rejeição dos amigos retintos, em alguns lugares ela era vista como patricinha, nos lugares que eles a nomeavam como patricinha... se ela fosse pra lá ela era intrusa, então ela mesma se dizia num limbo. Eu acho que tem uma questão aí bem dolorosa do colorismo, que eu fui buscar ler sobre isso. É muito pouco falado, é menos dito. Eu acho que eu não operei direito de forma que ela ficasse eu devo ter perdido a mão, o que fez sair, o que foi uma pena, porque o trabalho era muito bom com ela. Teve muito avanço até aquele ponto.” (CC)

Guimarães (2009) aponta que a denominação da cor tem ligação com a posição social, provocando uma autoclassificação que estimula a desigualdade social. Segundo ele mestiços ricos, tendem a se declarar como brancos e assim o termo negro ou pardo por não ser valorizado, tende a diminuir. Incluindo-se como brancos, as denominações raciais se tornam cada vez mais dúbias:

“A opção dada retira dos mestiços qualquer possibilidade de se auto classificarem positivamente como é o caso da classificação ‘brancos, ‘pardos’ e ‘pretos’ crescendo em consequência o número de brancos e de pretos. A razão mais plausível para isso parece ser uma assimetria no uso do prestígio social: alguns utilizam lato social de ‘branco’ para se incluírem com legitimidade, outros utilizam o sentido estrito, fenotípico de ‘preto’ ou ‘pardo’ para aí se incluírem sem pejo.” (2009, pp.128-129)

Referindo-se ao encontro clínico, alguns psicólogos trouxeram que o branco não se vê como raça por ele não se ver envolvido, não fazer uma observação criteriosa sobre o vínculo com o corpo negro, em seus mecanismos conscientes e inconscientes. A consciência racial é então algo que precisa de reflexão.

O que é ser branco? Dentro deste contexto vale refletir como a sociedade atribui ao branco como ele é para ela e ao negro como ela o vê. Nesta construção entram os valores, os estereótipos, os benefícios e exclusões ditos e não ditos, com

suas inserções enquanto cidadão e ser humano. De acordo com as subjetividades a eles atribuídas, as manifestações de autoestima elevada ou de auto depreciação e baixa autoestima farão parte da constituição dos indivíduos. Uma constituição que é construída dentro da sociedade, através de seus modelos de reconhecimento ou de não reconhecimento. (TAYLOR, 2000, pp.241-274)

A questão do gênero vivenciada com racismo

Ao falar sobre alguns casais brancos, e como ao atender suas esposas, o marido se sente ameaçado, desejando participar ou saber do que acontece dentro do setting com sua esposa. No discurso abaixo, o corpo negro absorve e denuncia a fantasia sexual do branco, não só em relação a potência sexual masculina, muito agregada ao escravo negro reprodutor, por seu ideal de porte físico e potência, onde geraria novos escravos para seu senhor, mas expressa a fantasia que trazia o medo, em relação a toda essa potência.

“Algumas pessoas às vezes interpretam essa maneira de ser, de maneira. A questão da maneira como as mulheres brancas olham o homem preto por esse viés, do pênis gigante. Eu quero citar a Maria Aparecida Silva Bento, ela faz essa pesquisa pela perspectiva da Branquitude e como homem e a mulher branca, se veem ameaçados pelo negro.” (VS)

Estes exemplos trouxeram como reflexão, o que o psicólogo negro convoca, quando vai para a relação com o cliente branco. Que imagem se coloca à ele associada, e que lugar vai ocupar na clínica psicológica.

“Não sei se me desqualificava por ser mulher, por ser uma mulher preta, ele me desqualificava de alguma forma e aí eu fui mostrando com o meu trabalho que estava tendo efeito com o filho dele, e aí aquilo foi me dando credibilidade na clínica, entendeu?” (CC)

“Então imagina, uma mulher branca, loira, recém-separada, andando com um negro no centro de Barbacena, uma cidade que parou no século passado, era um escândalo. Ela falava: as pessoas me ligam, perguntando quem é aquele rapaz? O que ele tem com você?. Não pode ser só amizade. E da parte de alguns amigos meus; existia o pensamento, desculpa a expressão: ‘quando você vai comer ela, ela está te dando?’. É muito engraçado, a gente se trata como irmão. Aconteceu um fato um dia com ela no trabalho. Ela trabalha numa rede hospitalar estadual aqui de Minas Gerais, e ela falou que um dia ela mostrou minha foto pra uma companheira dela de serviço, ‘olha

o meu irmão aqui’, e ela falou ‘posso te falar uma coisa? ele é adotado né?’ e ela falou ‘não, quem é adotada sou eu’. A menina ficou muito sem graça. Isso é bastante demarcado aqui, o fato de eu andar com essa amiga já levantava suspeitas.” (LE)

O relato de MQ foi de uma forte necessidade de lidar com o racismo vindo de seus clientes negros, mas também trouxe a percepção do racismo entrando em sua prática clínica pelos clientes brancos. Trouxe um relato do quanto a rejeição sofrida por uma criação branca a afetou considerando a rejeição pelo fato de ser mulher e preta.

“Quando eu estava pensando aqui antes de conversar com você, eu fiquei lembrando uma criança que eu atendi também, uma criança branca, de uma família branca. E quem traz o menino para a terapia é a avó, uma senhora pedagoga, branca, e o menino tinha uma resistência comigo, sabe? tinha uma resistência comigo. Ele demorou muuuuito!!!!. Mas eu fiquei incomodada com duas questões. Pela questão de eu ser negra e também por ser mulher. Eu achei que tinha uma questão de gênero ali. Porque na casa era o pai, dois filhos do pai e dois filhos da mãe. E a mãe era a única figura feminina da casa, o restante eram todos homens [...] fiquei na dúvida. Se era realmente a figura feminina ou se eram as duas coisas também, né. Uma mulher preta. Além de mulher, preta!! (MQ)

5. Considerações finais

Ainda que a psicologia, através do seu Conselho Federal (2017) e suas regionais, ter olhado para as questões raciais, é ainda insuficiente. A psicologia, em várias pesquisas, tem apontado para a necessidade de os psicólogos atentarem para os direitos humanos, as diversidades e os movimentos sociais, presentes na sua prática clínica cotidiana, considerando o manejo clínico para lidar com elas.

Considerando que o fato de a psicologia pouco falar sobre a deformação da personalidade do branco como herdeiro do escravizador colonial, como manifestação de um silêncio pactuado, é importante rever que, embora existam pesquisas sobre a identidade racial branca, ainda persiste a pouca visibilidade e discussão do tema. O estranhamento no fato de um pesquisador focar o branco, retirando o negro do lugar do problema, mostrou uma relação direta com a branquitude, o racismo institucional e a manutenção do racismo estrutural.

Psicólogos recém-saídos da universidade, como também os mais experientes, apontaram as dificuldades em trabalharem com questões decorrentes da temática étnico-racial, simplesmente por não terem tido acesso a ela durante sua graduação, justificando o fato de muitos deles buscarem este letramento fora, em grupos de estudo e nos cursos de Mestrado e Doutorado que oferecessem esse tema em suas linhas de pesquisa.

É importante observar que a psicologia necessita na grade curricular de seus cursos, de um olhar holístico, além de letramento específico e necessário. Penso que cabe aos professores articularem propostas de inserção da temática das questões raciais em suas disciplinas. Que enfoque a diversidade, com a temática racial ocupando um espaço de escuta, reflexão e transformação em direção a práticas antirracistas, para que ali não se configure o pacto de um racismo institucional.

Em relação ao vínculo e manejo clínicos, falar do racismo é importante, pois trata das relações, do modo de sentir e perceber o Outro. Entre o psicólogo negro e seu cliente branco, entende-se que a psicologia e a psicanálise possam existir entre o sujeito e o Outro, sob um olhar transferencial e contratransferencial, advindos do racismo, tendo o racismo nas suas relações interpessoais e subjetivas, em níveis variados. O que é ser branco e o que é ser negro são questões a serem

trabalhadas no setting terapêutico, pois tanto pode envolver a adesão do cliente branco para o enfrentamento do seu legado racista, como o abandono e rejeição à terapia no processo inicial ou durante o seu percurso, sinalizando fantasias sexuais e de gênero, exóticas e por vezes depreciativas, envolvendo o corpo negro na relação transferencial do cliente branco, como também, o preconceito racial muitas vezes confundido como *bullying*, distorcido ou tratado como alegoria.

Em relação ao início desta pesquisa, o desconforto de alguns dos entrevistados, marcando e desmarcando suas entrevistas e até mesmo alguns alegando não se sentirem em condições de falarem sobre seus clientes brancos a partir do tema raça e racismo, mostrou que há questões na vida psíquica do branco que estão atreladas ao racismo e que o psicólogo negro se debate com elas na sua prática clínica. Mostrou que são questões por vezes dolorosas, difíceis de serem colocadas em um país de legado colonial violento, tanto de exclusão quanto de pertencimento, que acompanha o Brasil desde sua fundação e afeta negros e brancos.

Com todas as dificuldades desse percurso, temos psicólogos negros atendendo clientes brancos e negros: clientes e psicólogos que se sentem e se identificam brancos e clientes e psicólogos que se sentem e se identificam como negros. Importante ressaltar que, de acordo com a percepção que psicólogos e seus clientes têm de si, vão atuar projetivamente na relação clínica, que acompanha fenômenos que tanto sinalizam o seu processo coletivo quanto individual.

Alguns psicólogos negros, que foram entrevistados, por terem de se afirmar em um lugar de poder, mostraram que levavam para suas terapias e refletiam sobre o assunto, buscando lidar com as questões entre negros e brancos, onde se sentiam expostos dentro do racismo estrutural na clínica, outros não, apenas atuavam clinicamente dentro do que consideravam naturais, não percebendo ou negando a existência do racismo e ou seus atos em nossa sociedade, porém, todos os entrevistados comunicaram nas entrevistas, ainda que em meio às contradições, terem vivido alguma experiência com o racismo em sua vida – na família, na academia, no local de trabalho, nas relações sociais. A pesquisa mostrou ainda, que a meritocracia ainda é uma questão de sofrimento para psicólogos negros pela auto cobrança de ascensão social e inserção em

ambientes de maioria branca onde recebem honorários inferiores a psicólogos brancos. A maioria deles encontra-se mais em serviços públicos e estão mais em sublocações do que em consultórios próprios, atuando em bairros de classe média, classe média baixa e periferia da cidade.

Pelo fato de nosso histórico da psicanálise no Brasil, ter sofrido a invisibilização de teóricos negros precursores, cabe pontuar que colocar o branco no lugar de analisando é um movimento de visibilização e necessidade dentro da pesquisas na clínica psicológica. Daí o possível ineditismo desta pesquisa, que se abre para convocar um estudo histórico que está na história da psicanálise no Brasil.

A pesquisa aponta ainda, a branquitude pela invisibilidade e também pelo silenciamento do branco para manter sua posição e privilégios materiais e simbólicos. Analisa o silenciamento do branco em relação ao racismo, sob a ótica de um forte componente narcísico, para sustentar-se como superior, relembrando Freud, ao colocar o narcisismo como autopreservação e expressão de amor por si próprio e indiferença ao Outro, que não é o seu espelho.

Foca o privilégio que todo branco tem, em nossa sociedade, a partir do racismo estrutural, negue ele ou não. Esta questão, minimiza a culpa, que usa o silenciamento como estratégia de evasão, na negação de privilégios, que permeiam a singularidade do que é ser branco em um país racista, e convocá-lo para o antirracismo, como responsabilidade sua, numa postura necessária, vigilante, já que o racismo está implícito em sua formação de identidade social enquanto “não negro.”

Há de se considerar, como foi visto nos relatos, que a discussão sobre o racismo em contexto social e familiar em brancos não acontece. Observou-se que o letramento sobre as questões raciais em brancos não é ponto de grande interesse, por não vivenciarem o racismo. Tampouco é discutido mais constante e profundamente nas escolas e universidades, em um país que foi formado por indígenas e construído pela mão negra.

Ao ver os resultados alcançados, várias questões, aliás, não respondidas aparecem como inquietações, a serem mais exploradas. Uma delas é a da imagem,

que é muito importante para pensar a relação clínica⁸. Afinal, que imagem os psicólogos negros carregam sobre eles mesmos, sobre ser negro? É uma imagem de poder e de força, advinda de fazer parte da ancestralidade de povos portadores de culturas milenares, de riquezas imensas, de reis e rainhas de grandes exércitos e poderes? Ou o que vem para eles é uma imagem de sofrimento, sacrifício e inferioridade, sempre “a carne mais barata do mercado”?

É preciso que o negro se coloque no lugar da altivez, no lugar de descendentes de reis e rainhas, pesquisadores e sábios, que já promoviam a ciência, outra forma de fazer ciência que não é a reprodução do modelo científico branco colonial.

A dimensão da imagem, no sentido de representar tal reconhecimento de imagens poderosas é também a dimensão da memória – em tantos casos, apagada. Fala-se da imagem como produção de narrativa, reconhecimento, de atualização, que se apresenta enquanto imagem, seguindo uma transversalidade com o tempo, que chega ao momento atual. Toda pessoa traz em si o repertório cultural que a antecipa e que lhe atravessa. Mas o que realmente ela pode acessar ou o que lhe é dado a lembrar?

⁸ Agradeço à profa. Vanessa Andrade Menezes ao assinalar a importância de se pensar neste tema, a imagem que os entrevistados tinham de si e de sua condição.

6. Referências bibliográficas

AGUIAR, G.H. **Mulheres negras da montanha: A religiosidade das benzedadeiras de Rio de Contas** (Tese de doutorado) (Faculdade de Ciências Sociais/Antropologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), São Paulo, SP. Brasil. 2012. p.215. Disponível em: <<https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/3441/1/Gilberto%20Oracio%20de%20Aguiar.pdf>>. Acesso em 11/10/2020.

ALMEIDA, S. L. de. **O que é racismo estrutural**. Minas Gerais: Letramento. pp.34, 61, 62, 87, 2018.

ANDRADE, V. M. **Ímãrale Ara: O fortalecimento do corpo negro e o combate ao racismo**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FtMwkRF6a0c>>. Acesso em 11/10/2020.

AZEVEDO, C.M.M. **Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites -Século XIX**. Paz e Terra S/A, 1987.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luís Augusto Pinheiro. São Paulo, SP: Edições 70. 2016.

BARROS, Z. dos S. **Casais interracialis e suas representações acerca da raça**. (Dissertação de mestrado em Ciências Sociais) – (Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia), Salvador, BA, Brasil. 2003. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/14530/1/Zelinda%20Barros.pdf>>. Acesso em 11/10/2020.

BENTO, M. A; CARONE, I. (Orgs.). **Psicologia social do racismo. Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. (6a. ed.). São Paulo: Vozes. p.45, 2020.

BENTO, M. A. S. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. 2002. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <<https://www.readcube.com/articles/10.11606/t.47.2019.tde-18062019-181514>>. Acesso em: 16/05/2020.

BRASIL. **Lei Federal Nº 10.639**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "história e cultura afro-brasileira. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=10639&ano=2003&ato=431MTTq10dRpWTbf4>>. Acesso em: 09/11/21.

BRASIL. **Lei Federal Nº 12.711**. 29 de agosto de 2012. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35544-lei-de-cotas>>. Acesso em: 09/11/21.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria; GRAY, Debra. **Coleta de dados qualitativos: um guia prático para técnicas textuais, midiáticas e virtuais**. Editora Vozes, 2019.

CAMARGO, L. et al. **Reflexões sobre a violência vivenciada por crianças e adolescentes negros - Ser criança e adolescente negro em uma sociedade racista**. Revista Saúde da população negra: Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_populacao_negra.pdf>. Acesso em: 16/05/2020.

CAMPOS, C. J. G; TURATO, E. R. **Análise de conteúdo em pesquisas que utilizam metodologia clínico qualitativa: aplicação e perspectiva**. Revista Latino-americana de Enfermagem, 17(2), 2009.

CARDOSO, L. **A branquitude acrítica revisitada e as críticas**. In: Branquitude: Estudos sobre a identidade branca no Brasil, Müller, T.M.P. e Cardoso, L (Orgs). p.33. Curitiba, PR: Appris, 2017.

CARDOSO, L. **Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista**. Rev.latinoam.cienc.soc.niñezjuv, Manizales, v. 8, n. 1, p. 607-630, Jan. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1692-715X2010000100028&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22/02/2022.

CARDOSO, L. **O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil**. (Tese de doutorado) (Faculdade de Ciências Sociais. Universidade Estadual Paulista). pp.116-119. Araraquara, São Paulo, SP, Brasil 2014. Disponível em: <https://agendapos.fclar.unesp.br/agenda-pos/ciencias_sociais/3146.pdf>. Acesso: 16/05/2020.

CARDOSO, L. **O branco “invisível”: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957 - 2007)**. Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra/Centro de Estudos Sociais. 2008. Coimbra. Portugal. Disponível em: <<https://dlc.library.columbia.edu/catalog/ldpd:504811/bytestreams/content/content?filename=LOUREN%C3%87O+DA+CONCEI%C3%87%C3%83O+CARDOSO.pdf>>. Acesso em 09/11/2021.

CARNEIRO, A. S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. (Tese de doutorado) (Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade de São Paulo), 2005. São Paulo, SP, Brasil. Disponível em: <<https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>>. Acesso em: 16/05/2020.

_____. **Epistemicídio**. In Artigo produzido para o Instituto da Mulher Negra Portal Geledés, 2014. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/epistemicidio/>>. Acesso em 13/10/2021.

CARONE, I; BENTO, M. A. S. (Orgs.). 6ª. Edição, 2014. **Psicologia social do racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. São Paulo, SP: Vozes.

CAVALCANTE, A.L.L. **Raça Brasil (1996/1999): A revista de quais negros brasileiros?** 2021 p.55. (Monografia de conclusão de Graduação em História) (Universidade Federal de Uberlândia), Uberlândia, MG, Brasil, 2021. Disponível em:
<<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/32202/1/Ra%C3%A7aBrasilRevista.pdf>>. Acesso em: 16/05/2020.

CAVALCANTE, R; FERREIRA, M. **Pandemia aprofundou o racismo no mercado de trabalho, aponta estudo do Dieese**. Brasil de Fato – uma visão popular do Brasil e do mundo. BdF Rio Grande do sul, 2020. Disponível em:
<<https://www.brasildefato.com.br/2020/11/20/pandemia-aprofundou-o-racismo-no-mercado-de-trabalho-aponta-estudo-do-dieese>>. Acesso em: 16/05/2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. [CFP]. **Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogos/os**. Brasília, 2017. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/relacoes_raciais_baixa.pdf>. Acesso em: 09/11/21.

_____. [CFP]. **Uma profissão de muitas e diferentes mulheres**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2013.

COTRIM, G. **História Global: Brasil e Geral**. São Paulo: Saraiva, 2002.p, 389.

COURANT, A. J. **Conscientização branca em espaços de capoeira: percepções de privilégio entre brancos que convivem com negros**. Dissertação apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos. 2018. Disponível em:
<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/28602/1/Ansel%20Courant_Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 20/01/2022.

CRESWELL, J. W. **Cinco abordagens qualitativas de investigação** (pp 67-96). In J. W. Creswell. *Investigação qualitativa & projeto de pesquisa – escolhendo entre cinco abordagens*. São Paulo: Penso, 2014.

_____. **Cinco estudos qualitativos diferentes** (pp 97- 109). In J. W. Creswell. *Investigação qualitativa & projeto de pesquisa – escolhendo entre cinco abordagens*. São Paulo: Penso, 2014.

DA SILVA, S. A; HERZBERG, E; DE MATOS, L. A. L. **Características da inserção da psicologia nas pesquisas clínico-qualitativas: uma revisão**. Boletim de Psicologia, v. LXV (142), 097-111, 2015.

DAMASCENO, M.G; ZANELLO, V.M.L. **Saúde Mental e Racismo Contra Negros: Produção bibliográfica brasileira dos últimos quinze anos**. Revista Psicologia: Ciência e Profissão. 38(3), 2018, s.d, julho/setembro. DOI:<https://doi.org/10.1590/1982-37030003262017>-Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932018000300450&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09/11/21.

DE OLIVEIRA, E. L; SIQUEIRA, C. F. C; ROCHA, C. M. F. **“Escrevivências”, narrativas autobiográficas e intelectualidade negra: a escrita acadêmica como resistência**. Revista Inter-Ação, Goiânia, v.46, n.3, p. 1330-1344, set./dez. 2021. DOI 10.5216/ia.v46i3.67945. Disponível em: <[file:///C:/Users/guilh/Downloads/67945-Texto%20do%20artigo-333168-1-10-20211223%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/guilh/Downloads/67945-Texto%20do%20artigo-333168-1-10-20211223%20(1).pdf)>. Acesso em :12/02/2022.

DOMINGUES, P. **O ideal do branqueamento**. In Uma história não contada. Negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós abolição. p.296. Ed. Senac. Rio de Janeiro, RJ, 2004.

DU BOIS W.E.B. **As almas do povo negro**. 1ª. ed. 1903. Ebook - São Paulo, SP: Veneta, 2021.

ELLIOT, J. **Documentário Olhos Azuis**. 1996. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=In55v3NWHv4&t=1s>>. Acesso em 09/11/21.

FANON, F. (1983). **Pele negra: Máscaras brancas**. Rio de Janeiro, RJ: Fator.

FAUSTINO, D; CARDOSO. L. **Branquitude racismo e antirracismo: O Protagonismo negro no desvelar da branquitude**. pp.72,76,89-177, Série Caderno Ibirapitanga, 4, 26 a 28 de outubro, 2020. ISBN 978-65-995776-0-4. Disponível em: <https://www.ibirapitanga.org.br/wp-content/uploads/2021/08/Ibi_Caderno-branquitude-racismo-e-antirracismo_%C6%92.pdf>. Acesso em: 12/02/2022.

FAUSTINO. D. M. (2017). Frantz Fanon. A branquitude e a racialização: aportes introdutórios a uma agenda de pesquisas – O narciso castrado. 1ª. ed. p.129. In: T. M. P. Muller & L. Cardoso (Orgs.). **Branquitude Estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba, Appris.

FEDERAL NACIONAL DOS PSICÓLOGOS. **Índice Nacional de preço ao consumidor**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - ENAPSI-INPC/IBGE. (2021). Tabela de Referência Nacional de Honorários dos Psicólogos em Reais (R\$) Valores Atualizados pelo INPC-IBGE até Maio de 2021* para Vigência em 1º Junho/2021. Fonte: CFP /Fenapsi Elaboração: DIEESE. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2021/07/FENAPSI_TABELA_ATUALIZADA_Junho_2021.pdf>. Acesso em: 10/10/2021.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes legado**. Ed. Globo, 2008.

FRANKENBERG, R. **A miragem de uma branquitude não marcada**. In V. Ware (Org.), *Branquidade, identidade branca e multiculturalismo* (V. Ribeiro, Trad., pp. 307-338). Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

FRANKENBERG, R. **White women, race masters: The social construction of whiteness**. USA: University of Minnesota. pp.43 1999.

FRANTZ, F. **Pele negra: Máscaras brancas**. Rio de Janeiro, RJ: Fator, 1983.

FREUD, S. **O Estranho**. in *Neurose infantil e outros trabalhos*, 1919/2006. Rio de Janeiro. Imago.

GÓES, W. L. **Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato – Kehl**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus de Marília, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais (Área de Concentração: Cultura, Identidade e Memória), 2015. Disponível em:
<<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/124368/000837627.pdf;jsessionid=23310CB23991BFCB6F3101CBCAD82829?sequence=1>>. Acesso em: 12/02/2022.

GOMES, N.L. **O Movimento Negro Educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONZALEZ, L. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. Revista Tempo Brasileiro. (92/93), s.d., janeiro/junho, 1988. Disponível em:
<<https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanidade-1elia-Gonzalez1.pdf>>. Acesso em: 12/02/2022.

GONZALEZ, L. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, pp. 223-235-244. Anpocs, 1984, s.d. Disponível em:
<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALEZ%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf>. Acesso em: 12/02/2022.

GONZALEZ, L, HASEMBALG C. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro/RJ. Marco zero Ltda, 1982.

GUIMARÃES, A. S. **Racismo e antirracismo no Brasil**. São Paulo, SP: 34, 2ª. ed. 2005, 3ª. ed. 2009.

HALL, S. **Identidade cultural na pós-modernidade**. editora: DP&A – 10ª. ed., 2005

_____. **Pensando a Diáspora**. In: Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais. Liv Sovik (org); Trad. Adelaine La Guardia Resende. BeloHorizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

HASENBALG, A. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. MG. UFMG, 2005.

HOOKS, B. **Ensinando a Transgredir**. São Paulo, SP: Martins Fortes, 2013.

I PSINEP. I Encontro Nacional de Psicólogos(as) Negros(as) e Pesquisadores(as) sobre Relações Interraciais e Subjetividade no Brasil, 2010. **Carta de São Paulo** p.2. Disponível em:
<http://r1.ufrj.br/lapsiafro/arquivos/Carta_de_Sao_Paulo_USP_2010.pdf>. Acesso em: 09/11/21.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia. **A Cor Denominada. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** – IBGE Diretoria de Pesquisas Departamento de População e Indicadores Sociais (pp.30, 32), 2000. Disponível em:
<<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv7099.pdf>>. Acesso em: 16/05/2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. In Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica. n.41, 2019. Disponível em:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf>. Acesso em: 11/10/2020.

JUNG, C.G. **Aion. A Sombra**. In: Estudos sobre o simbolismo do Si-Mesmo. Rio de Janeiro. Vozes. 1975. p.06.

JUNG. C.G. **Psicologia do inconsciente**. Rio de Janeiro. Vozes. 1978. p.77 (publicado originalmente em 1912).

JUNIOR. AD. **Racismo Estrutural**. jun/2019. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=_cCqIYediyg&ab_channel=TEDxTalks>. Acesso em: 11/10/2020.

KILOMBA, G. **“Descolonizando o conhecimento” Uma Palestra-Performance de Grada Kilomba**. Tradução, Oliveira, J. São Paulo, Goethe-Institut, 2018. Disponível em: <<https://joacamillopenna.files.wordpress.com/2018/05/kilomba-grada-ensinando-a-transgredir.pdf>>. Acesso em: 09/11/21.

_____. **Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano**. RJ., RJ: Cobocó, 2019.

KON. N. M; SILVA. M. L; ABUD. C. C. **A Guisa de apresentação: por uma psicanálise brasileira**. In: O Racismo e o Negro no Brasil. São Paulo. Perspectiva. p.26, 2017.

LANZA, H. R. Frantz Fanon e a Psicologia: Contribuições para a Prática Clínica. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 21, n. 3, p. 1144-1159, 2021. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/62732/39402>>. Acesso em: 09/11/21.

LEI FEDERAL nº 12.711/2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm>. Acesso em: 31/08/2021

LEITÃO, C.F; PRATES, R.O. **A Aplicação de Métodos Qualitativos em Computação**. In Flávia C. Delicato, Paulo F. Pires e Ismar Frango Silveira (Eds.) Jornadas de Atualização em Informática 2017. Porto Alegre. - Sociedade Brasileira de Computação - SBC. pp. 43-90.

LEITÃO C. F. ABREU. R. S. NICOLACI-DA-COSTA. A. M. **Profissionais à deriva: professores e psicoterapeutas na sociedade em rede**. Periódicos eletrônicos em Psicologia – versão impressa ISSN 1413-2907. Interações v.10 n.19 São Paulo jun. 2005 -26/10/2021. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-29072005000100008>. Acesso em: 09/11/21.

LIMA. V. L. S. C. **Oralidade, memória e tradição: Constituintes das Identidades Negra e Quilombola do Povo de Tijuáçu**. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Crítica Cultural, da Universidade do Estado da Bahia. UNEB, Campus II, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre. Alagoinhas. 2011. Disponível em: <<https://seppirhomologa.c3sl.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/2757/DI%20Oralidade%20%20memoria%20e%20tradicao.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 12/02/2022.

MACHADO R. N - **Entrevistas preliminares em psicoterapia de família: construção da demanda compartilhada**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Clínica. 2010. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/15549/15549_1.PDF>. Acesso: 16/05/2020.

MACHADO R. N, CARNEIRO, T.F & MAGALHÃES, A. S. **Entrevistas preliminares em psicoterapia de família: construção da demanda compartilhada**. Revista Mal Estar e Subjetividade. versão impressa ISSN 1518-6148. Rev. Mal-Estar Subj. vol.11 no.2. 2. Fortaleza. 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482011000200009>. Acesso em: 08/11/2021

MACHADO R. N. Parentalidade e filiação adotivas: o que revelam e o que ocultam as narrativas dos pais. Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Clínica) do Departamento de Psicologia da PUC-Rio. 2014

MADER, B. J. (Org.). **Caderno de Psicologia e relações étnico raciais: Diálogos sobre o sofrimento psíquico causado pelo racismo.** - CRP.8. Curitiba. p.31, 2016. Disponível em: <https://crppr.org.br/wp-content/uploads/2019/05/AF_CRP_CadernoEtnico_Social_pdf.pdf>. Acesso em: 16/05/2020.

MAIA, K.S; ZAMORA, M.H.N. **O Brasil e a lógica racial: Do branqueamento à produção de subjetividade do racismo.** Revista Psicologia clínica [online]. 30 (2), pp. 265-282-286, 2018, s.d. <<http://dx.doi.org/10.33208/PC1980-5438v0030n02A04>. ISSN 0103-5665. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pc/v30n2/05.pdf>>. Acesso em: 16/05/2020.

MAIO, M.C. (org.). **Virgínia Leone Bicudo. Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo.** São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2010.

MANZINI, E.J. **Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros.** In: Seminário internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos, 2, 2004, Bauru. A pesquisa qualitativa em debate. Anais. Bauru: USC, 2004. CD-ROOM. ISBN:85-98623-01-6. 10p. <https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini_2004_entrevista_semi-estruturada.pdf> - Acesso em 16/05/2020

MARQUES, J. P. **A observação participante na pesquisa de campo em educação.** 2019. p.70. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4232963/mod_resource/content/1/Observacao%20participante.pdf>. Acesso em: 16/05/2020.

MARTINS, A.L.B; ZAMORA, M.H.N. **Branquitude e Educação: Um Estudo com Professoras de Escolas Públicas.** Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia 21(02). 396-415, 2021, s.d, ISSN 1808-4281 (online version) DOI: <https://doi.org/10.12957/epp.2021.61048>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/61048/38501>. Acesso em : 16/05/2020.

MEMMI, A. **Retrato do colonizado, precedido do retrato do colonizador.** Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2007.

MINAYO, M. C. S. (organizadora), DESLANDES, S. F., NETO, O. C; GOMES, R. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade.** Coleção Temas Sociais. 14ª. ed. p. 47, Petrópolis. Vozes, 2009.

MIRANDA, J.H.A. **Branquitude invisível - Pessoas brancas e a não percepção dos privilégios: verdade ou hipocrisia?** In: MÜLLER, Tânia M.P.; CARDOSO, Lourenço (Org.). Branquitude: Estudos sobre a identidade branca no Brasil. Curitiba: Editora Appris, 2017. Versão digital. pp. 52-65.

MOREIRA, A. J. **Quem ri do racismo?**IMS Paulista. Serrote, 33, 5/12/2019. Disponível em: <<https://www.revistaserrote.com.br/2019/11/quem-ri-do-racismo-por-adilson-jose-moreira/>>. Acesso em: 04/05/2021.

_____. **Racismo Recreativo. Feminismos Plurais.** Coord. Djamilia Ribeiro e Adilson Moreira. Polen. 2019.

MOURA, C. **Sociologia do Negro Brasileiro.** 2a ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MÜLHER, T. & CARDOSO, L. (orgs). **Branquitude: Estudos sobre a identidade branca no Brasil.** Appris, 2017.

MUNANGA, K. **As ambiguidades do racismo à brasileira.** In: N. M. Kon & M. L. Silva. & C. C. Abud. (Orgs). **O Racismo e o Negro no Brasil: questões para a psicanálise.** São Paulo. Perspectiva, 2017.

_____. (org.) **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial.** São Paulo, SP: Edusp, 1996.

_____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** p. 16. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

NASCIMENTO, A. **O Brasil na mira do pan-africanismo.** 2.ed. Salvador: EDUFBA: CEAO, 2002.

_____. **O Genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado.** Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra S/A, 1978.

NICOLACI-DA-COSTA A. M.; ROMÃO-DIAS D. (Orgs.). **Qualidade faz a diferença: métodos qualitativos para a pesquisa em psicologia e áreas afins.** Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/ Loyola; 2013.

NOGUEIRA, I.B. **Cor e Inconsciente.** In: N.M. Kon, M.L. da Silva & C.C. Abud (orgs). **O Racismo e o Negro no Brasil.** (p.12). São Paulo, SP: Perspectiva, 2017.

_____. **Significações do Corpo Negro.** Tese de doutorado apresentada como exigência parcial ao título de doutor em psicologia escolar e do desenvolvimento humano, apresentada a Universidade de São Paulo – USP. p.112, São Paulo/SP, 1998.

NOGUEIRA, O - **Tanto preto, quanto branco: estudo de relações raciais.** São Paulo: Ed. T.A Queiroz. 1985.

_____. **Preconceito de marca: As relações raciais em Itapetininga.** Apresentação e Edição de Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti. São Paulo, EDUSP, 1998.

_____. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem.**

Tempo. Social, Revista de sociologia da USP, 19 (1), 287-308, 2006, s.d, novembro. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/ts/a/MyPMV9Qph3VrbSNDGvW9PKc/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em 04/05/2021.

OAB cria Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra no Brasil.

OAB Nacional. Nov.2014

<<https://www.scielo.br/j/civitas/a/z8p6bgQcv9smNxYqTkvvgkt/?lang=pt&format=>pdf>>. Acesso em: 20/11/2021

OLIVEIRA, L. O. A. Expressões de vivência da dimensão racial de pessoas brancas: Representações de branquitude entre indivíduos brancos. 137f.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007. Disponível em:

<https://pospsi.ufba.br/sites/pospsi.ufba.br/files/lucio_oliveira.pdf>. Acesso em: 20/01/22.

PIZA, E. Porta de vidro: uma entrada para branquitude. In I. Carone & M. A. Bento (Orgs.), Psicologia Social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

RAMOS, A G. Patologia social do ‘branco’ brasileiro. In: Introdução crítica à sociologia brasileira. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1957.

ROMÃO-DIAS, D. Pesquisa qualitativa e psicologia: uma história feita de estórias. In NICOLACI-DA-COSTA, A.M. & D. ROMÃO-DIAS. Qualidade faz diferença: métodos qualitativos para a pesquisa em psicologia e áreas afins. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio Edições Loyola, 2013.

SANTOS, A. B. Colonização, Quilombos modos e significados. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa - INCTI Universidade de Brasília - UnB Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia – INCT. Brasília, 2015

SANTOS, A. O; SCHUCMAN, L. V. Desigualdade, relações raciais e a formação de psicólogo(as). **Rev. Epos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 117-140, dez. 2015.

Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2015000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22/02/ 2022.

SANTOS, K. Y. P. Relações raciais: uma questão para psicanálise? PORTO

ARTE: Revista de Artes Visuais, v. 25, n. 44, 2020. Disponível em:

<<https://seer.ufrgs.br/PortoArte/article/view/109897/59824>>. Acesso em: 09/11/21.

SCHUCMAN, L. V. Racismo e Antirracismo: a categoria raça em questão.

Revista Psicologia Política, vol. 10 nº 19 pp 41-55, jun. 2010. Disponível em:

<<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v10n19/v10n19a05.pdf>>. Acesso em: 16/05/2020.

_____. **Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana.** Revista psicologia social, 26 (1), p.84, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0102-71822014000100010>>. Acesso em: 16/05/2020.

_____. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulista.** (Tese de doutorado) (Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo) São Paulo, SP, Brasil, 2012. Disponível em: <http://www.ammapsique.org.br/baixe/encardido-branco-branquissimo.pdf>. Acesso em: 16/05/2020.

_____. **Famílias Interraciais: Tensões entre cor e amor.** Salvador, BA: EDUFBA. pp.28 – 84, 2018.

SCHUCMAN. L.V., GONÇALVES; M. M. **Racismo na família e a construção da negritude: embates e limites entre a degradação e a posituação na constituição do sujeito.** Odeere: Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade – UESB. Ano 2017, Volume 2, número 4, Julho – Dezembro de 2017.DOI: <https://doi.org/10.22481/odeere.v0i4.2366>. Disponível em: <file:///C:/Users/guilh/Downloads/Dialnet-RacismoNaFamiliaEAConstrucaoDaNegritude-7883091.pdf>. Acesso em: 20/02/2020.

SCHUCMAN. L.V., MARTINS; VIEIRA. **A psicologia e o discurso racial sobre o negro: do “objeto da ciência” ao sujeito político.** Revista psicologia: ciência e profissão, 2017 (37), pp.172-178-185. <https://doi.org/10.1590/1982-3703130002017>. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/2820/282053660014.pdf>>. Acesso em: 16/05/2020.

SCHWARTZ, L. M. **O espetáculo das raças cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930,** 2010. Ed Cia das Letras. São Paulo. SP.

SILVA, D. S. **História e protagonismo negro: Africanidade, cultura histórica e ensino de história na trajetória de Abdias Nascimento (1944-1999).** 2016. Dissertação de Mestrado em História, apresentada ao Programa de Pós Graduação em História do centro de ciências humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba. p.101 apud Nascimento, 2002, pág.116. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/9607/2/arquitototal.pdf>>. Acesso: 16/05/2020.

SILVA. M. L. Racismo no Brasil: questões para psicanalistas brasileiros. In: N. M. Kon & M. L. Silva. & C. C. Abud. (Orgs). **O Racismo e o Negro no Brasil: questões para a psicanálise.** São Paulo. (publicado originalmente em 2017. p.85).

SORRENTINO, K.C.A. **Juliano Moreira: O primeiro divulgador da psicanálise no Brasil e a contraposição com o projeto nacional.** ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História. Rio de Janeiro/RJ, 2021. Disponível em: <https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1628466896_ARQUIVO_d4f34f935d7fe54bc771e49c6e349610.pdf>. Acesso em: 20/02/2020.

SOUZA, N.S. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.** p. 54. Rio de Janeiro, RJ: Graal Ltda, 1983.

SOVIK, L. (2004). **Aqui ninguém é branco: hegemonia branca no Brasil.** In V. Ware (Org.), *Branquidade, identidade branca e multiculturalismo* (V. Ribeiro, trad., pp. 363-386.). Rio de Janeiro: Garamond.

TAYLOR, C. **A política do reconhecimento.** In *Argumentos filosóficos*. São Paulo. Loyola, 2000, pp.241-274.

VANNUCHI, M.B.C.C. **A violência nossa de cada dia.** In. Kon. N. M & Silva. M. L. & Abud. C. C. (Org.) *O Racismo e o Negro no Brasil*. Editora Perspectiva. p.60, 2019.

VON FRANZ, M-L. **O caminho dos sonhos.** São Paulo: Cultrix, 1988. p.45.
Disponível em: <https://clinicapsique.com/wp-content/textos/Marie-Louise%20Von%20Franz%20-%20O%20Caminho%20dos%20Sonhos.pdf>
Acesso em: 09/22/21

VRBATA, A. **Geopatologia: Discurso entre raça, psique e cultura.** Revista Africa[s] E-ISSN 2446-7375, ISSN Impresso 2318-1990, Vol. 5 | Nº. 9 | Ano 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/guilh/Downloads/5423-Texto%20do%20artigo-14524-1-10-20181019.pdf>. Acesso em: 16/05/2020.

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim.** cap.6; tradução Daniel Bueno. Porto Alegre: Penso, 2016.

ZAMORA, M. H. R. N. **Desigualdade racial, racismo e seus efeitos.** Fractal, Rev. Psicol., v. 24 – n. 3, p. 563-578, Set./Dez. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/fractal/a/Qnm4D67j4Ppztvz3tfb4kwx/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 16/05/2020.